

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

SAMARA HEVELIZE DE LIMA

REPRESENTAÇÕES DE ESPAÇOS DE MEMÓRIA:
MUSEALIZAÇÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE DA COLÔNIA CASTROLANDA

PONTA GROSSA
2021

SAMARA HEVELIZE DE LIMA

REPRESENTAÇÕES DE ESPAÇOS DE MEMÓRIA:
MUSEALIZAÇÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE DA COLÔNIA CASTROLANDA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof. ^a Dra. Maria Julieta Weber Cordova.

PONTA GROSSA
2021

L732 Lima, Samara Hevelize de
Representações de espaços de memória: musealização da memória e da identidade da Colônia Castrolanda / Samara Hevelize de Lima. Ponta Grossa, 2021.
146 f.

Dissertação (Mestrado em História - Área de Concentração: História, cultura e identidades), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Julieta Weber Cordova.

1. Castrolanda. 2. Representações. 3. Espaços museais.. 4. Imigração holandesa. 5. Memória. I. Cordova, Maria Julieta Weber. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. História, cultura e identidades. III.T.

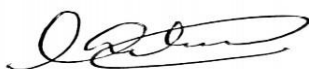
CDD: 981.62

TERMO DE APROVAÇÃO

Samara Hevelize de Lima

REPRESENTAÇÕES DE ESPAÇOS DE MEMÓRIA: MUSEALIZAÇÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE DA COLÔNIA CASTROLANDA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 07 de abril de 2021, pela seguinte banca examinadora:



Prof.^a Dr.^a MARIA JULIETA WEBER CORDOVA
(UEPG)
(Orientadora)



Prof. Dr. FÁBIO LUCIANO IACHTECHEN (IFPR)



Prof.^a Dr.^a ELIZABETH JOHANSEN (UEPG)

Ponta Grossa, 07 de abril de 2021

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho não foi uma construção solo, gosto de dizer que ele foi uma gestação coletiva, entre inúmeras pessoas que permitiram que essa pesquisa fosse concretizada e é a elas que eu agradeço. Em 2016 quando fiz a entrevista para trabalhar no Centro Cultural Castrolanda, me foi perguntado “como você se imagina daqui a cinco anos?”, respondi que me imaginava concluindo meu mestrado, na época ainda não sabia sobre o que ou onde, e hoje, cinco anos depois, estou realizando este sonho em uma universidade pública.

Agradeço esse momento a minha família Ana, Onofre e Sanderson, por serem a base de tudo que eu tenho, por serem a força e o amor em tudo que eu construí. Agradeço também a minha segunda família Marília e Luiz Eduardo, que me acolheram e me apoiaram inúmeras vezes.

Agradeço ao meu companheiro de vida André, pela calma, apoio, por segurar as “pontas” quando a única coisa que eu queria era sumir. Obrigada por construir um porto seguro comigo.

Agradeço aos meus amigos, a família que a vida me deu: Tayná Gruber, Aline Borato Pedron, Ivan Rossi, Felipe Pedron, Aline Pawlak, Karen Leal, Elis Miranda, Letícia Pacheco, André Zan, Alessandra Schmidt, Patrícia Rodrigues, Larissa Mainardes, Thalia Brandt, Iury Campos, obrigada pelos bons momentos, pelo apoio e incentivo. Vocês acreditaram em mim e não me deixaram desistir – comemoraram cada vitória e me acolheram nos dias difíceis.

Agradeço a professora Maria Julieta, por ter me acolhido como orientanda, por aguentar as indecisões e as ansiedades, obrigada pela paciência, cuidado e por toda a ajuda, esse trabalho nunca aconteceria sem seus ensinamentos. Agradeço também a professora Eliza e ao professor Erivan, pelo carinho na minha vida acadêmica desde a graduação, pelos incentivos e pelos apontamentos. Agradeço também ao professor Fábio pela leitura cuidadosa e apontamentos.

Agradeço aos colegas do Centro Cultural Castrolanda: Rafael, Mary, Rita, Jantje M, Jantje K, Marina, Margareta, Luciane – obrigada pelo apoio que sempre me deram em continuar estudando e crescendo.

E a todos os meus colegas e professores do Departamento de História da UEPG, que sempre foram fundamentais na construção da minha vida pessoal e profissional!

O poeta está vivo com seus moinhos de vento a
impulsionar a grande roda da história...
Mas quem tem coragem de ouvir, amanheceu o
pensamento que vai mudar o mundo com seus moinhos
de vento...
(Dulce Quental, Roberto Frejat, O Poeta Está Vivo, 1988)

RESUMO

A pesquisa, com base na construção do museu como espaço social, tem como objetivo o estudo das representações construídas pelos imigrantes holandeses na Colônia de Castrolanda, no município de Castro, Paraná, nos três espaços museais da comunidade: Museu Casa do Imigrante Holandês (1991-2016), Memorial de Imigração Holandesa - Moinho *De Immigrant* (2001) e Museu Histórico - *Boerderij* (2016). A metodologia utilizada foi pesquisa documental sobre a história da colônia e dos três museus locais, em conjunto com a observação participante, na qual me insiro nos locais de convivência da Colônia, como historiadora do Centro Cultural Castrolanda, observando como os moradores da comunidade se representam e ressignificam seus espaços e tradições. Partindo da análise dos elementos utilizados na arquitetura e nas narrativas presentes nas exposições inaugurais, considerei o local, a disposição dos acervos, os elementos simbólicos e, portanto, as representações construídas em relação à memória e à identidade dos imigrantes e descendentes. A pesquisa teve como referenciais teóricos: Roger Chartier (1990; 1991; 2002; 2011) sobre o conceito das representações; Mário Chagas (2007; 2009; 2013) e Dominique Poulot (2013), na discussão sobre o museu enquanto espaço social, Joel Candau (2012) na abordagem sobre o conceito de identidade; Jan Assmann (2016) e Maurice Halbwachs (2017) dialogando sobre o conceito de memória cultural e memória coletiva; Stuart Hall (2003; 2006) sobre a identidade reconstruída no hibridismo cultural; e o conceito de “lugares de memória” de Pierre Nora (1993), permitindo a análise dos museus por meio da tríade dos lugares de memória, definido como físico/material (o espaço material de consolidação da memória), o simbólico (a representação simbólica desta memória) e uso/funcional (prática e expressão). Compreendeu-se que o museu está além da perspectiva de um “gabinete de curiosidades”, mas um espaço de transmissões históricas, memoriais e culturais, um espaço social que musealiza a memória e a identidade de um determinado grupo. Sendo formado por um local, por acervos e pela ligação que estes dois elementos estabelecem com os indivíduos que interagem, sejam produtores ou receptores dessas transmissões. A tríade permite o entendimento do museu enquanto um espaço de memória, que constrói narrativas e representações entre objetos musealizados e a construção simbólica de uma imagem “ausente”, no caso de Castrolanda estas imagens são o ser imigrante e o ser holandês de Castrolanda, construídos na memória e na identidade da comunidade estudada.

Palavras-chave: Castrolanda; representações; espaços museais.

ABSTRACT

The research, based on the construction of the museum as a social space, aims to study the representations built by Dutch immigrants in the Colony of Castrolanda, in the municipality of Castro, Paraná, in the three museum spaces of the community: *Museu Casa do Imigrante Holandês* (1991-2016), *Memorial de Imigração Holandesa - Moinho De Immigrant* (2001) e *Museu Histórico - Boerderij* (2016). The methodology used was documentary research on the history of the colony and of the three local museums, together with the participant observation, in which I insert myself in the colony's coexistence sites, as a historian of the Centro Cultural Castrolanda, observing how the residents of the community represent themselves and resignify their spaces and traditions. Starting from the analysis of the elements used in architecture and in the narratives present in the inaugural exhibitions, considered the location, the disposition of the collections, the symbolic elements and, therefore, the representations constructed in relation to the memory and identity of immigrants and descendants. The research had as theoretical references: Roger Chartier (1990; 1991; 2002; 2011) on the concept of representations; Mário Chagas (2007; 2009; 2013) and Dominique Poulot (2013), in the discussion about the museum as a social space, Joel Candau (2012) in the approach to the concept of identity; Jan Assmann (2016) and Maurice Halbwachs (2017) talking about the concept of cultural memory and collective memory; Stuart Hall (2003; 2006) on the reconstructed identity in cultural hybridism; and the concept of "places of memory" by Pierre Nora (1993), allowing the analysis of museums through the triad of places of memory, defined as physical / material (the material space for the consolidation of memory), the symbolic (the representation symbolic of this memory) and use / functional (practice and expression). It was understood that the museum is beyond the perspective of a "cabinet of curiosities", but a space for historical, memorial and cultural transmissions, a social space that musealizes the memory and identity of a certain group. Being formed by a place, by collections and by the connection that these two elements establish with the individuals that interact, be producers or receivers of these transmissions. The triad allows the understanding of the museum as a space of memory, which builds narratives and representations between musealized objects and the symbolic construction of an "absent" image, in the case of Castrolanda these images are the immigrant being and the Dutch being of Castrolanda, built in the memory and identity of the studied community.

Keywords: Castrolanda, representations, museum spaces.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Museu Casa do Imigrante Holandês	74
Imagem 2 – Inauguração do Museu Casa do Imigrante Holandês.....	76
Imagem 3 – Hall de Entrada.....	77
Imagem 4 – Cozinha	78
Imagem 5 – Cozinha	78
Imagem 6 – Sala de Estar	80
Imagem 7 – Sala de Estar	80
Imagem 8 – Quarto	81
Imagem 9 – Quarto	82
Imagem10 – Escritório	83
Imagem 11 – Banheiro	84
Imagem 12 – O Celeiro	85
Imagem 13 – O Celeiro	85
Imagem 14 – O Celeiro	86
Imagem 15 – Utensílios de Lavagem de Roupa.....	87
Imagem 16 – Sistema de Moagem.....	90
Imagem 17 – Sistema de Moagem.....	90
Imagem 18 – Sistema de Moagem.....	91
Imagem 19 – Jan Heijdra e Harry Dercks	96
Imagem 20 – Colocação do Chapéu	96
Imagem 21 – 1º Piso (Museu Histórico)	97
Imagem 22 – Piso 1 Espaço Cultural	98
Imagem 23 – Piso 1 Igreja.....	99
Imagem 24 – Piso 1 Escola.....	100
Imagem 25 – Piso 2 – Produção Agrícola	101
Imagem 26 – Piso 2 – Produção Leiteira	102
Imagem 27 – Piso 2 – Cooperativa Castrolanda	103
Imagem 28 – Piso 3 – Moinhos de Vento.....	103
Imagem 29 – Sistema de Roldanas	104
Imagem 30 – Arquitetura e Moagem	104
Imagem 31 – Moleiro.....	106
Imagem 32 – Propriedade da Família Leffers	109

Imagem 33 – Museu Histórico de Castrolanda.....	110
Imagem 34 – Horta.....	111
Imagem 35 – Casa Estábulo	112
Imagem 36 – Exposição Residência	113
Imagem 37 – O Tripé	114
Imagem 38 – Painel Cooperativismo 1.....	116
Imagem 39 – Exposição CCC – Religião	118
Imagem 40 – Painel Cooperativismo 2 e 3.....	119
Imagem 41 – Painel Religião 1.....	122
Imagem 42 – Painel Religião 2 e 3.....	124
Imagem 43 – Painel Ensino.....	126
Imagem 44 – Inauguração da Escola Holandesa PWA.....	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Projeto Casa Estábulo.....	72
Figura 2 – Projeto Complexo Cultural Castrolanda – Osman Pierri	94
Figura 3 – Projeto Arquitetônico de Jan Heijdra	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: OS MUSEUS COMO REPRESENTAÇÕES DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE	21
1.1 MUSEUS BRASILEIROS	21
1.2 MUSEUS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL	25
1.3 MEMÓRIA E HISTÓRIA: REPRESENTAÇÕES DOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA	34
CAPÍTULO 2: OS HOLANDESES DE 1951: IMIGRANTES DE CASTROLANDA	47
2.1 A HOLANDA NA 2ª GUERRA MUNDIAL	48
2.2 IMIGRAÇÃO NO BRASIL	52
2.3 A IMIGRAÇÃO NO PARANÁ	59
2.4 COLÔNIA DE CASTROLANDA	63
CAPÍTULO 3: REPRESENTAÇÕES DOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA EM CASTROLANDA	70
3.1 MUSEU CASA DO IMIGRANTE HOLANDÊS	71
3.1.1 Representações Expositivas dos Elementos Simbólicos do Museu Casa ...	76
3.2 MEMORIAL DE IMIGRAÇÃO HOLANDESA	89
3.2.1 Histórico dos Moinhos De Vento	89
3.2.2 Moinho de Immigrant	92
3.2.3 Representações Expositivas dos Elementos Simbólicos do Memorial	97
3.3 CENTRO CULTURAL CASTROLANDA	108
3.3.1 Representações Expositivas dos Elementos Simbólicos do Centro Cultural	115
3.3.1.1 O trabalho cooperativista	115
3.3.1.2 A religiosidade	120
3.3.1.3 O ensino	125
3.3.2 Museu Histórico de Castrolanda	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	136

INTRODUÇÃO

O estudo insere-se na linha de pesquisa de Discursos, representações: produção de sentidos, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, investigando o espaço museal da Colônia de Castrolanda como um espaço patrimonial e cultural da comunidade imigrante holandesa de Castrolanda, no município de Castro – Paraná.

A pesquisa visa o estudo sobre as representações da imigração holandesa no município de Castro – Paraná, Colônia Castrolanda, investigando as narrativas construídas através da arquitetura e da expografia de três espaços museais da Colônia: Museu Casa do Imigrante Holandês (1991-2016), Memorial de Imigração Holandesa - Moinho *De Immigrant* (2001) e Museu Histórico - *Boerderij* (2016). O objetivo da pesquisa é compreender como ocorreu o processo de musealização da memória e da identidade local, quais os símbolos e representações que a comunidade projeta nos espaços culturais, analisados como “lugares de memória” e como estes espaços contribuem para a representação da cultura criada sobre o imigrante holandês de Castrolanda, podendo auxiliar no processo de construção identitária e memorial da comunidade.

Musealização - uma das formas de preservação do patrimônio cultural, realizada pelo museu. Constitui a ação, orientada por determinados critérios e valores, de recolhimento, conservação e difusão de objetos como testemunhos do homem e do seu meio. Processo que pressupõe a atribuição de significado aos artefatos, capaz de conferir-lhes um valor documental ou representacional (IPHAN, 2006, p. 151).

O conceito de musealização, segundo o IPHAN, é analisado como um processo de atribuir significado ao espaço/monumento/artefato, utilizando estes como representações de uma identidade, de uma memória e de um local comum àqueles que o rodeiam.

Os museus dão a impressão de que preservam o passado. No entanto, longe de preservarem um significado eterno inerente a objetos, eles atribuem novos significados a objetos que foram retirados do tempo e do espaço em que foram originalmente produzidos (SEPÚLVEDA, 2002, p.100).

O museu pode ser compreendido como um instrumento de preservação histórica, recriando cenários, arranjos, elementos que perpetuam a memória e reafirmam a identidade da comunidade. A expografia é composta por elementos simbólicos que materializam uma narrativa histórica construída, através de escolhas memoriais, onde alguns elementos ganham destaque em detrimento de outros.

O recorte espacial deste trabalho se concentra em três espaços museais localizados no centro da Colônia Castrolanda, os quais possuem datas de construção diferentes, delimitando o recorte temporal da pesquisa entre o ano de 1991, com a construção do primeiro espaço e 2016, quando ocorre a inauguração do último museu.

O meu interesse no referido tema, ocorreu em função da minha carreira profissional e acadêmica. Posso apontar que esta pesquisa foi iniciada em 2016, período em que ingressei como historiadora no Centro Cultural Castrolanda, atualmente sou responsável pelos setores de Acervo-Pesquisa e Exposições da instituição, exercendo atividades de preservação, pesquisa de acervos/expográfica e catalogação de acervos.

Por intermédio do desempenho desta função, tenho acesso a toda documentação presente na instituição – iconográfica e textual – que permite o entendimento e o debate sobre o histórico dos imigrantes, seus descendentes, do processo de crescimento da Colônia e dos principais setores. Dentro deste acervo a maioria do material está em língua holandesa, idioma o que não domino. Desta forma, para conseguir acessar as informações presentes na documentação, conto com o auxílio de quatro voluntárias, moradoras da Colônia e do aplicativo Google Tradutor[®]1.

Estas voluntárias são responsáveis pela efetivação das traduções dos materiais holandeses e a descrição iconográfica vinculada a comunidade. As traduções são elaboradas através da análise das autoras, no caso as voluntárias, e sendo estas moradoras da comunidade, suas perspectivas são fundamentais tanto para análise histórica dos documentos transcritos, quanto pela perspectiva identitária por elas desenvolvida nessa atividade.

A escolha da temática ocorreu em função do meu contato com o viés de pesquisa de patrimônio cultural, iniciado na graduação e que tenho bastante interesse de estudo pelo trabalho de pesquisa que desenvolvo na instituição museal da Colônia. Estou inserida na comunidade de Castrolanda como um agente externo, não pertencendo ao contexto territorial e familiar dos moradores, minha atuação ocorreu no Centro Cultural Castrolanda. O contato que estabeleço com as voluntárias, bem como com outros moradores da comunidade, me despertou o interesse de como a narrativa foi

¹ Aplicativo desenvolvido pela empresa Google LLC – para acesso em *smartphones* com sistema operacional *Android*.

construída pela Colônia, nos diferentes espaços museais, quais elementos esses membros utilizam para construção histórica e cultural da colônia e como acabam transmitindo tal posicionamento nas exposições e ações articuladas no Centro Cultural.

O projeto de pesquisa apresentado na entrevista de aceite do Programa de Pós-Graduação em História da UEPG, propunha configurações diferentes da abordada na atual pesquisa. Inicialmente o projeto focava na relação entre patrimônio cultural e identidade, na análise de símbolos e signos vinculados à Colônia de Castrolanda e como estariam conectados à história da comunidade, tomando por base quatro símbolos marcantes na cultura de Castrolanda: Moinho *De Immigrant*, Grupo Folclórico, *Zeskamp*² e *OranjeFeest*³.

Ao apresentar o projeto no Núcleo de Pesquisas em História Intelectual II coordenado pelos professores doutores da instituição Erivan Cassiano Karvat, Maria Julieta Weber Cordova e Niltonci Batista Chaves, surgiram questionamentos sobre as diferentes temporalidades e possíveis dificuldades estruturais que a organização inicial proporcionava. Em conversa com a orientadora deste trabalho, pensamos em novas abordagens que seriam possíveis nas temáticas de Castrolanda e patrimônio cultural, partindo então de uma dupla análise, com base histórica e museológica. Nesse sentido, listo como objetivos a análise dos processos e motivações de criação dos espaços enquanto arquiteturas memoriais, analisando o espaço museal enquanto patrimônio cultural de representações de uma comunidade imigrante, onde as exposições museais trazem narrativas de elementos de identificação coletiva na Colônia de Castrolanda.

Castrolanda se configura como uma Colônia no município de Castro, Paraná, situada a 7 km da área central urbana da cidade, organizada por imigrantes holandeses que lá se estabeleceram em meados de 1950. Para entender o processo imigratório em Castrolanda, é necessário observar seu contexto de vivência em um cenário pós Segunda Guerra Mundial e as políticas brasileiras que permitiram o

² O *Zeskamp* é uma gincana existente desde 1976, de origem holandesa, que integra as 6 colônias de imigração holandesa no Brasil (Castrolanda, Arapoti e Carambeí no Paraná, Holambra I e II em São Paulo e Não me toque no Rio Grande do Sul). Acontece anualmente em julho, alternando as colônias e só podem participar das atividades imigrantes, seus descendentes ou membros que comprovem algum parentesco com holandeses.

³ O *OranjeFeest* Brasil fundado em 2001 no Brasil, segue uma tradição holandesa da década de 1980 de comemorar o dia da rainha, na época uma homenagem a Rainha Juliana, hoje se comemora o dia do Rei, Willem Alexander. Toda a festa possui a cor laranja e replica tradições culinárias e folcloristas da Holanda.

deslocamento de mais de 50 famílias, em sua maioria provenientes do Norte da Holanda. A Colônia possui em torno de 3000 habitantes distribuídos na área central e nas inúmeras propriedades rurais. Estima-se que em torno de 750 moradores da comunidade sejam imigrantes e descendentes de holandeses (CORREA; LIMA; SELAU, 2019, p. 134). A Colônia ainda mantém traços da cultura da “velha pátria”, presente na arquitetura das casas do centro, na manutenção dos valores religiosos e culturais, no aprendizado do ensino de língua holandesa e nas tradições típicas como festas, datas comemorativas, personalidades holandesas, entre outros. Os traços arquitetônicos, culturais, linguísticos de Castrolanda, apresentam elementos da organização desta comunidade, constituída de uma dualidade entre as tradições herdadas na Holanda (predominante nos símbolos existentes) e signos brasileiros incorporados em sua identidade ao longo dos anos.

O primeiro espaço museal oficializado em Castrolanda, foi o Museu Casa do Imigrante Holandês. Inaugurado em 1991, em homenagem aos 40 anos da Colônia, a arquitetura em madeira simbolizava as primeiras casas construídas pelos pioneiros holandeses, composta por uma junção de residência e estábulo. Durante 25 anos o museu foi administrado por um grupo de voluntárias da comunidade, que tinham como foco buscar e expor acervos significativos para a história e a memória das famílias imigrantes.

Nas comemorações do cinquentenário da Colônia, em 2001, foi inaugurado o Moinho *De Immigrant*, que possui 37 metros de altura, do chão à ponta da pá, sendo considerado um dos maiores existentes no mundo. Construído sob a supervisão do engenheiro holandês Jan Heijdra – especialista em moinhos de vento – é uma réplica funcional em tamanho original do moinho de farinha *Woldzigt*, construído em 1852, situado na província de Drenthe, no norte da Holanda. No Moinho, foi instalado o Memorial da Imigração Holandesa, constituindo-se como o segundo espaço de memória de Castrolanda.

Em 2014, foi lançado o projeto do Centro Cultural Castrolanda, possuindo como marco o início da construção do Museu Histórico, uma realização entre a Associação de Moradores de Castrolanda, a Cooperativa Castrolanda e o Ministério da Cultura, por meio da Lei Rouanet. O objetivo do projeto era construir uma instituição que se propusesse a valorizar e preservar a identidade dos imigrantes fundadores da Colônia. Inaugurado em 30 de novembro de 2016, o complexo Centro Cultural hoje é formado por dois espaços museais abertos à visitação: Memorial da Imigração

Holandesa – Moinho *De Immigrant* e Museu Histórico de Castrolanda – *Boerderij*.

Outro espaço visitável do Centro Cultural é o Museu Histórico de Castrolanda, uma construção típica da região nordeste da Holanda, que remete às antigas casas de fazenda, denominadas *Boerderij*. O espaço foi inaugurado em novembro de 2016, com a abertura de uma exposição sobre a trajetória histórica da comunidade, contando com ambientações técnicas necessárias ao trabalho da instituição com acervos bidimensionais (documentos e fotografias) e tridimensionais (objetos em geral).

Os museus podem ajudar a construir certos valores sociais, incluindo os que chamamos 'culturais'. Nesse sentido, os objetos ali mostrados não são apenas representações de cultura, mas também modelos para a reprodução da cultura, modelos para a prática. Eles informam não só sobre o que é a cultura, mas também sobre o que deveria ser. (SANZI-ROCA, 2007, p.96).

Enquanto instrumento de representação, o referido museu permite que uma comunidade, ou grupo, utilize para projetar e disseminar sua consciência sobre cultura. Um espaço que permite que uma simbologia, comum aos moradores, possua uma dupla função: de um lado visa a demarcação de uma identidade construída como coletiva, e de outro ponto a construção cultural como um elemento de lembrança, focado em rememorar ritos e consolidar tradições.

O museu é a sede cerimonial do patrimônio, o lugar em que é guardado e celebrado, onde se reproduz o regime semiótico com que os grupos hegemônicos o organizaram. Entrar em um museu não é simplesmente adentrar um edifício e olhar as obras, mas também penetrar em um sistema ritualizado de ação social. (CANCLINI, 2011, p.169).

A representação construída dentro de um espaço museal, não segue um discurso neutro, são consolidadas através de uma seleção do que deve ser mantido. No Centro Cultural Castrolanda, desde o ano de 2017, foi formada uma Política de Acervos e uma Comissão (formada por corpo técnico e comunidade), de modo a definir quais objetos são válidos para a representação da cultura daquela comunidade.

Uma dupla via abre-se assim: uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade. (CHARTIER, 1991, p.183).

Museus se consolidam como espaços de representação, apresentando elementos da carga memorial do outro através de suas ações de seleção, coleção e exposição dos objetos. A ação expositiva e de musealização são ações seletivas – de seleção de memórias e narrativas, baseados no que o museu quer apresentar e como

quer representar um discurso, selecionando objetos simbólicos (ou arquiteturas) com o intuito de comunicar uma narrativa museal construída.

Tomando o conceito de Waldisa Guarnieri, expresso no primeiro capítulo, o fato museal é formado pela tríade entre espaço, ser e objeto. Dessa forma pensamos o objeto e o espaço como o local de representação da memória cultural, o qual o indivíduo se vincula e utiliza como mecanismo de comunicação. O ser, aqui, possui uma figura dupla, de criador e de receptor – aquele que constrói a simbologia a ser representada e aquele que a interpreta, buscando o conhecimento sobre a cultura do outro.

Para compreender essa construção e representação, no espaço cultural de Castrolanda, utilizo nesta pesquisa o método de observação participante, me inserindo nos espaços de convivência dos moradores de Castrolanda, para o entendimento de como estes se representam e ressignificam seus espaços e eventos de identidade e memória. Segundo Proença esse método pode ser entendido como:

Diferentemente da entrevista, na observação participante o pesquisador vivencia pessoalmente o evento de sua análise para melhor entendê-lo, percebendo e agindo diligentemente de acordo com as suas interpretações daquele mundo; participa nas relações sociais e procura entender as ações no contexto da situação observada. As pessoas agem e dão sentido ao seu mundo se apropriando de significados a partir do seu próprio ambiente. Assim, na observação participante o pesquisador deve se tornar parte de tal universo para melhor entender as ações daqueles que ocupam e produzem culturas, apreender seus aspectos simbólicos, que incluem costumes e linguagem. (PROENÇA, 2007, p.3).

Desta forma, o pesquisador se insere como um agente externo dentro de um determinado espaço, tempo e contexto. Minha inserção ocorreu em função da minha atuação como historiadora da instituição museal, bem como a participação em eventos e espaços de cultura dos moradores e Castrolanda. Desde 2016, faço parte da equipe de construção de exposições e ações educativas, em conjunto com a equipe técnica formada por museólogo, pedagoga, auxiliar de conservação e as voluntárias da instituição.

Anexado ao ato da observação, as pesquisas documentais e bibliográficas visam oferecer a base de construção histórica e teórica desta pesquisa. Segundo Sá-Silva:

O documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social [...] graças ao documento, pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas etc., bem como o de sua gênese até os nossos dias. (CELLARD, 2008, p. 295).

Dessa forma, ressalto que a pesquisa documental nos permite analisar um discurso construído em uma definida época e por um grupo específico, quais memórias e quesitos administrativos aquele grupo em específico buscou construir e manter.

Utilizo um conjunto documental pertencente ao arquivo do Centro Cultural Castrolanda definindo como documentos correspondentes entre os anos de 1945 e 1951 focados em todo o planejamento imigratório, promovido por entidades de caráter religiosas, bem como os planejamentos desenvolvidos pela Cooperativa de Emigração em Grupo para o Brasil, organizada pelos próprios imigrantes holandeses. Esse conjunto embasará o primeiro capítulo sobre o contexto histórico de Castrolanda.

Foram consultados conjuntos documentais do Centro Cultural Castrolanda, que envolvem os três espaços memoriais: Casa do Imigrante Holandês de Castrolanda, com uma série documental pertencente à Associação dos Moradores de Castrolanda correspondente a criação do Museu Casa em 1991; e conjunto de cartas dos anos de 1990 – 1991 entre os moradores de Castrolanda e a Cooperativa Castrolanda sobre a importância da construção de um museu da história imigrante.

Foram analisados documentos sobre a trajetória de construção do Memorial de Imigração Holandesa, sendo uma série documental pertencente a Associação dos Moradores de Castrolanda referenciando a criação do Memorial de Imigração Holandesa – Moinho, em 2001, envolvendo projetos arquitetônicos e atas da Associação; o Diário de Jan Heijdra (2001), arquiteto holandês responsável pelo projeto e construção do Moinho. Também foram consultados documentos sobre a efetivação do projeto Centro Cultural Castrolanda e Museu histórico, composto por uma série documental pertencente à Associação de Moradores de Castrolanda referente à criação do Centro Cultural Castrolanda em 2016; cartas, ofícios e projetos de construção do Museu Histórico de Castrolanda em 2016.

Para a análise das representações construídas nos espaços, utilizado um conjunto de imagens, pertencentes ao acervo da instituição Centro Cultural Castrolanda, analisando os elementos simbólicos e os detalhes das arquiteturas dos espaços. Complementando as fontes citadas, utilizo a pesquisa bibliográfica, sobre a historiografia dos processos imigratórios no Brasil e no Paraná e como estes se inserem na construção da Colônia de Castrolanda. Executo também um levantamento bibliográfico sobre os principais teóricos que debatem os conceitos de patrimônio cultural, identidade, memória e hibridismo cultural.

[Revisão Bibliográfica] Fase da pesquisa em que se recolhem informações documentais sobre os conhecimentos já acumulados acerca do tema da pesquisa. [...] o conjunto de obras científicas, filosóficas etc. sobre determinado assunto, matéria ou questão. (GERHARD; SILVEIRA, 2009, p.99).

A principal fonte bibliográfica é o livro da imigrante holandesa Christina Kiers-Pot sobre os 50 anos de Castrolanda (2001), onde grande parte do discurso narrativo expográfico do Museu Histórico foi baseado. Outra importante fonte é o livro que contém o Projeto arquitetônico e paisagístico do Museu Histórico de Castrolanda, assinado pela arquiteta Dorothea Bouwman, em 2013.

Sobre a temática de Castrolanda foram encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES 12 trabalhos acadêmicos, sendo destes, 4 pertencentes à área das Ciências Humanas, 2 das Ciências Sociais Aplicadas e 6 das Ciências Agrárias. Dentre estes, a dissertação de mestrado de João Rickli é a que se destaca em informações sobre a Colônia, levando em consideração a vivência que o autor teve entre os membros da comunidade e a perspectiva que ele construiu. Sobre temáticas que abordam a questão das representações em espaços museais, foram encontrados 525 trabalhos, sendo destes 16 trabalhos de Programas de Pós-graduação em História, que articulam história e museologia social.

Essa dissertação foi dividida em três capítulos, organizados da seguinte forma: no primeiro capítulo, “O museu como representações da memória e da identidade”, a proposta é a construção conceitual que norteia esse trabalho, discutindo a noção dos espaços museais enquanto espaços sociais e o diálogo que estes estabelecem com a construção da memória e da identidade de diferentes grupos. A abordagem do capítulo inicia com uma breve apresentação sobre a história da implementação dos museus no Brasil e a perspectiva mundial sobre o que deve ser um museu, utilizando principalmente dos autores Mario Chagas (2007; 2009; 2013) e Dominique Poulot (2013). O tópico “Museus como patrimônio cultural” apresenta mudança no campo de estudo dos museus, alterando o imaginário de um local de depósito, para um espaço integrador, educacional, um símbolo de reconhecimento e um local de representação (Chartier, 1990; 1991; 2002; 2011), que presentifica memórias, crenças, valores e tradições coletivas, construindo narrativas identitárias comuns.

O terceiro tópico do capítulo um, intitulado “Memória e história: a representações dos espaços de memória”, aborda, por meio dos conceitos de Jan

Assmann (2016) e Maurice Halbwachs (2017), a compreensão dos processos de construção da memória coletiva no campo da História, partindo do viés de que a memória não é um registro unificado e sólido do passado, mas uma construção que tem por base as relações de indivíduos com seu meio social/cultural e símbolos referenciais. A memória é variante e seletiva, sendo projetada em diversos lugares de memória (NORA, 1993), permitindo que os indivíduos locais estabeleçam elos de identificação (Joel Candau, 2012) com próprios locais de memória.

O segundo capítulo, intitulado “Os holandeses de 1951: imigrantes de Castrolanda”, consiste em um levantamento contextual sobre a história da comunidade de Castrolanda. Abordando a partir dos adventos da Segunda Guerra Mundial e como a Holanda foi afetada pela guerra, ocasionando em restrições econômicas, sociais e governamentais que estimularam processos de emigração, como dos imigrantes de Castrolanda em 1951. Essas famílias imigrantes contaram com o apoio da Colônia holandesa de Carambeí (na época pertencente ao município de Castro), a qual, com o auxílio dos governos do Brasil e dos Países Baixos, estabeleceram os primeiros contatos para efetivação de uma nova colônia.

Na Holanda, uma Cooperativa de Emigração em Grupo para o Brasil foi fundada, auxiliando os interessados no projeto emigratório, em todos os trâmites (burocráticos, financeiros, sociais e também religiosos), estabelecendo um processo de imigração planejada e dirigida, contando com o suporte de entidades religiosas holandesas e com o governo do Paraná, que tinha interesses políticos na concretização de uma nova colônia. Castrolanda foi fundada em 30 de novembro de 1951, marcando a chegada do primeiro grupo imigrante e seu nome é oriundo da junção de Holanda e Castro.

O terceiro capítulo, “Representações dos espaços de memória em Castrolanda”, discute a criação dos 3 espaços museais da Colônia: Museu Casa do Imigrante Holandês (1991-2016), Memorial de Imigração Holandesa – Moinho *De Immigrant* (2001) e Museu Histórico – *Boerderij* (2016). Cada espaço museal é apresentado em tópicos específicos. Tratei, assim, das singularidades dos processos de construção, considerando suas influências arquitetônicas, a seleção de acervos a serem demonstrados e a construção expográfica, abordando como ocorreu o envolvimento da comunidade no planejamento e efetivação dos museus.

Os tópicos definidos como “Representações expositivas dos elementos simbólicos”, atribuídos a cada um dos espaços apresentam, através de fotografias, os

elementos simbólicos presentes nos três museus em suas exposições iniciais (desenvolvidas durante os processos inaugurais de cada espaço), analisados pela perspectiva de lugares de memória de Pierre Nora (1993), pensando esses lugares como espaços físicos, simbólicos e funcionais. O físico/material, entendido como o espaço material de consolidação da memória, no caso a arquitetura e o ambiente dos três museus. O simbólico caracterizado como as representações desta memória, inseridos em elementos significativos de ligação entre indivíduos e a memória. O funcional/uso, entendido como as práticas, expressões e transmissões da representação construída

A escolha da divisão do trabalho, parte de uma construção acadêmica e pessoal, por ser a construção que melhor atende a proposta inicial desta dissertação e sua finalidade, pois a intenção é que o estudo possa servir, futuramente, de material de pesquisa na instituição Centro Cultural Castrolanda e demais instituições museais.

CAPÍTULO 1: OS MUSEUS COMO REPRESENTAÇÕES DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE

A proposta deste capítulo é a construção teórica sobre o espaço museal enquanto patrimônio cultural, elencar o debate sobre o museu enquanto espaço de representação, conforme teorizado por Chagas e Sepulveda (2017):

Eles (museus) procuram lidar com as memórias, imagens e identidades construídas, que são sempre incompletas porque correspondem a uma multiplicidade de experiências vividas por indivíduos e grupos sociais que não se encontram parados no tempo, mas em contínua transformação. Além disso, procuram perceber as tensões e disputas que resultam nas lembranças e esquecimentos que estão presentes em políticas e instituições do patrimônio. (CHAGAS; SEPULVEDA, 2007, p.16).

Para trabalhar o museu enquanto instrumento de diálogo com a cultura local, precisamos elencar alguns pontos, como a relação existente entre cultura e identidade e a função da memória na historiografia. Debater esses conceitos nos permite entender o espaço museal como um local social, cada vez mais conectado com o público, estando diretamente ligado com memórias coletivas, símbolos comuns, linguagens, ensino e como esses conceitos estão conectados com a noção atual de museus – um espaço de mediação cultural.

A lógica da musealização se torna cada vez mais presente na atualidade. O museu passa a oferecer caminhos que permitem uma articulação entre o passado e o presente, a relação de representação que se estabelece com um objeto material ou imagem presente e algo ausente e, por outro, as representações da memória coletivas elaboradas no sentido de enunciar e definir uma determinada realidade são processos mentais, pois em ambos, pode estar ausente uma relação de representações direta com um dado objeto ou imagem. (HELLWIG, 2008, p.10-11).

1.1 MUSEUS BRASILEIROS

Considerando os estudos de Maria Fonseca (2009), pontuamos que os primeiros museus brasileiros foram organizados no século XIX, seguindo as discussões europeias, possuindo caráter elitista, enciclopédico. Com os movimentos intelectuais modernistas da década de 1920, as concepções sobre patrimônios nacionais ganharam novos contornos, pautada na exaltação de símbolos físicos e artísticos patrióticos que expressassem o nacionalismo em ascensão, a narração da história oficial brasileira. (FONSECA, 2009, p.81).

Em agosto de 1922 é criado o Museu Histórico Nacional – MHN, através de um Decreto, sob o número n.º 15.596. Sua criação, como aponta Marcela Silva

(2015), evidencia os debates sobre nacionalismo proposto pelos intelectuais modernistas e propõe uma educação social pautado nessa visão, de exaltação dos símbolos nacionais (SILVA, 2015, p. 63).

Dentro desse seguimento modernista, foi possível na década e 1930, a constituição do Decreto-Lei n.º 25 de 1937, elaborado pelo jurista Rodrigo de Mello Franco de Andrade, baseado no projeto de Mario de Andrade, a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) – nome alterado em 1970 –, órgão integrando inicialmente a estrutura do Ministério da Educação e Saúde Pública, (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.45) promovendo a proteção física, o debate, a valorização do patrimônio nacional.

No caso brasileiro, basta lembrar que foi no Museu Histórico Nacional que se criou, em 14 de julho de 1934, a Inspetoria Nacional de Monumentos, dirigida, por mais de três anos, por Gustavo Barroso. A rigor, foi um dos principais antecedentes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como reconheceu Rodrigo de Mello Franco de Andrade, em texto publicado no *Jornal do Commercio*, de Recife, de 18 de agosto de 1939. (CHAGAS, 2009, p. 47).

Conforme dados do IPHAN (2008) desde a década de 1940 até os anos 2000, a responsabilidade sobre as questões museais em solo nacional, ficaram a cargo do Instituto, no que tangia orientar e coordenar as atividades dos museus federais e prestar assistência, estando sob a guarda do mesmo os principais museus nacionais. (IPHAN, 2008, p.16-25.).

A partir da década de 1970, a concepção de patrimônio nacional, passa a ser delimitada por novos conceitos, vinculados principalmente a necessidade da ampliação das noções de políticas públicas patrimoniais, essenciais para a preservação do patrimônio, através de incentivos, proteção através de instrumentos legais e, principalmente, educação patrimonial.

Esse debate nacional acarretou alterações no sistema organizacional do IPHAN, suas diretrizes foram alteradas para comportar os diferentes segmentos impostos, um deles é a criação de um setor, dentro do Instituto para o debate museal, criando através da portaria nº 230 de 26 de março de 1976, a Divisão de Museus e de Difusão Cultural, atribuindo a esse setor coordenar os museus nacionais e estimular o desenvolvimento de novos museus nas temáticas da arte, história, etnografia e arqueologia. Órgão que foi substituído em 1986 pela Coordenadoria do Sistema Nacional de Museus (IPHAN, 2008, p.17-20).

O estímulo destinado à criação e vinculação de museus de diferentes segmentos, permitiu que, em 2003, o Ministério da Cultura lançasse a Política Nacional de Museus (PNM). O principal objetivo da criação da PNM, como descreve atualmente o IBRAM, consistiu “em promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio museológico brasileiro a partir de sua diversidade cultural e, com isso, desenvolver e revitalizar as instituições museológicas” (IBRAM, 2013). A partir da criação da PNM e do fortalecimento do setor museal no Brasil, é criado, no mesmo ano, o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), no âmbito do IPHAN, e o desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Museus. Segundo definição atual do IBRAM, a finalidade do SBM é:

[...] facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros. Além disso, propicia o fortalecimento e a criação dos sistemas regionais de museus, a institucionalização de novos sistemas estaduais e municipais de museus e a articulação de redes temáticas de museus. (IBRAM, 2013).

O DEMU passa a desenvolver instrumentos normativos, múltiplos programas, e ações de promoção do trabalho museal, porém desperta a necessidade da criação de um órgão que atue mais autônomo na estrutura federal, com isso inicia o projeto da criação de instituto próprio para museus, uma autarquia federal, que se vincule ao Ministério da Cultura. Em função desse projeto, é aprovado, em 2009, o Estatuto de Museus e criado o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), substituindo o DEMU e a aceitando para si a responsabilidade do IPHAN, de gestão e estímulo dos museus nacionais (SILVA, 2015, p. 69). Assim, estabelecer a historiografia da formação do IBRAM nos permite entender como os museus foram e são compreendidos em solo nacional, onde as mudanças políticas permitiram uma definição sólida do que é museu.

Os museus buscam promover um espaço de discussão sobre conhecimentos, saberes, fazeres, ideias e valores, de geração a geração e entre variados segmentos sociais, coexistindo em um dado momento histórico. Estas instituições almejam contribuir para o desenvolvimento humano e social das comunidades nas quais se inserem, além da missão precípua de assegurar a preservação e a transmissão de aspectos da cultura (CAZELLI; KOPTCHE; LIMA, 2007, p. 70).

Mesmo com a criação e desenvolvimento da área cultural e museal no Brasil, em consonância com as políticas museais internacionais, governos com viés conservador e autoritário não reconhecem e desprestigiam o papel fundamental das políticas culturais em suas gestões. Diversas divergências governamentais enfraqueceram a estruturação do setor museal, que enfrentou e ainda enfrenta

problemáticas de gestão, atuação e reconhecimento. O citado não reconhecimento ocorre principalmente pelos ataques sistemáticos sofridos pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto Brasileiro de Museus a partir de 2016, e que se perpetua até o momento.

[...] entre 2014 e 2017, assistimos à aprovação no Congresso brasileiro (em nome de 'Deus' e da 'família', com a mediação das oligarquias políticas) do impedimento da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. No pós-impedimento foi possível constatar, particularmente no que se refere à cultura, de um lado, a ação do novo governo no sentido de desarticular e extinguir o Ministério da Cultura e, de outro, os movimentos de resistência e ocupação cultural colocados em ação por artistas e diferentes coletivos. Na atualidade, setores culturais, incluindo as diferentes linguagens artísticas e os museus, passam por situação crítica: um surto de censura e ameaças às liberdades de expressão individual e institucional foram colocados em ação por grupos sociais que defendem bandeiras ultraconservadoras. Ao lado dessa situação, o Ministério da Cultura, que em curto intervalo de tempo passou por três ministros, está fragilizado para uma ação de enfrentamento e resistência (CHAGAS; PIRES, 2018, p. 287).

Durante a gestão do governo interino, o Ministério da Cultura foi se desarticulando, sendo subordinado ao Ministério da Educação, sob a justificativa de corte de gastos e reestrutura administrativa, após protestos por parte de entidades e grupos culturais o Ministério foi recriado, porém com sérias restrições orçamentárias. Outro ataque governamental, na mesma vertente, propôs a extinção do Instituto Brasileiro de Museus em 2018 e sua substituição por uma Agência Brasileira de Museus, proposta apresentada após o incêndio do Museu Nacional (Rio de Janeiro) em setembro de 2018, excluindo toda pesquisa e desenvolvimento do campo. Ações como essa se configuram como retrocessos, considerando todas as discussões que permeiam o campo cultural e a necessidade de amparo e infraestrutura adequada.

O texto da Medida Provisória nº 850 de 10 de setembro de 2018, divulgado pelo governo Michel Temer uma semana após o incêndio no Museu Nacional, transformava o IBRAM em ABRAM (Agência Brasileira de Museus), uma agência privada sem fins lucrativos e com contrato firmado com o governo brasileiro. A polêmica acerca de uma mudança de gestão em meio a visibilidade do incêndio fez retroceder a proposta no início do ano de 2019. [...]. A referida Medida Provisória foi rejeitada pelo Plenário da Câmara dos Deputados no início de 2019 em questionamentos sobre a constitucionalidade da proposta. No entanto, tal qual a mudança de estatuto da cultura dentro do governo brasileiro nos últimos 4 anos, ao passar de um Ministério da Cultura em 2016 para uma Secretaria Especial da Cultura em 2019, a conversão para os limites da ABRAM parece fazer parte de um conjunto de mudanças a ser implementado nos anos que virão a seguir (VALVERDE, 2020, p. 146-147).

A criação de uma agência de serviço autônomo para a gestão de instituições museológicas segue o viés governamental neoliberal, pautado em um discurso de liberdade administrativa e econômica e mínima intervenção do Estado, transformando

as instituições museológicas públicas em gestões privatizadas/terceirizadas, desconsiderando as construções das políticas públicas culturais e os trabalhos de gestão desenvolvidos de forma participativa.

O governo do Presidente Jair Bolsonaro (2019 a 2022) começa como continuidade do governo do presidente Michel Temer, voltando com uma agenda ultra neoliberal como proposta de organização do Estado brasileiro. Inicia-se novamente o debate sobre a diminuição do número de ministérios, tendo, como um dos primeiros atos, a extinção do Ministério da Cultura, transformado em uma secretaria especial no âmbito do novo Ministério da Cidadania (NASCIMENTO JUNIOR, 2019. p. 84).

A reconfiguração do Ministério da Cultura em Secretaria Especial da Cultura, inicialmente subordinado ao Ministério da Cidadania, e transferido para a pasta do Ministério do Turismo, conforme Decreto nº 10.359, de maio de 2020, representam a negligência por parte do governo atual na gestão cultural brasileira. As alterações ocorridas não sinalizam estruturas sólidas para o campo cultural, que de forma geral, sofre intervenções de cunho ideológico em suas ações com cortes severos, falta de suporte e de manutenção que acarretam em retrocessos constantes.

Atualmente, o debate sobre a relevância cultural dos museus configura-se um ato de resistência, pela defesa não somente do suporte orçamentário e administrativo defasados, mas principalmente pela defesa do acesso às memórias e às problematizações da narrativa histórica de pertencimentos, bem como pelo necessário debate sobre diversidade e pluralidade cultural.

1.2 MUSEUS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Atualmente a afirmação ‘Museu não é depósito de velharias’ não deveria ser necessária entre os profissionais de Museu, dando lugar a várias propostas do que seria Museu e de como ele atuaria no contexto cultural de nossa sociedade. No entanto, ainda permanece difundida entre o grande público a noção de que Museu é, além de lugar de ‘velharias’, lugar onde podem ser encontrados objetos únicos, curiosos, maravilhosos. Seria interessante, então, refletir sobre a possível herança cultural que leva esse grande público a esperar do Museu exatamente o contrário do que seus profissionais propõem (RAFFAINI, 1993, p. 159).

Com a afirmação proposta por Raffaini, a concepção de um museu está muito além do que um espaço exclusivo para guardar objetos, mesmo que ainda esse conceito de “gabinetes de curiosidades” se aplica a diferentes museus, deve-se considerar a complexidade que enfrentamos hoje de definir o que é um museu e, principalmente, qual a utilização de um museu dentro de seu espaço de interação.

As diferentes ações de um museu, permitem que ele se comunique com a sociedade detentora, que um diálogo mais abrangente seja estabelecido, mesmo que em muitos lugares, ainda projeta a ideia do museu como um lugar estático, com a única função de demonstrativo. No campo da museologia, enquanto uma ciência de estudos recente, existe a necessidade de romper com esse imagético, construir o espaço museal enquanto um agente educador e cultural, aberto e integrado ao cotidiano social, um espaço que está em constante transformação, visando a exploração do passado, utilizando-se da representatividade do presente que se insere. Essa construção é possível através da articulação com a comunidade que o cerca.

O museu pode ser compreendido como um espaço educacional, social e cultural, apresenta-se como um local dinâmico, de aprendizado, de troca de informações, de crescimento. Segundo a Lei nº 11.904 que instituiu o Estatuto de Museus, baseada na definição abordada pelo Conselho Internacional de Museus – ICOM de 2007:

Art. 1º. Consideram-se museus[...], as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009).

A função social de um museu pode ser pensada de forma diferente do que somente o ato da guarda, exige que a instituição desenvolva um aparato extenso no que tange preservar, pesquisar, dialogar e propagar a memória vinculada a acervos das mais variadas tipologias e simbologias. O espaço museal necessita de diálogo, necessita que a comunidade interaja diretamente com sua funcionalidade.

[...] o museu é enunciador/enunciatório porque recebe e reelabora os múltiplos discursos sociais, criando a unidade do discurso museológico. O público é enunciatório/enunciador porque recebe o discurso museológico e os múltiplos discursos sociais que circulam em seu universo e, a partir da apropriação do(s) discurso(s) original(is), cria um outro discurso (CURY, 2004, p. 91).

Para mapear a construção de um museu enquanto espaço educador e cultural, proponho um breve mapeamento sobre a concepção de museus no campo da museologia. Para a construção dessa concepção trago ao texto o historiador francês Dominique Poulot e o museólogo brasileiro Mario Chagas.

Segundo apontado por Poulot em sua obra “Museu e museologia” (2013), em meados do século XV o colecionismo torna-se uma das principais formas de

ostentação e demonstração cultural na Europa, sendo uma prática perpetuada até meados do século XVIII, envolvendo coleções de príncipes, reis, tesouros expedicionários, obras antigas, acervo naturalista, objetos sacros de outras religiões, culturas, enfim, conjunto de objetos significativos para seu proprietário, inicialmente acumulados como riquezas e para sanar curiosidade, constituindo os "Gabinetes de Curiosidades" – com o tempo esses gabinetes ganham funções muito mais políticas, econômicas e científicas (POULOT, 2013, p. 55).

Inicialmente o acesso a essas coleções eram restritas aos proprietários, nobres, políticos e estudiosos, porém a especialização das coleções e o desenvolvimento do cientificismo, permitiu uma abertura ao público em meados do século XVIII (POULOT, 2013, p. 141), permitindo a consolidação dos principais museus de história nacional do mundo, bem como as primeiras abordagens sobre a discussão de preservação de bens e a manutenção de uma memória nacional.

Moana Soto (2014) fez um levantamento da trajetória da concepção museal, ressaltando os pontos mais relevantes de transformação no campo da museologia, principalmente na segunda metade do século XX, onde os estudos sobre patrimônio e cultura se focam nos sujeitos e suas relações sociais de forma cotidiana, em suas atuações comunitárias e nas transformações sociais dos diferentes grupos étnicos. Passam a explorar o entendimento do outro e suas multiculturas.

As revoluções comportamentais e tecnológicas acontecidas durante a década de 50, tais como o desenvolvimento e massificação do cinema e a descoberta do DNA, o conflito entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA), a chamada Guerra Fria; e o início dos movimentos de descolonização na África e na Ásia, serviram de pano de fundo para a produção de documentos que visavam desenvolver as práticas no âmbito da Museologia e dos museus. Ao se tratar da elaboração documental neste período, deve-se destacar, em 1958, o Seminário da Unesco sobre a função educativa dos museus, em que se estabeleceu uma nova visão tanto para os objetos museológicos, bem como o caráter educativo que deve ter o museu (SOTO, 2014, p. 65).

A partir dos estudos sobre museus, debatem-se os espaços de guarda de memória como espaços educacionais e dinâmicos, cada vez mais próximo do público, porém, seu discurso ainda se focava nos mitos heroicos e momentos marcantes da narrativa histórica.

[...] o campo museal se vê forçado a uma dilatação e a uma reorganização dos seus próprios limites, especialmente a partir das suas práticas de mediação. Esse fenômeno, passível de ser observado após a Segunda Grande Guerra e as guerras coloniais, ganha ainda maior nitidez na década de 1980, com os desdobramentos da chamada nova museologia (CHAGAS, 2009, p. 48).

Na década de 1960, segundo Poulot (2013, p. 139) a história presencia um crescimento de movimentos sociais, insatisfeitos com as situações políticas vigentes e com as estruturas sociais desiguais. Inúmeras bandeiras são levantadas contra movimentos de guerrilha, desigualdade social das minorias, a busca por uma liberdade de pensamento filosófico. Nessas conjunturas há uma rejeição sobre o modelo museal elitista e ocorre um novo processo de reformulação em consonância com as insatisfações mundiais.

O Movimento Internacional da Nova Museologia (Minom), que se organizou na década de 1980 – a partir dos flancos abertos, na década anterior, no corpo da museologia clássica, tanto pela mesa-redonda de Santiago do Chile como pelas experiências museais desenvolvidas no México, na França, na Suíça, em Portugal, no Canadá e um pouco por todo o mundo -, viria também a se configurar num novo conjunto de forças capazes de dilatar ao mesmo tempo o bastião museal e a cidadela patrimonial (CHAGAS, 2009, p. 48-49).

Os estudiosos do campo museal, passam a debater o papel social dos museus, enquanto espaços inclusivos, focados no diálogo, em transformar o público para além de espectadores, mas transformadores e formadores de discurso. O museu busca adquirir uma visão mais integralizada, trazer as camadas com menos acesso à cultura para dentro da discussão do que é cultura e do que é memória, e como preservá-la.

Os novos tipos de museus romperam fronteiras e limites, quebraram regras e disciplinas, esgarçaram o tecido endurecido do patrimônio histórico e artístico nacional e estilhaçaram-se na sociedade. As suas práticas de mediação atualizaram a potência de uma imaginação que deixou de ser prerrogativa de alguns grupos sociais. Não se tratava mais, tão somente, de abrir os museus para todos, mas de admitir a hipótese de que o próprio museu, concebido como um instrumento ou um objeto, poderia ser utilizado, inventado e reinventado com liberdade pelos mais diferentes atores sociais. Por essa estrada, o próprio museu passou a ser patrimônio cultural e o patrimônio cultural uma das partes constitutivas da nova configuração museal. [...] com as práticas da nova museologia, a aproximação dos domínios patrimonial e museal foi tão intensificada que alguns autores passaram a compreender a museologia como uma disciplina que “tem por objeto o estudo do papel dos museus nos fenômenos de fabricação e de representação de um patrimônio (CHAGAS, 2009, p. 49-51).

Nesse viés, o museu enquanto patrimônio torna-se um produtor e significados com valor simbólico e identitário para a comunidade que o cerca, estabelecendo o que Waldisa Rússio (2010) chama de “fato museal”.

O “fato museal é a relação profunda entre o homem, sujeito conhecedor, e o objeto, parte da realidade à qual o homem igualmente pertence e sobre a qual tem o poder de agir” (GUARNIERI, 2010, p. 127), sendo em sua visão, o museu o espaço de conexão entre objeto e ser – sendo o entendimento dessa inter-relação o objetivo da museologia enquanto uma ciência aplicada.

No histórico do campo museal é perceptível os avanços empregados nos últimos anos para solidificar a ciência dos museus, fugir de um conceito estereotipado de museu como espaço de “acúmulo e antigo”, e debater os museus como espaços sociais. Na nova museologia, os museus ganham uma visão mais socializadora, são espaços de interação e em constante conversação com a comunidade que o cerca, seguindo esse viés.

O ser – visto como o público-comunidade, indivíduo que se faz presente no espaço cultural, promove transformação, dialoga, auxilia na construção da narrativa histórica (GUARNIERI, 2010, p. 127). O objeto – está para além de uma fonte de informação, se torna uma fonte histórica plural – passa a permitir as diferentes interpretações, está vinculado a identidade de um grupo – viabiliza a narrativa de grupos até então pouco expressados nos espaços de cultura. Os bens tornam-se patrimônios culturais identitários (GUARNIERI, 2010, p. 127). O lugar – na nova museologia os museus tornam-se lugares de conexão entre ser e objeto – são os museus que colocam os objetos em dinâmica com a memória e a sociedade, tornando-os parte importante no diálogo entre a narrativa e a sociedade, exercendo papel relevante na comunicação museal (GUARNIERI, 2010, p. 127).

Assim como a noção de museu ganhou contornos mais amplos no século XX, o conceito de patrimônio também se reconfigurou. Não pretendo traçar nessa dissertação o percurso histórico do Patrimônio, em função de já ser um percurso bem debatido na historiografia sobre a temática, mas vale ressaltar o papel que o bem patrimonial assumiu em relação à identidade e à memória. Antes, sua configuração se pautava em uma materialidade – em bens físicos, marcos nacionais – esse viés ganha um caráter de essência, o patrimônio sai do campo físico e assume uma posição no campo do simbólico, da representação – oferece um ponto de encontro entre indivíduos – torna-se espaços e práticas diretamente vinculadas a cultura e principalmente a memória coletiva.

Nessa direção, a museologia como ciência interpretativa, que estuda a musealidade de todos os fazeres humanos passíveis de serem musealizados, é também a ciência da memória que se constitui na relação com os objetos. Por esse caminho, os museus podem ser compreendidos como espaços de representação social da relação do homem com o seu entorno, das sociabilidades, do confronto de significados, dos conflitos sociais e suas diferenças, da diversidade (NASCIMENTO, 2007, p. 267).

A memória de uma comunidade está em constante remodelação, ocasionando em momentos de esquecimento e rememoração, dessa forma os

patrimônios culturais materializam essa memória, sejam através de espaços físicos, quanto de narrativas, ocorre um processo de legitimação da memória coletiva, referenciando a um passado comum.

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em 'patrimônio'. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural, significa atribuir-lhes uma função de 'representação', que funda a memória e a identidade. Os diálogos e as lutas em torno do que seja o verdadeiro patrimônio são lutas pela guarda de fronteiras, do que pode ou não pode receber o nome de 'patrimônio', uma metáfora que sugere sempre unidade no espaço e continuidade no tempo no que se refere à identidade e memória de um indivíduo ou de um grupo. Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso a disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público. Na medida em que torno público um conjunto de objetos que, até então, tinham apenas existência privada altero as fronteiras entre um e outro domínio, altero minha posição em relação a interlocutores situados no espaço público (GONÇALVES, 2002: 121-122).

O patrimônio pode ser interpretado como um instrumento de debate sobre a cultura e a identidade. Inicialmente sua funcionalidade se pautava em representar uma nação, sendo reformulado para uma aproximação com a comunidade, um entendimento mais amplo com foco na simbologia, na representação de grupos, na construção memorial diversificada.

(Patrimônio) A expressão designa um bem estimado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, construído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. (CHOAY, 2001, p.11).

O patrimônio cultural permite que um indivíduo se reconheça como pertencente aquele símbolo, como criador do mesmo, mas também como receptor daquela história e conseqüentemente preservador daquela memória coletiva (CORÁ, 2013, p. 123). Esse senso de pertencimento se vincula a ideia de identidade do indivíduo. Esse patrimônio cultural, pode ser entendido como uma herança cultural, como aponta Canani (2005) "O termo patrimônio, em inglês *heritage*, em espanhol *herencia*, traz no conjunto de seu significado uma relação estreita com a ideia de herança: algo a ser deixado ou transmitido para as futuras gerações" (CANANI, 2005, p. 165). Ou seja, práticas que são herdadas pelas gerações seguintes, sofrendo as alterações conforme a construção da memória de uma geração para a outra.

Pensando em patrimônio cultural como uma herança vinculada a memória coletiva e identidade, os símbolos patrimoniais de uma comunidade não necessitam

de um registro de tombamento para aplicar sua significação como patrimônio cultural de um grupo. Segundo aponta Johansen (2019) em sua tese:

[...] bens culturais podem ser compreendidos como patrimônio de uma comunidade independentemente do seu reconhecimento ou não por órgãos públicos responsáveis para tal (tombamento/registro). Ou seja, quem qualifica o bem cultural como seu patrimônio é a comunidade que o vivencia hoje e não gestores e/ou especialistas da área (JOHANSEN, 2019, p. 18).

Buscando o entendimento de um patrimônio cultural como símbolo histórico de uma comunidade, deve-se pontuar o elo existente entre identidade e cultura. Segundo Corá (2013) “[...] a identidade é recriada a todo instante, tanto na perspectiva do indivíduo, quanto do local ou global. A identidade é o reflexo do próprio sentimento de pertencimento cultural” (CORÁ, 2013, p. 123). O indivíduo ou um grupo constroem sua identidade a partir da relação que eles estabelecem com a cultura que os cerca, e na legitimação de um passado, construído pela memória comum.

O patrimônio [...] funciona como um ‘aparelho’ ideológico da memória’: a conservação sistemática de vestígios, relíquias, testemunhos, impressões, traços, ‘serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado e, em particular, a ilusão da continuidade. Dominique Poulot faz uma constatação similar quando afirma que a história do patrimônio é a história da ‘construção do sentido de identidade’, e mais particularmente, aquela dos ‘imaginários de autenticidade’ que inspiram as políticas patrimoniais. Para esses imaginários, o relicário da memória se transforma em um relicário de identidade que se busca no passado. A reivindicação patrimonial se pensa a si própria como um elemento do patrimônio: ela é considerada como um ‘investimento identitário’ a ser transmitido (CANDAU, 2012, p. 156-157).

Se um patrimônio, seja ele material ou imaterial, proporciona símbolos culturais e legitima a memória construída (concede autenticidade, conforme apontado por Candau), que permitem que esse indivíduo ou grupo se identifique com ele, este estará inserido na construção da identidade daquele indivíduo. O símbolo e a memória, vinculados a identidade está para além da materialidade do seu suporte, um monumento isolado de seu contexto pouco nos diz de seus vínculos e símbolos, é o encaixe com a cultura local que o configura como patrimônio cultural pertencente a algo. É a prática de sua construção e manutenção que permite o entendimento de como um determinado grupo se projeta dentro do seu espaço de convivência.

As práticas, nesse contexto, podem ser exemplificadas como o hábito cotidiano, as crenças, os valores (familiares, religiosos), tradições modos de viver e dialogar, as festividades, são práticas que podem ser avaliadas como um patrimônio cultural pertencente a uma comunidade local, que unificam as características comuns de um grupo e proporcionem um discurso de coletividade (SANTANA, 2015, p. 91).

Os espaços museais podem ser analisados como patrimônios culturais, ambientes de representação das práticas coletivas, que se vinculam diretamente com a memória, identidade e cultura de grupos e indivíduos isolados, afirmando um discurso seletivo de quem o desenvolve. O conceito de patrimônio se vincula a uma noção de herança, no caso dos museus essa herança são as manutenções de tradições e de afirmações de memória que o espaço museal busca consolidar.

Os indivíduos estão reconstruindo suas identidades tanto pessoais como coletivas a todo momento. É de ressaltar, portanto, que ao considerarmos os museus como instituições que lidam com a construção da memória, não há como ignorarmos que eles fazem parte da história, de um processo aberto cujo destino está em aberto. A política de identidades se faz ao longo de um processo cujo curso não é possível de ser predeterminado, o que, no entanto, não nos impede de procurar compreendê-la e contextualizá-la. (CHAGAS; SEPULVEDA, 2007, p. 13).

Essa perspectiva nos permite ver o museu e toda sua gama de objetos e documentos, como uma “ponte” (NASCIMENTO, 2007, p. 270) que interliga o passado, o presente e o futuro com o social. Esse social é o produtor e o receptor dessa tríade, e quando pensamos em um patrimônio museal que deve ser preservado, também estamos abrindo a questão para a preservação dos agentes sociais, pois são eles que irão garantir a manutenção do processo histórico.

Cada geração, como é bem sabido, se vê desafiada a se reapropriar do patrimônio, a redimensionar e ressignificar o museu. Desse ritual, pelo menos desde o século XVIII, o mundo ocidental não tem podido fugir. Em outras palavras: a qualidade de vida cultural e social de cada geração depende da sua capacidade antropofágica, da sua capacidade de apropriar-se daquilo que foi produzido em outros tempos e em outros espaços (NASCIMENTO, 2007, p. 270).

O físico do museu pode ser pensado como pontos de encontro, um espaço onde a comunidade dialoga na construção de sua cultura, o qual cada geração modifica, debate e constrói o significado de ser e pertencer àquele local.

Mais do que o conceito de mentalidade, ela [a representação] permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais uns «representantes» (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1990, p. 23).

O ato de representar algo, dentro de um espaço museal, não deve ser visto como a criação de um discurso neutro, eles produzem estratégias e reproduzem práticas para legitimar uma construção coletiva. A interpretação de “coletivo”, não

pode ser generalizada, subjugando a comunidade na totalidade envolvida, existe uma relação de poder entre aqueles que debatem e projetam e aqueles que são englobados dentro de um discurso “comum”. No terceiro capítulo, será apontado a presença das Comissões formadas na comunidade de Castrolanda. São membros da comunidade designados para pesquisar, buscar e construir uma representação que perpetue um discurso coletivo.

A forma estática de objetos expostos não elucida as questões sociais que perpassam a historiografia local, existe a necessidade de uma contextualização narrativa para tornar aberto o debate sobre a construção histórica do espaço e de seus envolvidos. A narrativa histórica construída e aplicada no espaço museal oferece essa oportunidade de diálogo, envolvendo quatro elementos, o museu, o público, o objeto e o representado. Permitindo a desconstrução, mas também a reafirmação de estereótipos sociais envolvendo o grupo representado.

[...] a representação mostra o ‘objeto ausente’ (coisa, conceito ou pessoa), substituindo-o por uma ‘imagem’ capaz de representá-lo adequadamente. Representar é, pois, fazer conhecer as coisas mediatamente ‘pela pintura de um objeto’, ‘pelas palavras e pelos gestos’, ‘por algumas figuras, por algumas marcas’ – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias (CHARTIER, 2002, p. 165).

A representação cultural, uma projeção do imagético, grupos, sociedades, comunidades, países, criam imagens-símbolos que presentificam suas crenças, ações e valores. Essa gama de imagens e símbolos são apresentadas ao coletivo como uma personificação da identidade, onde o receptor, baseado em sua própria mentalidade, também projeta uma representação do sobre o outro, são atos de conhecimento e reconhecimento. Indivíduos baseado em suas bagagens culturais desenvolvem estratégias imaginárias para representar elementos ausentes, oferecendo uma projeção do seu cotidiano e hábitos de vida.

O conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular, sem dúvida, melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantem com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns ‘representantes’ (indivíduos singulares ou instancias coletivas) encarnam de maneira visível, ‘presentificam’ a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder (CHARTIER, 2002, p. 169).

Uma comunidade, no caso desta pesquisa a Colônia de Castrolanda, utiliza de elementos visuais e arquitetônicos para representar a identidade construída e

imaginada de origem holandesa. A comunidade projeta elementos de seu modo de vida, como seus costumes, religiosidade, história, através da sua memória coletiva, personificada aos outros como ações reais do cotidiano da Colônia. Essa representação de si, no espaço museal é exemplificada através da expografia, como mecanismo de discurso.

A exposição traz ao visual alguns elementos representativos do coletivo dos imigrantes, permitindo ao visitante construir, através de seu viés cultural, a representação do outro, visualizar a narrativa representada como o real daquela comunidade.

Uma dupla via abre-se assim: uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade (CHARTIER, 2002, p. 183).

A narrativa expositiva histórica é uma representação criada pela comunidade para aquela mesma comunidade que está representada, as imagens projetadas no espaço, bem como objetos e expografias, remetem a imagens de outros tempos, recriadas na memória, trazendo elementos secundários como o medo, a felicidade, o afeto, a emoção. Esses elementos permitem a afirmação de um discurso, mesmo que em muitos casos a ordem dos fatos não tenha ocorrido como a memória projeta, são esses elementos sensoriais que representam um fato.

1.3 MEMÓRIA E HISTÓRIA: REPRESENTAÇÕES DOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA

Em comunidades imigrantes observa-se a preservação de tradições culturais significativas para aquele grupo específico, através da manutenção de simbologias culturais que se vinculam ao país de origem, ações consolidadas na construção de associações, centro culturais, museus, casas da memória, dentre outros espaços. Entidades comunitárias que buscam construir uma narrativa para o local, baseado na cultura de origem dessa comunidade e no vínculo de memória.

O que dota determinados locais de uma força de memória especial é antes de tudo sua ligação fixa e duradoura com histórias de família. O fenômeno de tais 'locais da família' ou 'locais de gerações' (ASSMANN, 2011, p. 320).

O principal intuito dessas entidades é a construção de uma representação pautada em uma memória familiar do país de origem, organizar ações que reforcem

formas de vivência e de tradições do país de origem. No caso de Castrolanda essas ações se focam na cultura de origem holandesa, em reconstruir tradições voltadas para a alimentação, festividades, religiosidades, idioma, arquitetura, enfim, elementos que se caracterizem com os da Holanda.

Essa narrativa não deve ser observada como “puramente holandesas”, ao serem ressignificadas no Brasil, muitos elementos são alterados, não somente o temporal e o geográfico, mas todo o seu modo de construção, adquirindo traços brasileiros, um exemplo são as festividades, mesmo que sua origem histórica seja holandesa, em Castrolanda altera-se o clima, os modos de alimentação, idioma, modos de produção.

A noção de cultura nos apresenta um conceito amplo de sua definição, onde os indivíduos são analisados como produtores e receptores da cultura, esses, dentro do seu núcleo de vivência, constroem símbolos e signos coletivos de identificação, que constroem a culturalidade desse grupo. Esse sujeito não é preso a essa cultura núcleo, ele pode migrar entre diferentes culturas e alterar sua identidade, bem como a identificação com os símbolos culturais.

Conforme aborda Cucho (1999, p. 182), a cultura pode ser recriada a todo instante, tanto na perspectiva do indivíduo, quanto do local ou global. Essa cultura é formada do conjunto de memórias individuais e coletivas, que se constroem através de vínculos em que o indivíduo interage, não somente com aqueles outros indivíduos que o cercam, mas também com diferentes espaços e culturas que se inserem.

A cultura pode ser analisada instrumento que auxilia na construção de identidades, constitui de indivíduos e suas relações com os outros, são práticas sociais absorvidas pelos indivíduos dentro de seu convívio social, influenciando diretamente a construção das identidades (HALL, 2006, p. 16).

Os museus poderiam ser ferramentas de construção da cultura como tal, isto é, dentro deles alguns tipos de objetos e os discursos a eles associados viram ‘cultura’ e ‘arte’. Eles não são só cenários de negociação entre culturas, ou fóruns, mas também oficinas onde construímos os valores da própria ‘cultura’, a cultura como instituição pela qual definimos o valor do próprio e do alheio (SANZI-ROCA, 2007, p. 96).

Os moradores de Castrolanda (imigrantes e descendentes), constroem, através de símbolos, uma identidade coletiva, vinculando a sua identidade a aquele espaço e cultura.

O significado dos locais das gerações surge do vínculo duradouro que famílias ou grupos mantêm com um local determinado. Assim surge uma relação estreita entre as pessoas e o local geográfico: este determina as

formas de vida e as experiências das pessoas, tal como estas impregnam o local com sua tradição e histórias (ASSMANN, 2011, p. 328).

A identidade pode ser observada como algo moldável, não intrínseco do indivíduo, construída através das relações que este sujeito estabelece com seus meios e interação, suas experiências, suas tradições herdadas, seu local familiar.

A identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2006, p. 13).

Como elemento único, a identidade de um indivíduo nos diz pouco sobre seu espaço de vivência e sua cultura coletiva, ela necessita de símbolos e signos, comum ao grupo para nortear a identidade dentro de um espaço, porém ela não é estática e igual entre os indivíduos. Pessoas com identidades diferentes concentradas em um mesmo grupo cultural, que estão ligadas entre si por simbologias comuns (religião, regionalismo, práticas sociais), podem e exercem sua identidade em outros grupos culturais com os quais se identificam. Dessa forma não se deve falar em apenas "cultura", mas em "culturas" agindo sobre um mesmo indivíduo.

[...] A identidade do indivíduo está entrelaçada as identidades coletivas e pode ser estabilizada apenas em uma rede cultural que, tal como a língua materna, não pode ser apropriada como propriedade privada. Conseqüentemente, o indivíduo permanece na qualidade de portador de 'direitos a participação cultural' (HALL, 2003, p. 81).

Essa ação de diferentes culturas sobre os indivíduos, nos remete ao conceito de hibridismo cultural, abordado principalmente por Hall (2006, p. 91), onde ele sinaliza que as identidades culturais são híbridas, não existindo uma cultura pura, mas composta por práticas que se encontram e se conectam, transformando a cultura em algo dinâmico. Uma prática não substitui a outra na cultura, elas coexistem, em um processo que pode ser chamado de "Tradução".

Este conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias 'casas' (e não a uma 'casa' particular). As pessoas pertencentes a essas culturas híbridas têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de

redescobrir qualquer tipo de pureza cultural ‘perdida’ ou de absolutismo étnico. Elas estão irrevogavelmente traduzidas (HALL, 2006, p. 88).

O caso de Castrolanda se assemelha a esse processo, um grupo imigrante com uma carga cultural tradicional de seu país, se adapta a um novo local ou diferentes tradições, mas não é totalmente absorvido pelo espaço, sua identidade é remodelada, absorve características de seu local de destino, adapta-se a novas culturas, reconstrói sua identidade. Com esta ação os moradores desta comunidade se afastam da identidade continuada em seu país de origem, em simultâneo, em que não são totalmente absorvidos pelo país de destino, constituem assim sua própria cultura local.

A experiência da diáspora, como aqui a pretendo, não é definida por pureza ou essência, mas pelo reconhecimento de uma diversidade e heterogeneidade necessárias; por uma concepção ‘identidade’ que vive com e através, não a despeito, da diferença; por hibridização. Identidades de diáspora são as que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se novas, através da transformação e da diferença (HALL, 2003, p. 75).

A constituição da identidade permite que o indivíduo se insira na cultura que o cerca, a legitimando. Dessa forma existe a constante necessidade de formação de diversos símbolos de identificação, patrimônios culturais, objetivado nesta dissertação como os espaços museais.

Mesmo quando os locais não têm em si uma memória imanente, ainda assim fazem parte da construção de espaços culturais da recordação muito significativos. E não apenas porque solidificam e validam a recordação, na medida em que a ancoram no chão, mas também por corporificarem uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve de indivíduos, épocas e culturas, que está concretizada em artefatos (ASSMANN, 2011, p. 318).

Como apontado por Assmann, os espaços culturais não geram uma memória neutra e isolada, eles são espaços de personificação – pautados na construção que a comunidade faz de si – em relação a sua culturalidade e sua identidade, selecionando valores que serão recebidos pelas gerações seguintes como pertencentes a sua identidade.

Os historiadores da primeira geração de Annales, contestaram a memória como saber, a distinguindo da história. Com a institucionalização da razão, a cientificidade da história e do ofício de historiador, pautado em métodos e fontes, a memória é renegada no campo do saber, colocada sob a dúvida de sua veracidade. A memória ressurgue como interesse após a “década de 1960 período em que se voltam os olhares na busca incessante pelas raízes e pela memória” (ROLIM, 2013, p. 6). As atenções se voltam ao presente em uma dualidade entre o que não queremos

esquecer e aquilo que renegamos dentro do nosso discurso. Exaltamos os símbolos patrimoniais para nos “autoafirmar” dentro do nosso tempo, havendo a necessidade de mitos de origem.

Fernando Catroga (2001) em seu livro *Memória, História e Historiografia* debate as semelhanças e as barreiras entre os três termos e como eles estão interligadas na construção do saber histórico e na ritualização do passado – evocar símbolos e ritos passados para dar significação ao tempo presente e ao futuro. No início de sua obra, Catroga traz a referência de Joel Candau (CATROGA, 2001, p. 15) ao dividir a memória em três níveis de existência: proto-memória (envolve o *habitus* e os quadros sociais), memória propriamente dita (recordações e reconhecimentos) e a meta-memória (representações baseado na experiência). Nesse contexto o autor estabelece um parâmetro entre sociedade e indivíduo no que tange a memória, um é condicionado pelo outro na construção dessa memória e da identidade (seja coletiva ou individual).

Ao narrar uma memória no presente, a condicionante não se insere somente na recordação que o indivíduo constrói de si no passado, mas em uma mescla entre a figura de si e as ramificações sociais dentro do seu tempo e espaço de vivência, considerando suas experiências sociais (familiares, profissionais, etc.). A memória não é um ato de espontaneidade, ela é criada e recriada partindo de processos relacionais e intersubjetivos (CATROGA, 2001, p. 18) entre os indivíduos, seu meio e símbolos/ritos referenciais.

[A memória individual] está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. [...] ela está muito estreitamente limitada no espaço e no tempo. A memória coletiva também é assim, mas esses limites não são os mesmos, podem ser mais estreitos e muito mais distanciados (HALBWACHS, 2017, p. 72).

A construção de uma identidade, seja coletiva ou individual é formada, conforme aponta Le Goff (1997), por vínculos que os indivíduos constroem quando interagem com os indivíduos que os cercam, bem como com o espaço em que estão inseridos, geograficamente e culturalmente (LE GOFF, 1997, p. 116-117). Se um monumento, proporciona símbolos e significados de identificação e afetividade para um grupo ou indivíduo, esses personagens passam a se enxergar como “sujeitos históricos” dentro daquele espaço de interação, e passam a apropriar a simbologia à

sua identidade e conseqüentemente buscar sua preservação, seja através de ritos, museus, arquivos, monumentos.

Essa identificação com um espaço e com símbolos é abordado por Nora, quando ele classifica os “lugares de memória” (NORA, 1993, p. 13), conceituando a prática de construção de memórias nos espaços de vivência.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque estas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

Não existe uma memória espontânea presente nos indivíduos desde o nascimento, a memória, seja nacional, local ou familiar, é criada e está sujeita a transmissão da informação, como aponta Nora, pela criação de arquivos, celebrações, aniversários, monumentos, símbolos e simbologias criadas para demarcar um ponto de memória – como os espaços museais.

[...] a memória e a identidade se concentram em lugares, e em ‘lugares privilegiados’, quase sempre com um nome, e que se constituem como referências perenes percebidas como um desafio ao tempo. A razão fundamental de ser de um lugar de memória, observa Pierre Nora, ‘é a de deter o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte’. A função identitária desses lugares fica explícita na definição que é dada a eles pelo historiador: ‘toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer.’ Um lugar de memória é um lugar onde a memória trabalha [...] (CANDAUI, 2012, p. 156).

Nesse viés, os museus assumem papel de local de representação sobre o passado e a cultura, mas também um espaço memorial e identitário, perpetuando a história construída e narrada, por meio de seleções de memória e da construção de uma linha temporal, ressaltando alguns pontos que devem ser lembrados em detrimento de outros que são “gradativamente esquecidos”, dessa forma podemos analisar os museus como espaços de memória. Segundo Nora (1993), espaços de memória.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre (NORA, 1993, p. 21).

Os lugares de memória podem ser analisados como espaços de ritualização e de referências culturais. Essa noção se atrela, como observado na fala de Nora, a

três sentidos: físico/material (o espaço material de consolidação da memória), simbólico (a significação desta memória) e uso/funcional (a prática e expressão) (NORA, 1993, p. 21). Onde uma “memória-história” permite a representação de lembranças comum dos indivíduos daquela comunidade, construindo uma narrativa própria e de certa forma unificadora, que se apresenta coletiva, mesmo composta por particularidades de cada indivíduo. Em função dessa identidade coletiva, os grupos desenvolvem símbolos que se tornam comum a todos, como representações de sua identidade.

Nos eventos interpretados pela narrativa, que lhes confere sentido, os fatos não são apenas descritos *tal como realmente aconteceram*, mas vão sendo reconstruídos sob um conjunto plural de pontos-de-vista apreendidos de múltiplas maneiras. Esta reconstrução subordina-se às condições culturais vivenciadas no presente, tecendo uma rede de significados, com diferentes conotações, que se delineiam por meio de um determinado discurso histórico. Esta rede de significados não é uma simples escolha arbitrária; ela organiza o valor social do bem patrimonial e depende, fundamentalmente, dos juízos de valor que a ele serão acoplados. Estes juízos irão determinar que sua valorização não seja definida apenas a partir de características físicas e materiais, mas que sua maior ou menor importância seja considerada dentro de um complexo quadro de referências (KERSTEN, 1998, p. 14).

Há uma constante necessidade de reconstrução e reconhecimento da identidade que acarreta o olhar ao passado, a busca por referências – sejam símbolos, signos, vestígios – para dar base a sua identidade no tempo presente. Dessa forma a memória é variante, projetando-se em diversos símbolos, espaços e tempos, os lugares de memória, que permite que o indivíduo estabeleça identificação com seu espaço de vivência.

A memória também possui espaços não somente físicos, mas de referência onde ela é exercida, estruturada, hierarquizada, preservada e produzida, tais espaços também são considerados lugares de memória como os documentos, arquivos, monumentos e museus (FARIAS, 2015, p. 16).

Dessa forma a identidade pode ser observada como variante, se projetando em diversos símbolos, espaços e tempos os lugares de memória, que permite que o indivíduo estabeleça identificação com seu espaço de vivência.

Entre as categorias organizadoras de representações vou privilegiar aqui a memória. Seu efeito será proporcional a sua força. Denomino memória forte uma memória massiva, coerente, compacta e profunda, que se impõe a uma grande maioria dos membros de um grupo, qualquer que seja seu tamanho, sabendo que a possibilidade de encontrar tal memória é maior quando o grupo é menor. Uma memória forte é uma memória organizadora no sentido que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo e, por exemplo, da representação que ele vai ter de sua própria identidade (CANDAUI, 2012, p. 44).

A identificação com espaços de memória comum, permitem o desenvolvimento de símbolos monumentais que se viabilizam através de atos

coletivos, porém, ao mesmo tempo, em que um monumento anuncia uma narrativa, ele oculta outra, isso caracteriza essa memória como seletiva.

[...] cada eu é formado por duas personalidades unificadas pela dialética entre inclusão e exclusão (G. Simmel), ou entre mesmidade e alteridade. (G.Namer, 1996). A formação do eu de cada indivíduo, seria assim, inseparável da maneira como ele se relaciona com os valores da(s) sociedade(s) e grupo(s) em que se situa, e do modo como, à luz do seu passado, organiza o seu percurso como projeto. [...] na linguagem de Halbwachs, esta tese quer significar que a personalidade se forma sempre dentro de 'quadros sociais da memória', pano de fundo que, porém, consente tanto a apropriação da herança como as suas reinterpretações (CATROGA, 2001, p. 20).

Se a memória está sujeita a quadros sociais e não se origina da espontaneidade, não pode ser um repositório de lembranças totalizadas. Sendo assim Catroga aponta a seletividade da memória, onde a mesma, constituída por fragmentos de passado interligados entre indivíduos, não nos define um quadro geral de um determinado momento histórico, mas uma teia e pedaços de lembranças com lacunas que necessitam serem preenchidas com representações constituídas pela memória, constroem-se imagéticos (seguindo um viés estético e ético) para deformar o passado e construir um discurso "final", como uma história oficial.

Desenvolve-se a necessidade de um desfecho coerente e engessado formado por eventos coletivos, porém seletivos. Nem toda memória consegue ser elevada na historiografia, existe uma escolha, baseado em vestígios materiais e imateriais que exaltam uma pela outra.

Hartog entende que para o homem do presente, tomado pela premência de preservar e proteger a memória, o patrimônio se torna um requisito básico, visto que, sendo considerado um signo de memória, guarda em sua materialidade ou expressividade lembranças que são suscitadas a cada evocação dos atores sociais. Ele denomina esta proliferação do patrimônio, de patrimonialização galopante, e pontua seu auge nos anos de 1990 quando veio à tona a relação tempo/memória/patrimônio, colocando este último no topo das ações das políticas públicas direcionadas às causas culturais (ROLIM, 2013, p. 7-8).

Narrativas assim, criam um rito de permanência, uma sacralização a um espaço, esse fator cria uma memória unificadora, apresentada como coletiva, porém extinguindo a particularidade (a história e a memória de cada indivíduo e demais famílias) e demais contextos históricos que se inserem naquele espaço e exercem igual importância. Com essa afirmação faço uma autocrítica ao trabalho do historiador, onde em muitos casos, sua aproximação com o tema trabalhado cria barreiras de separar o entendimento crítico do evento da representação feita dele, auxiliando na propagação da história "oficial".

Os ritos e espaços de memória têm a finalidade de reafirmar lembranças “reconciliando os mortos” com os vivos e fortalecendo laços de coletividade que se perdem com o tempo.

Nesses locais, amplia-se a memória do indivíduo na direção da memória da família; e aqui se cruza a esfera de vida do indivíduo com a dos que a integram, porém não estão mais ali. [...] O que dota determinados locais de uma força de memória especial é antes de tudo sua ligação fixa e duradoura com histórias de família (ASSMAN, 2011, p. 319-320).

O passado precisa ser fomentado por ritos e locais que estimulem suas memórias, que o reafirme no tempo de ocupação – essa reafirmação do passado molda as relações de alteridade dos indivíduos, moldando suas identidades. Catroga traz uma analogia do fúnebre, onde a história necessita reviver seu passado, trazer ao presente o que “já é morte” e assim organizar o mundo dos “vivos”.

[...] o texto histórico tem uma função análoga – não escrevemos idêntica – à do túmulo e à dos ritos de recordação. A convocação discursiva e racional do ‘objeto ausente’ congela e enclausura a sua maneira, o ‘mau gênio da morte’ e provoca efeitos performativos, já que marcar um passado é dar, como no cemitério, um lugar aos mortos, é permitir às sociedades situarem-se simbolicamente no tempo, mas é também um modo subliminar de redistribuir o espaço dos possíveis e indicar um sentido para a vida dos vivos (M. de Certeau, 1978). Daí que a historiografia tal como a memória, ajude a fazer o trabalho do luto e pagar as dívidas do presente em relação ao que já não é (RICOEUR, 1998 *apud* CATROGA, 2001, p. 44.).

No final do campo “a escrita da história como rito de recordação” Catroga (CATROGA, 2001, p. 40-51) aponta que a historiografia e a memória, são estruturas necessárias para a consolidação de uma consciência histórica, ambas se complementam, necessitam cada uma do método-saber de aplicabilidade da outra para entender o passado e conectá-lo ao presente.

O método científico não deve excluir o entendimento do saber “marginalizado”, o historiador, dentro do seu papel de indivíduo organizador do saber não deve se ausentar de suas práticas e de suas próprias memórias, humanamente internalizadas, durante o trabalho investigativo, é necessário ir além do vestígio engessado, mas ouvir as diferentes vozes que narram e completam aquele momento, mas novamente retornamos a proposta de história seletiva, qual memória propor, qual contexto investigar?.

[...] o trabalho de manipular memórias é uma atividade inerente ao ofício do historiador, e por isso esse profissional deve compreender que muitos são os perigos de creditar aos depoimentos dos indivíduos uma verdade absoluta. Mesmo que sejam um contraponto em relação à história oficial, o pesquisador incorre num equívoco ao entender os discursos dos indivíduos como se fossem realidades individuais absolutas (ROLIM, 2013, p. 2).

Mesmo a memória sendo subjetiva e seletiva, analisada por muitos pesquisadores como inverídica, ela é legitimada pela historiografia, quando esta eleva símbolos de origens no discurso e nas memórias coletivas, caracterizando a memória como influenciadora das práticas e cultura de grupos. A memória não é um quadro fiel de um evento do passado, mas nos permite entender as relações existentes entre passado e presente em diferentes culturalidades.

A memória está vinculada à nossa consciência da existência de tempo e espaço – passado, presente e futuro –, onde criamos identidades e referências e nos situamos no mundo; é ela que nos possibilita o exercício individual e coletivo do sentimento de pertencimento. Ao falarmos em memória, estamos falando também em afetos, sensações, percepções e experiências (NASCIMENTO, 2007, p. 264).

Esse sentimento de pertencimento reflete na criação de lugares de memória da própria comunidade, buscando evitar o esquecimento e se posicionar enquanto cultura dentro de um espaço-tempo e impor uma noção de cronologia temporal na historiografia local, incluindo elementos, bem como a sua exclusão.

A organização de um espaço museal para a comunidade que o cerca, pode ser entendido como uma construção social, pois a “tarefa dos museus está diretamente ligada à construção de linguagens, memórias coletivas, símbolos para grupos e nações e, enquanto tal, torna-se contemporaneamente cada vez mais aberta ao debate público” (CHAGAS; SEPULVEDA, 2007, p. 19). Uma construção onde a história coletiva daqueles indivíduos é redefinida de acordo com os interesses daqueles que o projetam no presente, propondo uma representação histórica para o futuro, para preservação e manutenção identitária, memorial e cultural.

Os museus, portanto, estão sempre construindo novas narrativas a partir dos objetos que selecionam, sejam estes oriundos do passado ou do presente. Apesar de oferecerem a ilusão de uma continuidade histórica entre diversas civilizações ou de uma unidade cultural de povos e nações, os museus não têm a capacidade de preservar – no sentido de manter imunes às transformações do tempo e espaço – nem o passado, nem as comunidades e grupos sociais que focalizam. No entanto, não podemos ignorar que os objetos, por mais que sejam reconstruídos e manipulados politicamente, guardam marcas e determinações de construções anteriores. Quero dizer com isso que os objetos presentes nos museus são resultados de uma multiplicidade de construções sociais e representações coletivas. Os museus recontam histórias que já foram contadas (SEPULVEDA, 2002, p. 100).

A memória coletiva, emprestando o conceito de Halbwachs, é um processo construído por sequências de lembranças dentro de um contexto social, se vincula a narrativa comum do grupo em que o indivíduo faz parte, essa memória é formada da junção das memórias individuais.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distinguiam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2003, p. 34).

Memória individual e coletiva, se conectam, uma depende da outra em sua formação, segundo Halbwachs (2003) "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e [...] este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios" (HALBWACHS, 2003, p. 51). O passado é ressignificado pela memória a todo instante, pois essa memória, mesmo coletiva, irá apresentar lacunas, não sendo uma transposição exata de um fato, mas uma construção de lembranças, símbolos e relatos individuais que formam o coletivo. Nesse viés, o passado é reconstruído no presente, o qual também permite ser alterado por esse passado.

Nessa perspectiva, a lembrança é pensada como 'uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores', da qual 'a imagem de outrora já saiu bastante alterada' (HALBWACHS, 2003, p. 91).

Jan Assman, ao dialogar com Halbwachs, amplia o conceito de memória coletiva, proposto pelo autor, categorizando a memória entre memória cultural e memória comunicativa.

A memória cultural é um tipo de instituição. Ela é exteriorizada, objetivada e armazenada em formas simbólicas que, diferentemente dos sons de palavras ou da visão de gestos, são estáveis e transcendentem à situação: elas podem ser transferidas de uma situação a outra e transmitidas de uma geração a outra. Objetos externos como portadores de memória já desempenham um papel no nível da memória pessoal. Nossa memória, que possuímos enquanto seres dotados de uma mente humana, existe somente em interação constante, não apenas com outras memórias humanas, mas também com 'coisas', símbolos externos (ASSMAN, 2016, p. 118).

Em sua ampliação sobre o conceito de memória coletiva, Jan Assman apresenta a memória comunicativa como a que se refere "ao passado recente" (ASSMAN, 2016, p. 120), não necessitando de símbolos, mas da oralidade, para ser transmitida e interpretada, uma memória familiar entre gerações.

A memória comunicativa não é institucional; não é mantida por nenhuma instituição que vise ensinar, transmitir ou interpretar; não é cultivada por especialistas e não é convocada ou celebrada em ocasiões especiais; não é formalizada ou estabilizada por nenhuma forma de simbolização material; ela vive na interação e na comunicação cotidiana e, por essa única razão, tem uma profundidade de tempo limitada, que normalmente alcança retrospectivamente não mais que 80 anos, o período de três gerações que interagem (ASSMAN, 2016, p. 119).

Para Assman, a memória cultural se assemelha ao conceito de memória coletiva de Halbwachs, quando propõe a memória compartilhada por um grupo de pessoas, acrescentando a perspectiva de transmissões e da criação de símbolos. Os símbolos não possuem uma memória própria, anexa a sua matéria, mas é através da memória que o grupo projeta sobre ele que o torna um “objeto memorial”.

No nível social, com respeito a grupos e sociedades, o papel dos símbolos externos se torna cada vez mais importante, porque grupos que, é claro, não ‘têm’ uma memória tendem a ‘fazê-la’ por meio de coisas que funcionam como lembranças, tais como monumentos, museus, bibliotecas, arquivos e outras instituições mnemônicas. Isso é o que nós chamamos de memória cultural (ASSMAN, 2016, p. 119).

A memória precisa de um campo de ligação entre o outro e entre o espaço para ser formada, a memória necessita de símbolos (sejam linguísticos, visuais, sensoriais), para se conectar no coletivo na construção de uma tradição.

A história do indivíduo é sempre uma certa especificação da história coletiva. Cada nova geração relê e refaz seu patrimônio cultural de acordo com seus referenciais socioculturais. A memória individual está articulada à grupo que, por sua vez, liga-se à memória coletiva, que poderia ser chamada de tradição (KERSTEN, 1998, p. 13).

Os indivíduos são formados por um conjunto de memórias culturais e comunicativas, instituídas como memórias coletivas, que são transmitidas através da oralidade familiar e das simbologias comuns do seu meio de interação, permitindo que esses indivíduos construam suas representações, sobre si e sobre seu passado comum.

Dentro de uma determinada cultura símbolos são materializados para representar suas práticas culturais, não necessariamente são símbolos físicos (como um prédio), mas signos e símbolos (materiais e imateriais) que proporcionam a identificação dos indivíduos que estão inseridos naquela cultura.

Mesmo quando os locais não têm em si uma memória imanente, ainda assim fazem parte da construção de espaços culturais da recordação muito significativos. E não apenas porque solidificam e validam a recordação, na medida em que a ancoram no chão, mas também por corporificarem uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve de indivíduos, épocas e culturas, que está concretizada em artefatos (ASSMAN, 2011, p. 318).

Ao trazer o espaço museal de Castrolanda como um símbolo patrimonial a presente pesquisa, visa o entendimento além da matéria, mas a compreensão de como os espaços e suas narrativas são usados como instrumento de representação memorial e identitária da comunidade, conforme afirma Pelegrini (2007) quando trabalhamos com símbolos imateriais “estamos lidando não apenas com saberes,

celebrações ou rituais, mas também com as formas do homem se conectar ao lugar onde vive no tempo presente, pretérito e futuro” (PELEGRINI, 2007, p. 503).

Essa conexão do homem com lugar remete ao conceito de “invenção de patrimônios”, conforme abordado por Gonçalves (2009, p. 179), onde o autor pontua a “ideia de ‘invenção’”, que nesse panorama vem acompanhada de valores, como autonomia e liberdade, assumidos por sujeitos individuais ou coletivos. Há então, uma ênfase bastante forte nas funções de comunicação dos museus” (GONÇALVES, 2009, p. 180).

Os museus lidam com memórias coletivas, ou seja, com representações consolidadas coletivamente. Eles podem ser compreendidos como instituições que têm sido cruciais na formação das identidades nacionais. A relação da identidade com o passado ou com a memória desse passado é complexa. Indivíduos constroem suas identidades mediante o uso da memória, e esta é indissociável, por exemplo, da linguagem, que é uma construção social que antecede a existência desses indivíduos. As memórias coletivas são uma forma de linguagem, são construções coletivas que antecedem os indivíduos. Quando nascemos já nos deparamos com o fato de pertencermos a uma determinada nação (CHAGAS; SEPULVEDA, 2007, p. 12).

O museu, enquanto patrimônio cultural, pode ser observado como um instrumento de trabalho na construção da memória comunitária, sendo ele responsável por reunir valores, crenças, saberes, memórias, representações e disseminar toda esse discurso através das expografias e ações desenvolvidas em diálogo com o público.

Nesse sentido os museus são analisados como espaço de preservação e transmissão dessa memória cultural, recriada por uma comunidade, conforme aborda Paiva, a memória não é observada “como um vestígio simples do passado, como também não a veremos como uma reminiscência de fatos passados. Pelo contrário. A memória seria uma reconstrução e uma representação do passado elaborado no presente” (PAIVA, 2007, p. 216-217).

CAPÍTULO 2: OS HOLANDESES DE 1951: IMIGRANTES DE CASTROLANDA

A proposta deste capítulo é apresentar um levantamento bibliográfico sobre a historiografia dos imigrantes holandeses de Castrolanda, uma Colônia fundada no município de Castro (PR) no ano de 1951. Uma das características desse processo imigratório, que desde o início me despertou interesse, foi o planejamento desenvolvido na Holanda antes da chegada desses imigrantes, criando um sistema organizacional envolvendo os indivíduos interessados.

A organização deste capítulo visa traçar o histórico desde a participação da Holanda na Segunda Guerra Mundial e sua indireta influência no deslocamento de mais de 50 famílias ao Brasil, além da apresentação dos principais trâmites entre governo brasileiro e holandês para a efetivação do projeto imigratório, além o interesse no Governo do Estado do Paraná na recepção dessa leva imigrante. Um levantamento histórico que visa auxiliar pesquisadores no entendimento sobre a trajetória dos imigrantes de Castrolanda.

Fazer o levantamento historiográfico sobre a imigração de Castrolanda, nos permite entender o contexto espacial e temporal de uma imigração tardia, que não se desenvolve de forma espontânea, como visto em diferentes etnias. A imigração holandesa, em um contexto pós-segunda guerra, se apresenta como um processo planejado. Para entender como ocorreu esse processo imigratório planejado em Castrolanda, torna-se necessário apontar o contexto de vivência da Holanda durante a guerra, as consequências que o evento trouxe ao país e seus moradores, principalmente os agricultores da região norte e nordeste da Holanda, onde algumas famílias viriam a ser imigrantes. É necessário também estabelecer o diálogo existente entre as políticas brasileiras de imigração e as holandesas, que permitiram a entrada destes em solo nacional.

Inicialmente, os territórios avaliados para comportar uma nova colônia holandesa no Brasil eram Taim e Bagé no Rio Grande do Sul, e Castro no Paraná, conforme abordado no relatório de viagem de J.S. Biesheuvel, que será mencionado mais à frente. A escolha por Castro ocorre em função com a proximidade com a Colônia holandesa de Carambeí e os benefícios apresentados pelo governo do Paraná para a consolidação da colônia.

2.1 A HOLANDA NA 2ª GUERRA MUNDIAL

Segundo Willmott (2008, p. 292), ao fim da Primeira Guerra, com a rendição do Império Alemão e seus aliados, havia a expectativa de reestruturação da Europa. Para minimizar os impasses gerados no pós-guerra, foi proposto, em 1919 a criação da Liga das Nações Unidas, através de uma conferência de Paz em Paris. Conforme abordado pelo autor, a Liga das Nações Unidas tornou-se uma ferramenta incapaz de gerir os conflitos, acarretando um período turbulento de disputas causadas pela imposição, por parte das potências vencedoras da guerra (França, Inglaterra e EUA), do Tratado de Versalhes contra a Alemanha, período em que os aliados responsabilizavam a Alemanha pelo ocorrido, determinando que o país deveria fazer reparações financeiras substanciais para compensar os Aliados pelos custos da guerra.

Ainda segundo Willmott, a crise se intensifica após 1921, com a Comissão de Reparções fixando a indenização de guerra em 6.600.000.000 de libras (28 bilhões de dólares), na época. Sem recursos para o pagamento, a solução encontrada para conseguir cumprir as determinações foi a impressão de dinheiro, resultando em um colapso da moeda alemã (WILLMOTT, 2008, p. 300). As consequências desse colapso, foram aplicadas a população, que para sobrevivência, optou pela venda de bens e escambo para alimentação. O caos instaurado na época, como mencionado pelo autor, proporcionou a ascensão do extremismo e a propagação do ideário nazista.

Nas eleições de 1932 (KERSHAW, 2010 p. 259), o partido nazista perde as eleições para Paul von Hindenburg do partido conservador, porém a influência midiática do partido nazista permite sua ascensão como chanceler do atual governo alemão. No poder, Hitler pressionou o Parlamento para a aprovação de uma lei, a qual permitiria que, na ausência de Hindenburg, o chanceler assumisse como presidente. Com a morte de Hindenburg em agosto de 1934, Hitler assumiu total controle, possuindo o título de "Führer" e com o consentimento da maioria do povo alemão, mantendo o partido nazista como absoluto (KERSHAW, 2010, p. 259). Em contrariedade ao tratado de Versalhes, Hitler rearmou as forças armadas nacionais, legitimando suas ações através de discursos com ótima oratória e propaganda contra as potências europeias e a diplomacia (KERSHAW, 2010) que buscavam uma

resolução através da Liga das Nações. Até aquele momento Hitler não encontrou resistência nos territórios de proteção alemã.

A nova guerra começou em 1939 com a invasão de Hitler à Polônia (...). A Polônia foi esmagada antes que a França e a Inglaterra pudessem dar-lhe a ajuda que haviam prometido. Nos anos de 1940 e 1941, Hitler tomou quase toda a parte central e ocidental da Europa, exceto a Itália e a Romênia, que eram aliadas, e Espanha, Portugal, Turquia, Suécia e Suíça, que eram neutras (BLAINEY, 2007, p. 308).

Após a invasão da Polônia França e Inglaterra declararam guerra à Alemanha. Como aponta Blainey (2007, p. 308), Hitler, entre os anos de 1940 e 1941, invadiu quase toda a parte central e ocidental da Europa. Com a rendição da Polônia, a Alemanha visava a conquista do território francês, entretanto, uma linha de defesa e fortificação havia sido instalada na área de fronteira nos pós Primeira Guerra (WILLMOTT, 2008, p.300). Então, a forma de ataque foi a invasão dos Países Baixos e da Bélgica, de modo a contornar as linhas de defesa impostas pela França. Segundo Willmott (2008, p. 52), em maio de 1940, sem qualquer declaração de guerra, a Alemanha invadiu a Holanda, através de uma investida aérea. Houve resistência por parte do exército holandês, porém insuficiente, em contrapartida à investida alemã. Em cinco dias o país foi ocupado pelo exército nazista, resultando em diversas cidades destruídas pelos bombardeios. A invasão e rendição da Holanda, facilitou a invasão ao território francês. Em junho de 1940, a Alemanha conquistou a França, derrotando as forças Aliadas na Europa.

Como aponta Blainey (2007, p. 308), no início do ano de 1941, a guerra europeia se concentrou nos mares e ares da Inglaterra, enquanto Hitler planejava a invasão do lado oriental da Europa. Em junho do mesmo ano, as tropas nazistas invadiram a União Soviética, “mas quanto mais os alemães avançavam, mais suas linhas de suprimento tornavam-se vulneráveis. A invasão da Rússia por Hitler provou ser o ponto crítico tardio de uma guerra que, até então, lhe havia favorecido” (BLAINEY, 2007, p. 308). Em 1941 os Estados Unidos entram oficialmente na guerra, período em que se planejou a retomada da França, posicionando tropas na Inglaterra, desembarcando-as na Normandia, no norte da França. O chamado “Dia-D” (Operação Overlord) ocorreu em 1944, onde o exército Aliado liberou Paris do domínio alemão. (CAMPOS, 2017, p. 119-120). Outro evento fundamental de estratégia entre os países foi a operação Market Garden em setembro de 1944 (CLARK, 2014, p. 3-4), visando liberar a Holanda e Bélgica, para avançar até a fronteira com a Alemanha. No território alemão se encontravam as tropas soviéticas, próximo a Berlim.

Nos últimos meses de 1944, depois de mais de cinco anos de guerra, o fim da luta surgiu à vista. A Alemanha e o Japão se depararam com a derrota total, mas era difícil prever se essa derrota viria em 6 ou 36 meses. Poucos acontecimentos humanos são tão previsíveis quanto a 'eclosão da paz'. [...] Assim, em 14 de abril de 1945, sem qualquer esperança de um revés, Hitler se suicidou, logo após, em 7 de maio, a Alemanha se rende formalmente (BLAINEY, 2007, p. 309-310).

Como abordado por Willmott (2008, p. 52), durante a Segunda Guerra Mundial, tal como na Primeira, a Holanda permaneceu neutra em relação aos conflitos de guerra. Após a declaração de guerra, os bombardeios eram frequentes, ocasionados tanto pelo exército alemão quanto pela represália do exército inglês em tentativas frustradas de libertação da Holanda, esses bombardeios acarretam cidades completamente destruídas e dezenas de mortos. Após a invasão o povo holandês não manteve uma posição unificada na guerra, alguns resistiam e auxiliavam os judeus, que eram constantemente perseguidos, em esconderijos e alimentação, enquanto outros cooperavam com os soldados alemães, havia ainda os civis que se acomodavam, e buscavam a neutralidade diante dos fatos (ARENDR, 1999, p. 185-188).

A consequência dos intensos bombardeios levou a um período de crescente fome, doenças e destruição sem precedentes, em todos os países afetados, a inflação atinge níveis alarmantes, devido à escassez de comidas e bens de consumo. Em seu estudo Willmott (2007, p. 156) aponta que os assaltos eram constantes, bem como a crescente ampliação do mercado negro, levando cidadãos a venderem seus bens por comida, ou negociar peças de roubos. Ainda segundo o autor, a investida alemã em território holandês se apresenta de forma bastante truculenta e intensiva, sendo criados dois campos de concentração: um em Westerbork e outro em 'S-Hertogenbosch.

Em um contexto Pós Segunda Guerra Mundial, a Europa mergulhou em uma profunda crise econômica, moral e política. O medo de novos conflitos e da desestruturação política que poderia acarretar governos extremistas, despertaram a necessidade de grupos emigrarem e buscarem em outras localidades uma forma de reconstrução. Antes, nos anos 1940, a Holanda não apresentava uma política de emigração em larga escala, segundo Fraga (2008, p. 51) as duas primeiras entidades de apoio a emigração, foram fundadas entre os anos de 1913 a 1923, sendo a *Nederlandsche Vereniging Landverhuizing*" (Associação Holandesa para a Emigração) e a *Emigratie Centrale Holland* (Centro de Emigração Holanda), onde ambas,

posteriormente, se unem sob o nome de *Stichting Landverhuizing Nederland* (Fundação Holandesa para Emigração), onde suas funções abordam desde a seleção de imigrantes, até os auxílios financeiros e espirituais, em prol de estimular os processos de emigração para fora e dentro da Holanda.

Durante a guerra, a posição holandesa em relação à emigração se mostrava, a priori, reservada. Smits (2016, p. 12) elucida que nesse contexto, durante o exílio da Família Real da Holanda em Londres, foi fundada no país uma comissão de estudos, com intelectuais vinculados ao governo dos Países Baixos e estrategistas britânicos, para desenvolver planos de estruturação e emigração holandesa. A comissão entregou ao governo holandês, em 1944, um relatório com diretrizes que incentivariam esses processos imigratórios e propunha entre as principais ações: a fundação de agências de controle, listagem de países propícios a receber o contingente holandês, definição de garantias dos países de destino, contratos entre governos, enfim, normativas essenciais que garantissem a fluidez de um plano de emigração bem estruturada para que fosse “possível alcançar resultados benéficos no longo prazo” (SMITS, 2016, p. 12).

No contexto pós-guerra, ocorre o que Lyunten (1981, p. 77) chama de “psicose migratória”, uma necessidade de os habitantes de países afetados com a guerra procurarem outros ambientes para viver, estando os holandeses dentro dessa quota de emigração. Segundo Smits (2016, p. 8), entre os principais motivos que impulsionaram os holandeses a emigrarem nesse contexto, estão as consequências da crise de 1930, o que gerou uma insatisfação com a sociedade e a governabilidade holandesa, a superlotação causando a inviabilidade de expansão agrícola, além dos adventos da Segunda Guerra:

Os anos subsequentes de ocupação alemã causaram grandes danos à economia a holandesa. Grande parte da infraestrutura foi destruída, muita terra agrícola tornou-se inútil, e muitas fazendas nas regiões fronteiriças foram destruídas. Além disso, os alemães tinham saqueado diversos produtos e instalações industriais, e muitos alimentos ainda eram racionados (SMITS, 2016, p. 8).

Segundo apontado pela antropóloga Renate Stapelbroek (2012), mais de 300 mil holandeses deixaram a Holanda no contexto Pós-Guerra, determinado por ela entre os anos de 1946 e 1960.

Seus motivos vão desde condições econômicas precárias até medo da superpopulação e do comunismo. De 1949 a 1961, o governo holandês adotou uma política ativa de emigração para aliviar a pressão populacional e combater o desemprego, especialmente entre agricultores e trabalhadores pouco qualificados e não qualificados. O Canadá é o principal destino,

seguido pela Austrália, os Estados Unidos, a Nova Zelândia e os países de imigração menos tradicionais, como a África do Sul e o Brasil (STAPELBROEK, 2012, p. 5.).

Ainda durante a guerra, o texto de Hack (1959, p. 8), aponta que o governo da Holanda, promoveu a estruturação de Comissões de Avaliação para estudar os países que estavam na lista para futuras colônias holandesas. No Brasil, foi enviado um representante para avaliar os estados que compunham a região Sudeste e Sul, onde o clima e o solo possuíam características similares aos da Holanda, sendo áreas propícias para a emigração.

Segundo Fraga (2008, p. 55), com um parecer favorável por parte da Holanda, acordos entre os dois países foram firmados, incentivando a emigração individual e coletiva, nesse processo foram constituídas as seguintes Colônias no Brasil, algumas com viés católica, outras protestantes: Holambra I (1948) e Holambra II (1960) em São Paulo; Castrolanda (1951), Tronco (1953), Monte Alegre (1949), Arapoti (1960) no Estado do Paraná; Tijuquinhas (1950), em Santa Catarina; e Não-Me-Toque (1951), no Rio Grande do Sul. Posteriormente algumas colônias se dissolveram e foram incorporadas por outras, como o caso de “Monte Alegre dissolveu-se e foi incorporada, sobretudo, pela nova Colônia de Arapoti; a Colônia de Tronco foi incorporada a Carambeí e a de Tijuquinhas foi parcialmente absorvida por Não-Me-Toque” (FRAGA, 2008, p. 55).

2.2 IMIGRAÇÃO NO BRASIL

Salles (2002, p. 103-104) assinala e discorre sobre a existência de 4 momentos considerados por ela como momentos de maior intensidade da entrada de imigrantes em solo nacional, coexistindo com outros processos de curta duração. O primeiro tem por referência as décadas de 1886 a 1902, sendo subsidiada pelo governo brasileiro, vinculado diretamente com o trabalho nas grandes lavouras do país, principalmente nas lavouras de café, onde os imigrantes, em sua grande maioria europeus, eram usados como mão-de-obra para suprir o déficit de trabalhadores no campo, fato que ocorre após os processos abolicionistas, sendo em sua grande maioria imigrantes italianos (SALLES, 2002, p. 103-104). O segundo momento é marcado pela política de valorização cafeeira, para proteger e valorizar a produção de café, a qual passava por um momento de crise coincidindo com a véspera da Primeira

Guerra Mundial. O terceiro momento corresponde ao período entre guerras, esse podendo ser, segundo Henrique Dória e Vasconcelos (SALLES, 2002 *apud* VASCONCELOS, 1946), dividida em duas fases distintas, a que corresponde aos anos de 1920 a 1930, onde se encerraram as políticas de imigração subsidiadas em território nacional, e de 1931 a 1939, caracterizada por uma rígida restrição do fluxo imigratório. O quarto momento imigratório, ainda segundo os autores, têm por característica uma abertura nas restrições mundiais e impostas no Brasil, possuindo como atrações, a industrialização e a colonização agrícola. Para compreender como se consolida a política de imigração nacional no período pós-guerra, é necessário avaliar as condições imigratórias presentes no Brasil na Era Vargas, período que se segue pós 1930.

O Brasil sentia os reflexos da Grande Depressão de 1929, a qual culminou em uma profunda crise mundial de superprodução norte-americana no pós-primeira guerra, sendo um dos principais exportadores de café do mundo, com as avalanches de preços e restrições de consumo, nossa economia se viu fortemente afetada, levando a estremecimentos entre os Estados oligárquicos da época e o Governo Federal. Esses impasses culminaram em diversas disputas políticas acarretando o afastamento do poder das mãos dos cafeicultores. O período de instabilidade política permitiu o avanço das tropas de Getúlio vindas do Rio Grande do Sul e sua tomada de poder em prol de um capitalismo nacional. Carvalho aponta que

Entre 1930 e 1937, o Brasil viveu uma fase de grande agitação política. Anteriormente, só a Regência, um século antes, e os anos iniciais da República tinham vivido situação parecida. Mas o período de 30 superou os anteriores pela amplitude e pelo grau de organização dos movimentos políticos. Quanto a amplitude, a mobilização atingiram vários estados da federação, além da capital da República; envolveu vários grupos sociais: operários, classe média, militares, oligarquias, industriais. Quanto a organização, multiplicaram-se os sindicatos e outras associações de classe; surgiram vários partidos políticos; e pela primeira vez foram criados movimentos políticos de massa de âmbito nacional (CARVALHO, 2008, p. 97).

Neste período, Vargas propunha um projeto de desenvolvimento a longo prazo, tendo por base, políticas nacionalistas caracterizadas por uma unificação cultural e política da sociedade brasileira, exaltando o patriotismo e buscando alcançar um crescimento econômico e social.

Vargas pregava o desenvolvimento econômico, o crescimento industrial, a construção de estradas de ferro, o fortalecimento das forças armadas e da defesa nacional. Em um mundo com sinais claros de que se caminhava para outra guerra mundial, esses projetos tinham forte apelo. [...] A Grande Depressão produzira efeitos dramáticos sobre o preço do café e reduzira a

capacidade de importação. Uma das consequências foi um forte movimento de substituição de importações com base no crescimento de indústrias nacionais. O mercado interno expandiu-se, ligando os interesses de produtores de várias partes do país. Uma economia até então pouco integrada, com o eixo dinâmico voltado para fora, passou a criar e fortalecer laços internos, a nacionalizar os mercados de trabalho e de consumo. A centralização política, ganhavam assim base material consistente (CARVALHO, 2008, p. 107-108).

Esse processo se deu como reflexo da crise que despertou o mundo a partir de 1929. Segundo aborda Carvalho (2008), o estado brasileiro iniciou uma busca por ampliar o mercado interno, permitindo uma intensa movimentação da população nacional, e conseqüentemente uma mudança de percepção sobre o trabalho imigrante.

O governo mudara sua posição em relação ao imigrante estrangeiro. Durante o século XIX e até a Primeira Guerra Mundial, o imigrante era bem-vindo e subsidiado. Havia necessidade de substituir os escravos e abastecer de mão-de-obra as lavouras de café. Depois da guerra, o estrangeiro passou a ser visto como agitador, corruptor do operário nacional. O governo tentou criar animosidade entre o operariado nacional e o de origem estrangeira, acusando o último de privar o primeiro de seus empregos. A lei de sindicalização de 1931 continha um dispositivo que obrigava as empresas a contratar um mínimo de dois terços de operários nacionais. O Estado Novo reforçou o intervencionismo governamental (CARVALHO, 2008, p. 119-120).

Com as ideologias nacionalistas de Vargas, as políticas imigratórias ganharam contornos restritivos e seletivos, tendo como base as ideias eugênicas, como apresentado na constituição de 1934 e reiterada em 1937, segundo consta no 5º artigo, parágrafo 3º (BRASIL, 1934): cabe a União decidir sobre a entrada e expulsão de estrangeiros, devendo esses estarem regulamentados e orientados as leis nacionais. No mesmo documento, no artigo 121, parágrafos 6º e 7º, a Constituição deixa muito clara sua intenção em relação à imigração:

§ 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

§ 7º - É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena. (BRASIL, 1934).

Esse documento é uma representatividade da difusão que contraria a imigração que se estabelecia no Brasil, muito além de defesa do trabalho nacional, a política varguista assumiu uma base étnica, restringindo a entrada de imigrantes de origem asiática e negra, propondo uma emigração restrita e branca (DEBASTIANI, 2018, p. 8). A Constituição de 1937 reiterou as políticas de imigração restritivas e eugênicas, sendo criado em 1938, como apoio a essas, o Conselho de Imigração e

Colonização (CIC), responsável por normatizar e coordenar as questões referentes a emigração para o Brasil, segundo Oliveira (2013, p. 3):

Dentre as tarefas do CIC constavam: estabelecer as quotas de admissão de estrangeiros no território brasileiro e orientar os serviços de colonização, fixação e distribuição dos estrangeiros. Alguns meses depois, suas funções foram estendidas e o Conselho recebeu a autorização para deliberar sobre as solicitações de entrada de imigrantes no país (OLIVEIRA, 2013, p. 3).

Tendo por base constitucional, o Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938 (BRASIL, 1938), que regula sobre a entrada de estrangeiros no Brasil, caracteriza o tipo imigratório que ainda era permitido e desejado. Segundo consta no decreto, não seria autorizada a entrada de deficientes (físicos e mentais), pessoas que apresentem perigo a sociedade a qual estarão inseridas, ciganos, indigentes, que não possam provar sua profissão oferecida, ou que não disponha de bens que permitam sua permanência e sustento, entre outros. Segundo Debastiane (2018), grupos compostos por negros, mesmo que não diretamente citados no Decreto-Lei, compunham a parcela dos indesejáveis do Governo Vargas.

Estrangeiros negros não eram bem-vindos ao país, porque interfeririam no processo de branqueamento da população brasileira, no Brasil naquele período já existiam um grande número de negros, mulatos. Uma das ideias presentes na época era a de que os negros eram os responsáveis pelo atraso do país, desta forma, trazendo imigrantes europeus brancos ocorreria um branqueamento da população e posteriormente, o Brasil sairia de atraso em que se encontrava (DEBASTIANI, 2018, p. 14).

O documento normatiza também e cria padrões para o desembarque e organização imigratória, além de desenvolver os registros oficiais, devidamente regulamentados. Torna-se interessante analisar o modo estrutural da imigração a partir desse documento, como mostra no Capítulo VIII, artigo 39, em que o documento aponta que "nenhum núcleo colonial, centro ou colônia, será constituído por estrangeiros de uma só nacionalidade" (BRASIL, 1938), isso mostra a força do governo em não permitir concentrações fechadas e isoladas, sendo necessário a presença de brasileiros com os núcleos, oferecendo que os imigrantes não se constituam como "neutros" em território nacional, mas inseridos tanto no convívio social como econômico. Outro ponto de observação corresponde às denominações dos núcleos, as quais devem obrigatoriamente serem nomeados em português, não sendo permitido em outros idiomas.

Para Carvalho (2008), as ações restritivas de Vargas eram um reflexo das relações externas do Brasil com os Aliados na Segunda Guerra Mundial. Inicialmente, nos anos 1930, o Brasil se colocava como um parceiro econômico da Alemanha,

sendo a mesma uma das maiores receptoras da exportação nacional de algodão, café, couros, carnes, tabaco, entre outros. A Alemanha defendia a industrialização e modernização nacional, porém os acordos alemães se mostraram controladores em relação à economia brasileira, definindo diretrizes para a forma de exportação e pagamento, tirando a autonomia nacional sobre seu produto (CARVALHO, 2008, p. 102). Após a eclosão da Segunda Guerra, segundo o autor, o governo norte-americano, buscando refrear a influência alemã sobre outras nações, incluindo as da América Latina, estruturou conversações e políticas que encaixariam o Brasil em melhores perspectivas econômicas internas e externas. A partir da década de 1940, o Brasil entra na guerra ao lado dos Aliados.

No período caracterizado como o final da Segunda Grande Guerra, cidades foram devastadas, o que levou, em solo europeu, a necessidade de reestruturação econômica e social, buscando auxílio aos ditos “refugiados ou deslocados” de guerra. Segundo Oliveira (2013, p. 3), era necessário controlar as áreas com excesso populacional e com escassez de alimentos, muitos dos refugiados ou prisioneiros, retornaram às suas terras, ou se deslocaram em busca de renovação.

Em 1943, os países aliados já visualizavam a necessidade de fundar um organismo para gerir os problemas da população civil retirada de suas residências em razão do conflito. Dias antes do início da Conferência de Teerã, foi fundada em Washington, a partir de um acordo entre 44 países aliados, a Administração das Nações Unidas de Socorro e Reconstrução (UNRRA – United Nations Relief and Rehabilitation Administration). Inicialmente seu objetivo era fazer chegar aos refugiados, naturais dos países aliados, assistência material e opções de repatriação, negando auxílio aos povos pertencentes aos países não aliados, tais como os de nacionalidade alemã, italiana, húngara, finlandesa etc. (OLIVEIRA, 2013, p. 9-10).

Através disso foram criados grupos, partindo de ações de grandes potências do grupo dos Aliados (Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética), que visavam a reordenação e redemocratização das áreas afetadas pela guerra, promovendo esse reajuste e a ampliação dos processos imigratórios para outros países, que fornecessem melhores estruturas. Dessas ações em solo Europeu, e a influência norte americana sobre o Brasil, em 1945, foi assinado, ainda no Governo Vargas, o Decreto-Lei nº 7.967 – de 18 de setembro de 1945, o qual “Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências”, em seu texto inicial o decreto explica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e considerando que se faz necessário, cessada a guerra mundial, imprimir a política imigratória do Brasil uma orientação racional e definitiva, que atenda à dupla finalidade de proteger os interesses do

trabalhador nacional e de desenvolver a imigração que fôr fator de progresso para o país (BRASIL, 1945).

Nos primeiros artigos, nota-se o interesse nacional no trabalho especializado europeu para esse momento imigratório, principalmente para funções nas áreas de lavoura e indústria, grande parte dos artigos da constituição de 1937 se repetem no Decreto-Lei de 1945, porém é perceptível uma abertura para receber os ditos “deslocados de guerra” (SALLES, 2002, p. 108-109). O peculiar do decreto é o termo “imigrações dirigidas”. Segundo Ladeira (1976), a imigração pós Segunda Guerra se caracteriza em imigração “espontânea” e “dirigida”, ou seja,

[...] ‘imigração espontânea’, isto é, de pessoas que viajam por conta e responsabilidades próprias ou que vêm contratadas por determinada firma [...]. ‘imigração dirigida’, composta por pessoas que se enquadram nos termos do acordo de imigração e colonização e emigram com subsídio governamental. Esta categoria abrange técnicos urbanos e agricultores. Os agricultores são geralmente pequenos proprietários, que participam de movimentos cooperativos (LADEIRA, 1976, p. 10).

A proposta de uma imigração de caráter dirigida, principalmente no contexto de pós Segunda Guerra, propõe um acordo entre os governos nacional e internacionais, e entidades de incentivo a imigração, sendo uma ação político-econômica, buscando parceria entre países e acordos comerciais, incentivando a vinda de trabalho especializado que tenha algo a contribuir na organização social do país, Castrolanda se encaixa neste conceito de “imigração dirigida”, como apontado por Wachowicz.

Todos os grupos étnicos modernos (década de 1950), localizados nos Campos Gerais, ocuparam-se com a mesma atividade: Agropastoril-industrial. Tais grupos imigratórios chegaram ao Paraná em movimentos planejados, assistidos por entidades internacionais. Sua fixação foi bem dirigida e financiada, o que a torna bem diferente da imigração pioneira no século passado (WACHOWICZ, 1988, p. 151).

Retomando ao Decreto nº 7.967, de 1945, em seus artigos iniciais ele aponta como responsabilidade sobre a direção das imigrações o: Poder público, as empresas de emigração ou particulares, no que concerne: selecionar, transportar, hospedar e encaminhar o trabalho, dando preferência para famílias de emigrantes que contenham cerca de oito pessoas em período ativo de trabalho. Dessa forma, o governo concedeu vistos de entrada de caráter: Transitório (concedido àqueles que utilizarem o solo nacional apenas para alcançar outro país; em trânsito.); Temporário (concedido a turistas, professores, cientistas, pessoas em atividades de negócio, agentes culturais, por período definido e revogável conforme a necessidade.); Permanente (concedido aqueles que pretendem fixar-se em solo brasileiro); Oficial (de caráter político).

Estando autorizados a exercer atividades remuneradas, somente os grupos que possuam visto permanente ou temporário (BRASIL, 1945).

Em seu capítulo II, o Decreto define um conceito para a colonização, segundo consta no artigo 46: "Colonizar é promover a fixação do elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de vida, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais" (BRASIL, 1945). Definindo o conceito de colonização, o Decreto estabelece que cabe a União auxiliar, promover o crescimento das colônias, fiscalizar e regularizar as distribuições e serviços dos imigrantes, bem como fornecer créditos, quando necessário e perante a acordos estabelecidos. Porém, em seu artigo 50, o decreto estabelece a necessidade de uma porcentagem dos lotes para brasileiros, conservando algumas restrições imigratórias da década de 1930 (BRASIL, 1945).

Com o final do Estado Novo e a reestruturação das políticas imigratórias, fica caracterizado que a seleção aos estrangeiros prioriza os trabalhadores especializados de origem europeia, nas áreas rurais, técnicos e operários, que possam contribuir para o desenvolvimento brasileiro, visando sanar e transformar nosso país em um país moderno em relação ao desenvolvimento agropecuarista (GALLAS, 2012, p. 68). Quando Vargas reassume o poder da presidência em 1951, é apresentado uma mensagem ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa do mesmo ano. Na referida carta (VARGAS, 1951), ele enaltece que o pós-Segunda Guerra foi decisivo para estreitar laços de cooperação internacional, através de diferentes núcleos de apoio, visando o desenvolvimento econômico de caráter mundial.

Sobre as políticas de imigração, Vargas intensifica o interesse brasileiro em receber os ditos "deslocados de guerra" (VARGAS, 1951, p. 218) e aponta a necessidade em se discutir a abertura significativa do processo imigratório. Ele coloca como obsoletas as políticas restritivas impostas partir dos anos de 1930, reflexo da crise econômica que se espalhava por todo o mundo. Segundo seu discurso, em trecho destinado aos imigrantes, Vargas abordou as "contribuições valiosas" (VARGAS, 1951, p. 217) da vinda de imigrantes, principalmente pela qualificação de seus trabalhos na agricultura e indústria, o que permite sanar as dificuldades estruturais nacionais. Porém esboçou alguns problemas imigratórios, como os custos de traslado, distribuição, colonização e assimilação dos povos estrangeiros, propondo então favorecer as regiões Norte e Centro oeste com a massa imigratória e

comprometendo-se a sanar eventuais problemas espaciais. Vargas apontou ser preciso integrar e anexar as culturas necessárias desses povos, executando uma "política de porta aberta" (VARGAS, 1951, p. 218), incentivando e estreitando as colaborações.

2.3 A IMIGRAÇÃO NO PARANÁ

No período correspondente ao pós-guerra, o fluxo de estrangeiros também foi incentivado para ocupar território ditos como "vazios demográficos" (GABRIEL, 2011, p. 67) no espaço nacional, fato que ocorre intensamente no Paraná, onde áreas consideradas sem exploração ou inférteis, mesmo que já ocupadas por índios, negros e pequenos produtores, eram dispostas para a exploração, no caso da imigração, exploração das comunidades estrangeiras, onde os estrangeiros, principalmente agricultores, horticultores e pecuaristas, eram esperados (SMITS, 2016, p. 11), defendendo-se o discurso de que estes eram conhecedores de técnicas agropecuárias avançadas, sendo benéficos para o desenvolvimento de uma agricultura e pecuária de abastecimento.

O fluxo imigratório para o Paraná teve por principais etnias os alemães, vindos inicialmente em 1829, mas também os russo-alemães, italianos, ucranianos, poloneses e sírio-libaneses na década de 1870, e os holandeses e japoneses no início do século XX (GÂNDARA; MASCARENHAS, 2012, p. 139). Partindo das premissas elaboradas com as políticas públicas imigratórias no Brasil, o Paraná se mostrou receptivo em aceitar a leva imigrante, principalmente em função de uma alegada modernização e progresso econômico nas cidades e nos ambientes rurais, empregados principalmente nos governos de Moysés Lupion (1947-1961) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), conforme abordado por Santos (2015).

O discurso de um progresso econômico que se concretizaria com uma modernização agrária e urbana, busca a modificação da estrutura existente e novas fontes de produção, abrindo espaço para uma discussão ampla no que tange os bens produzidos em solo nacional e suas exportações. A visão modernista buscava constantemente o discurso da recolocação nacional nos parâmetros internacionais, fator que poderiam acarretar com a vinda de povos para o Paraná, além de incentivar a ocupação de território ditos como "devolutas" (GABRIEL, 2011, p. 67). Para esse

intuito, o discurso usado foi o de um Paraná com a “terra das oportunidades”, onde o imigrante poderia desenvolver sua lavoura com o auxílio do Governo do Estado.

A imigração introduziria no meio rural paranaense elementos de renovação que iniciariam o processo de mudança nas suas estruturas agrárias. Analisando o quadro cronológico do estabelecimento das principais colônias localizadas no Paraná, observa-se a ocorrência de alguns períodos de maior intensidade na execução do plano de colonização agrícola destinado a desenvolver uma agricultura de abastecimento, elaborado pelo Governo Provincial, nos meados do século XIX (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 163).

Com o desenvolvimento das políticas de imigração ao nível federal, o Paraná, com o auxílio do Governo Federal, também se articulou de forma intensa para promover a entrada e o estabelecimento de grupos imigrantes nesse contexto pós-guerra, através de uma Fundação de incentivo, segundo a mensagem de Lupion à Assembleia Legislativa do Estado, em 1948.

[...] e enquanto se processavam os passos para o definitivo estabelecimento da Fundação Paranaense de Imigração e Colonização, providenciamos a resolução dos problemas mais imediatos de colonização, que surgiam no dia a dia da administração, independentemente dos trabalhos já de rotina nesse sector. Assim é que aproveitamos a oportunidade e trouxemos para o Paraná quâsi um milhar de imigrantes ucrâinos e poloneses, que o Brasil recebera em virtude de acôrdo internacional para a colocação de deslocados de guerra. Os elementos que trouxemos para o nosso Estado estão trabalhando conosco honestamente, a maioria em nossos campos de agricultura (LUPION, 1948, p. 54).

Em 1951, Bento Munhoz da Rocha, tornou-se taxativo ao explanar sobre o quanto desejosa a massa imigratória estabelecida no Paraná se torna, e espera que a mesma, com suas ferramentas e concepções progressistas adotem o Brasil como uma nova Pátria (IPARDES, 1989, p. 30-31).

Em outros trechos de seu discurso Bento coloca que nas primeiras décadas de XX, a produção nas fazendas diminuía gradativamente. Sendo assim como forma de deter esse enfraquecimento, o estado estimulou a estruturação de colônias, com mão de obra especializada, priorizando a europeia, ele ainda aponta que em sua gestão o Estado estava "atendendo à imigração de alemães, holandeses que vieram para a zona temperada do Estado, onde é necessário criar novas fontes de produção" (ROCHA NETTO, 1951, p. 7).

Segundo Ramos (2016) o governo de Bento Munhoz da Rocha

[...] tinha um projeto em curso de Modernização da economia paranaense, e dinamizar a agricultura e pecuária eram objetivos centrais no projeto. Entendiam que a mudança dos paradigmas da agricultura de subsistência, para uma agricultura comercial e voltada aos interesses do mercado externo, passaria pelo domínio de novas técnicas agropecuária e da mecanização. Para tanto, somente trabalhadores acostumados com tais técnicas estariam

preparados, que na visão dos representantes do governo seriam os imigrantes europeus (RAMOS, 2016, p. 224).

Essa movimentação foi possível através de convênios firmados entre Governo Federal e outros países com interesses migratórios. Moyses Lupion reafirma tal referência, apontando que os imigrantes eram selecionados devido suas aptidões para o desenvolvimento e parabeniza os sucessos de colônias já existentes como a Colônia Castrolanda, em Castro (IPARDES, 1989, p. 31). Esse apoio da entidade Federal é apontado por Santos (2015) como uma “imigração assistida, que conta com o apoio do governo ou instituições internacionais”.

A imigração em solo paranaense foi realizada com acordos entre o Governo Federal e Estadual. O Governo Federal, como mencionado em outro momento, optava por parcerias para reduzir os custos de transporte, alimento e alojamento, podendo ser considerado este tipo de migração assistida. Os acordos entre o Governo Federal e uma entidade internacional, eram feitos a partir das relações político partidárias dos governadores, possibilitando o recebimento de um número elevado de imigrantes no Paraná, se comparado aos demais estados da federação. (SANTOS, 2015, p. 40)

No livro O I^o Centenário Paranaense (PARANÁ, 1953) é abordado sobre a imigração no pós-guerra, principalmente a que se caracteriza como "cooperativa", integrando "trabalho e capital", segundo consta esses são elementos essenciais para uma produção econômica. O livro toma a Colônia Holambra em São Paulo para definir como se aplica as cooperativas em solo brasileiro, traçando um perfil inicial de "coletividade, com área de trabalho indiviso. Contudo, não sendo satisfatórios os primeiros resultados obtidos, em 1950 transformou-se em uma cooperativa de produção agrária" (PARANÁ, 1953, p. 99), organizando empresas coloniais, que estabelecem uma relação capitalista de produção, expressa através das Cooperativas, permitindo "a compra da produção dos colonos, o beneficiamento industrial e a comercialização voltado ao mercado" (RAMOS, 2016, p. 210).

Os holandeses, no Paraná, iniciaram o processo imigratório muito antes da Segunda Guerra Mundial. Segundo Romário Martins (1939 *apud* LYUNTEN, 1981, p. 26), mais de 30 mil holandeses se instalaram no Brasil, sendo desse percentual cerca de 3 mil posicionados no Paraná, entre os anos de 1907 e 1913, dispostos principalmente em Irati e em Castro. O primeiro grupo de holandeses a imigrar para o Paraná se estabeleceu em Gonçalves Junior (Irati), em 1908. O motivo para o deslocamento ocorreu em função de uma greve nas docas de Rotterdam, fator que culminou em um alto número de desempregados, que buscaram na imigração uma forma de se reestabelecerem. Segundo Ladeira (1976, p. 20), os 282 imigrantes

estabelecidos na região não possuíam a experiência com o cultivo da terra, atrelado a esse fato e as péssimas condições sanitárias e estruturais, as famílias ali estabelecidas não conseguiram prosperar, aceitando o auxílio do governo holandês para retornarem à pátria.

Desse contingente, em 1911, apenas três famílias se mudaram para o projeto da companhia férrea *Brazil Railway Company*, a qual tinha interesse na colonização e no trabalho em terras próximas as estradas de ferro que estavam sendo implantadas e assim ofertava terras e boas condições para diversas etnias de colonos (LYUNTEN, 1981, p. 29). As famílias se estabeleceram na fazenda Carambeí, em Castro.

A realização pioneira de Carambeí, apesar das dificuldades iniciais constitui a primeira experiência bem sucedida de colonização das terras de campo, atraindo novos contingentes populacionais para aquelas áreas subutilizadas desde o final do século XIX, com a desagregação da economia pastoril. Mesmo durante o período difícil, desde a sua fundação, em 1911, até 1935, quando vieram novos imigrantes holandeses portadores de algum capital, Carambeí exerceu notável influência sobre os Campos Gerais. A adoção de pastagens artificiais, a melhoria dos rebanhos de gado leiteiro, a produção de laticínios, a conveniente utilização agrícola das terras de campo e, sobretudo, a organização cooperativa adotada pelos colonos de Carambeí, em 1925, criaram as condições necessárias para o aparecimento de uma estrutura agrária fundamentada na pecuária associada às atividades agrícolas. O êxito da iniciativa holandesa foi favorecido pelas facilidades de financiamento e orientação técnica, bem como pela existência de um mercado de consumo de grande solicitação, mas carente de produção. Esses fatores que permitiram a sobrevivência e a expansão de Carambeí, abriram novas perspectivas para o aproveitamento dos campos e constituíram grande estímulo para que surgissem novos empreendimentos colonizadores nas terras de campo que compreendem 33 mil quilômetros quadrados, ou seja, 16% do território do Paraná (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 226-227).

Nos anos seguintes novos integrantes vindos da Holanda vieram a Carambeí, aumentando para doze o número de famílias organizadas. O leite produzido pelos colonos era transformado em queijo e manteiga, levando à fundação da Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios em 1925, oficializadas anos mais tarde (1935) sob a marca Batavo (LADEIRA, 1976, p. 23-24).

Quando os holandeses chegaram a Carambeí encontraram terras forrageiras, isto é, próprias para pastagem, e iniciaram, em seguida uma pequena indústria de laticínios, baseada em contribuições individualizadas. Aos poucos, os colonos de outras nacionalizadas [...] deixaram Carambeí tão logo que não se precisava mais de empregados para os serviços da Railway Company. Somente os holandeses e alguns alemães ficaram, principalmente graças ao gado leiteiro e a produção de laticínios. (LYUNTEN, 1981, p. 30)

Na cidade de Castro, a presença de imigrantes particularmente de origem eslava, alemã, holandesa e japonesa se mostrou muito marcante, vindos também de outras colônias construídas no Brasil, onde não conseguiram se adequar. Esse

processo de imigração, não se limitou a Castro, todo o Paraná contou com contingente emigrante recente.

O êxito das recentes iniciativas colonizadoras, colocado em termos de estruturas e conjunturas econômicas, esteve condicionado ao desenvolvimento de uma economia de mercado, às facilidades de financiamento e à orientação técnica, bem como à sua fundamentação em uma organização de sistema cooperativo. Assim, o êxito tem sido maior e mais completo nas colônias organizadas em cooperativas, incluindo-se neste grupo as colônias holandesas de Carambeí, Castrolanda, Tronco e Arapoti, a colônia menonita Witmarsum e os colonos japoneses, instalados em Castro, pela Cooperativa Cotia, no ano de 1959, em propriedades rurais dispersas e que cultivam batata e arroz principalmente. [...] Estas experiências de colonização recente, realizadas no Paraná, nas últimas três décadas comprovaram evidências já indicadas na colonização realizada anteriormente, de que a integração étnico-cultural das comunidades de imigrantes tem estado condicionada ao seu maior ou menor entrosamento na estrutura econômica do contexto no qual estão inseridas. (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 229)

Esses imigrantes formaram núcleos de habitação como uma forma de preservação de suas origens culturais, auxiliando na modernização local, exercendo forte influência na política, na economia, no social e na estrutura dos municípios, principalmente após a criação diversas associações e cooperativas rurais e urbanas (LEANDRO, 1995, p. 20).

2.4 COLÔNIA DE CASTROLANDA

No final da década de 1940, conforme informa Verburg (1980, p. 15) em sua tese, a Colônia de Carambeí, com o auxílio do governo federal, na época do Governo Eurico Gaspar Dutra, enviou um pedido à *Christelijke Emigratie Centrale* (Central Cristã de Emigração) e a *Christelijke Boeren en Tuinders Bond* (Associação Cristã de Granjeiros e Horticultores) na Holanda, um projeto, estudando a ideia de receber e dispor em território nacional, imigrantes neerlandeses de vertente cristã, iniciando reuniões entre os consulados e representantes de ordem diplomáticas de Brasil e Holanda.

A respeito dos dois grupos que auxiliaram nos trâmites imigratórios, a *Christelijke Emigratie Centrale* (Central Cristã de Emigração - CCE) foi criada no final da década de 1930, a partir de uma reestruturação da *Hervormde Emigratie Society* (Sociedade de Emigração Reformada), buscando auxiliar nos processos de emigração pós 1930 e estabelecer elos dos grupos com a pátria (KOOOPS, 2010, p. 99). Conforme Koops (2010, p. 99), com o desenvolvimento do interesse pela

emigração pós década de 1930, pautada na abertura de propostas de imigração agrícola, principalmente na América e no apoio do Governo Holandês, a Sociedade de Emigração precisava contar com uma estrutura mais ampla e dinâmica, possuindo o foco nos grupos de vertente protestante. Durante a Segunda Guerra Mundial, duas ações da CCE foram fundamentais para o processo de emigração, primeiro a instituição manteve contato com países que já possuíam colônias ou estavam dispostos a receber a massa emigrante. A instituição se dispersou por regiões da Holanda propagando a ideia de uma emigração benéfica e próspera.

Outra instituição de influência no processo emigratório foi a *Christelijke Boeren en Tuinders Bond* (Associação Cristã de Granjeiros e Horticultores) mesmo sendo criada em 1918, só se fortaleceu após a década de 1930, sendo criada para suprir a necessidade de uma organização que auxiliasse os agricultores dentro das vertentes religiosas. A organização foi fundamental no pensamento político agrário no pós-guerra, desenvolvendo, em parceria com outras organizações de cunho agropecuário e com o Ministério da Agricultura holandês, defendendo e orientando a educação agrícola, buscando desenvolver técnicas que auxiliassem no crescimento das áreas rurais (CRUYNINGEN, 2010, p. 140-141).

No ano de 1950, uma comitiva holandesa desembarcou em solo brasileiro com o objetivo de estudar as terras e a proposta nacional de recebimento de imigrantes, essa comitiva contava com o Diretor da Fundação de Agricultura da Holanda, o sr. J.S. Biesheuvel e um funcionário diplomático da embaixada dos Países Baixos no Rio de Janeiro. Partindo dessa iniciativa iniciaram as reuniões e conversações sobre a efetivação de um projeto imigratório, de caráter organizado, tendo auxílio do Sr. Kaemingk, na época diretor da escola Cristã de Agricultura de Hoogeveen, no norte da Holanda (RICKLI, 2004, p. 495).

Em 1950, chegou ao país uma comissão de estudos da Holanda com objetivo de encontrar terras para criação de uma nova colônia holandesa, depois de verificar terras no Rio Grande do Sul deu preferência pelas terras no município de Castro, que eram campos planos que facilitava a mecanização e de clima favorável. Essa decisão também ocorreu pelo fato do interesse apresentado pelo governo do Paraná, que deu todo suporte e garantias para a instalação da colônia. (ELFES, 1968 *apud* RAMOS, 2016, p. 223)

Um total de 52 famílias foram convidadas a participar de uma reunião explicativa sobre o projeto, ministrada pelo Sr. Biesheuvel e o Sr. Kaemingk, famílias oriundas em sua maioria de Denthe e Overijssel (GALLAS, 2012, p. 68). Existia no ideário holandês a possibilidade de imigração para o Canadá, porém a escolha pelo

Brasil se deu devido o país ser um dos poucos que permitia a imigração em grupos. (VERBURG, 1980, p. 16).

Em um trecho do livro da sra. Kiers-Pot, ela aponta a existência do interesse da comunidade em imigrar para o Canadá, mas o contato, mesmo que breve, sobre o Brasil, alterou as percepções de destino.

[...] Que clima gostoso lá no Brasil, bem diferente do clima neste 'país de rãs'. Rieks era a pessoa certa para falar, e se a avaliação de Leffers fosse favorável também, a emigração ia se concretizar. Mas este colocou umas condições.

Leffers dizia: 'Somente vai dar certo quando mais gente emigrar'. Rieks não duvidava que isto ia acontecer, mas coube então a eles divulgar a boa fama da colônia que ia ser fundada.

'Bem, e se quiserem saber mais, passem então, na volta, pela casa do Sr. Kaemingk em Hoogeveen'. Fizemos isto. E o fraco interesse pelo Brasil começou a crescer. As reuniões sobre Canadá que se realizavam até aquele momento em nossa casa foram diminuindo e acabaram sendo abandonadas. Principalmente porque no Canadá também poderia fazer muito frio. A partir daquele momento realizamos inúmeras reuniões e conhecemos os outros membros do grupo, o que nos ocupava todos os dias.

Recebíamos documentos e cartas e assim nos tornamos participantes do movimento para emigrar para o Brasil. E os comentários que tivemos que escutar...! Papai disse: 'você sabem que lá tem canibais?' Pode ser, sim, mas e aquela gente em Carambeí então? [...] Eu pensava comigo: 'não vou me preocupar com isso'. (KIERS-POT, 2001, p. 73)

Fazendo uma relação entre o discurso, escrito para as comemorações de quinze anos de Castrolanda do Sr. Jager (1966) e o texto publicado de Jan Broek (2008), observa-se a projeção do perfil dos emigrados como grupos que, decepcionados com a conjuntura econômica e social pós-guerra holandesa, buscaram refúgio em outros espaços que permitissem manter suas tradições agropecuárias. Segundo Broek (2008, p. 101), a devastação de propriedades, a escassez de alimentos na guerra e a expansão urbana ocasionaram em uma séria crise agrária, tornando a emigração uma forma de manter os elos camponeses familiares.

Da reunião, ocorrida em junho de 1950 em Zwolle, estruturou um projeto de uma nova comissão de visita, agora composta por uma equipe especializada para analisar as condições de solo e clima, foram selecionados: Dr. Ljvogel, professor de hidrografia da Universidade de Agricultura em Wageningen; os engenheiros agrônomos Verhoog e Van Galen; e o Sr. Leffers, como membro representativo do grupo interessado em emigrar, conforme em carta publicada no livro da sra. Kiers-Pot (2001, p. 253).

Os projetos analisados em solo nacional por essa comitiva, foram as terras da região de Bagé e Taím, no Rio Grande do Sul e Castro, no Paraná. As duas primeiras foram descartadas devido à distância com os centros urbanos e o fato do solo ser

impróprio para a agricultura proposta. Castro ficou no centro da discussão por dois motivos-chaves: primeiramente a proximidade com a Colônia de Carambeí, já iniciada no ano de 1911, e abertura que o Governo do Estado do Paraná oferecia, garantindo suporte e repasse de terras mediante empréstimo a longo prazo (GALLAS, 2012, p. 70). Após a visita, conforme abordado por Gallas (2012), discussões de caráter burocrático e administrativo foram executadas, para traçar um perfil para o projeto de imigração, esse projeto foi apresentado e aceito pelo governo Holandês, no qual continha as seguintes cifras das propostas para a implementação de uma colônia no Brasil.

- Aprovação pelo governo neerlandês de autorização de exportação de bens de capital no montante de 1540.000,00 NFL
- Aprovação pelo governo do Brasil de um crédito de CR\$ 7.470.000,00
- Aprovação pelo Estado do Paraná de uma verba de Cr\$ 4.057.000,00 para aquisição de 5.612 há de terra.
- Aprovação pelo Estado do Paraná de repassar os lotes aos imigrantes, financiados por dez anos, com carência de cinco anos. (GALLAS, 2012, p. 70)

A proposta de compra e repasse foi aceita pelo Governo do Paraná, que na época já tinha a opção para comprar as terras escolhidas. O Governo Federal também se mostrou, a princípio, em acordo com o projeto, estipulando uma contrapartida de 150% (GALLAS, 2012, p. 70) do valor creditado representado em cabeças de gado, sendo que cada família ao se estabelecer deveria trazer uma porcentagem de gado para servir de garantia sobre o empréstimo.

Através desses acordos, iniciou um conjunto de reuniões para a organização, estabelecendo parâmetros burocráticos para a efetivação do projeto, como delimitações de funções, de cunho financeiro e de repartição de lotes. Foi fundado como forma de auxílio, uma Cooperativa de Emigração em Grupo para o Brasil (C.E.G.B.), em Hoogeveen, sendo oficializada através de um estatuto, organizado em 36 artigos e formalizado em 19 de maio de 1951 (HOLANDA, 1951).

O estatuto da C.E.G.B. visava promover as possibilidades referentes a emigração, auxiliando e direcionando as famílias participantes. Não possuindo tempo delimitado de funcionamento (GALLAS, 2012, p. 71-72). Como objetivos, a C.E.G.B. se propõe a organizar a exportação dos bens dos associados, adquirir maquinários de trabalho, em contrapartida cada associado deveria dispor de um percentual do seu capital em prol do funcionamento da cooperativa, cabendo a C.E.G.B. a

- a) Organização da exportação dos bens dos associados, na forma de materiais de produção e capital até o valor máximo permitido pelo Governo da Holanda,

b) Compra ou aquisição por outra forma, direta ou indiretamente, de terras no Brasil. (KIERS-POT, 2001, p. 115-116)

O documento também estipula as características constituintes do Conselho Administrativo e as atribuições de cada cargo, visando a melhor distribuição de benefícios e auxílios aos filiados. O documento também versa sobre a constituição de uma cooperativa, em solo brasileiro após a instalação do primeiro grupo. Sendo a cooperativa formada, a base para os próximos grupos, através da ajuda mútua de caráter econômico e social, com a construção de ambientações que permitiram a fixação de todo o grupo emigrante (NEDERLANDS, 1951).

Partindo dessas reuniões e acordos, foi estabelecido entre os governos Brasil e Holanda um acordo, o qual forneceria garantias para ambos. O acordo estipulado em reunião de 15 de dezembro de 1950 foi somente assinado e aprovado no Decreto Legislativo nº 55, de 1951. Em seus artigos iniciais, é apresentada a referência de que a imigração holandesa para o Brasil, é “uma imigração de caráter dirigida, obedecendo os termos pré-estabelecidos e abrangendo a colonização, a cooperação científica, intelectual e técnica em solo nacional (BRASIL, 1951).

Ficando disposto as condições brasileiras de valorização de regiões não habitadas, exploração de solo em prol da recuperação econômica e o progresso nacional, cabendo aos imigrantes a experiência e o conhecimento em trato de culturas agropecuárias. A imigração dirigida foi organizada por uma comissão mista, sendo isenta de limites quantitativos, porém acatando as necessidades brasileiras, segundo consta no documento

Os grupos a serem analisados se dividem em 4 categorias:

- a) Famílias de agricultores, lavradores, criadores de gado, camponeses em geral, operários, agropecuaristas, técnicos especializados em indústrias rurais, que emigrarem com intenção de se estabelecer imediatamente como pequenos proprietários.
- b) famílias de agricultores, lavradores, criadores e outros elementos que emigrarem como parceiros ou em qualquer outra modalidade de associação, para fazendas existentes no Brasil.
- c) professores, técnicos, artesões, operários especializados e profissionais de atividades diversas, subordinados à legislação local quanto ao exercício da profissão.
- d) unidade ou empresas industriais e agrícolas. (BRASIL, 1951).

Fica assim estipulado em seu artigo 8º, que estão autorizados aos emigrantes das categorias ‘a’ e ‘b’ trazerem gado leiteiro puro sangue, maquinaria agrícola, utensílios para agricultura e pecuária (BRASIL, 1951). Não sendo autorizado a entrada de dinheiro estrangeiro, sendo assim os imigrantes necessitavam trazer uma

porcentagem de cabeça de gado para trocar por câmbio nacional. Todo o investimento dos holandeses deveria ser convertido em máquinas e animais.

O acordo estipulava que inicialmente a seleção seria feita por entidades de apoio neerlandesas. O acordo ainda dirigia as competências de transporte, cabendo ao governo dos Países Baixos arcarem com despesas de deslocamento interno e o Brasil, arcar com despesas executadas em solo nacional. Em seu artigo 29 o Brasil declara suas providências base

O Governo brasileiro, no empenho de favorecer a imigração neerlandesa de caráter colonizador, tomará providências administrativas, técnicas e financeiras, bem como promoverá facilidades a seu alcance, suscetíveis de fomentá-la, adotando como normas indicadas para dar-lhe início e desenvolvimento futuro [...]. (BRASIL, 1951)

O auxílio aos imigrantes era uma integração entre Governo Federal e Estadual, com base administrativa e técnica e a compra de terras, a título de empréstimo, além da isenção pelo período de três anos de impostos e taxas que possam incidir sobre seus lotes, produções, veículos e maquinários. Segundo o acordo, caberia a nação brasileira incentivos em relação ao “transporte de pessoas, gado e materiais, [...] ainda as despesas com a imunização do gado, como também o transporte do porto do desembarque até o lugar do destino” (KIERS-POT, 2001, p. 259).

Outras competências brasileiras são traçadas no acordo, no capítulo que normatiza o estabelecimento dos emigrados. O decreto apresenta algumas providências como: a aquisição e entrega de terras financiadas aos imigrantes; a construção das estradas de acesso dos lotes e a ligação rodoviária entre área urbana e rural; a isenção pelo período de três anos dos colonos, como forma de auxiliar o progresso da Colônia. O governo nacional também se dispõe a fornecer auxílio técnico, em parceria com o Governo Holandês, que permita a ampliação dos trabalhos desenvolvidos, também compete a nação brasileira, em caráter social a assistência médica e escolar, seguindo os parâmetros nacionais (BRASIL, 1951, p. 33-44).

Porém, no momento da execução do projeto, o acordo ainda não estava assinado, sendo assim os incentivos em relação a transporte e materiais oferecidos pelo governo Federal brasileiro não estariam disponíveis. Os impasses provenientes desse fato foram reajustados pela C.E.G.B., através de um empréstimo com o Banco Raiffeisen (GALLAS, 2012, p. 72). Mesmo com alguns ajustes emergenciais, no início de novembro de 1951 o primeiro grupo deixou a terra natal e partiram rumo inicial a

França, de onde embarcariam em navio com destino ao Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro no final de novembro. Em 30 de novembro de 1951, o primeiro grupo imigrante se estabeleceu na Nova Pátria, sendo oficialmente instituída a Colônia de Castrolanda, um nome oriundo da junção do nome do país de origem – Holanda – e do município da nova moradia – Castro (KIERS-POT, 2001, p. 259).

Conforme os novos grupos iam se estabelecendo a comunidade ia se fortalecendo, baseados num tripé de desenvolvimento, encabeçado pelo ensinamento protestante reformado, que visa tratar o indivíduo e sua sociedade pelo viés espiritual, intelectual e de trabalho – Religião, Ensino, Cooperativa (LUCENA, 2009, p. 57). Através da instituição da cooperativa e o fortalecimento do senso cooperativista, foi possível a instituição de uma escola e de uma igreja dentro da Colônia, fator que foi decisivo para manter a estrutura da comunidade.

CAPÍTULO 3: REPRESENTAÇÕES DOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA EM CASTROLANDA

Neste capítulo abordo a construção dos três espaços museais da Colônia de Castrolanda, observados como símbolos patrimoniais da memória imigrante, apresentando a composição de cada construção, bem como a temática abordada nas arquiteturas e exposições inaugurais de cada espaço, categorizando-os como espaços de memória, nos três sentidos apresentados por Nora (1993, p. 22): físico, simbólico e funcional.

Os três aspectos coexistem sempre [...] é material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p. 22)

O físico, pensando seu local de construção do patrimônio, o espaço material solidificado e visual (analisado nesta pesquisa como os três espaços museais de Castrolanda). O simbólico, analisado através das representações construídas nas expografias e na arquitetura, que visam reforçar a identidade e a memória da comunidade, dispostos em símbolos comuns aos membros da comunidade. E o funcional, que une os dois conceitos (físico e simbólico) e se caracteriza como transmissão da representação construída, abordando as principais razões para a criação dos espaços museais e suas exposições inaugurais, ressaltando como essa memória criada é transmitida internamente e externamente. A junção dos três sentidos constrói a noção patrimonial de espaço de reconhecimento, onde a comunidade constrói seus símbolos e os utiliza na construção da narrativa memorial coletiva.

A memória, seja individual ou coletiva, é constituída por acontecimentos (pessoais ou em coletividade), pessoas (ou personagens) e lugares. Esses processos não são estáticos, assim como a memória não é, são variáveis conforme o tempo, o espaço e os indivíduos. A memória é recriada, dentro do espaço de vivência e se atrela ao senso de pertencimento, se um fato é preservado e lembrado por um coletivo, essa memória passa a ser real e vinculada a identidade daquele grupo (POLLAK, 1992, p. 201).

No caso de Castrolanda, busco analisar a memória criada dentro dos espaços museais, analisando como eles foram consolidados, onde a apresentação individual dos espaços museais e suas exposições inaugurais correspondentes visa o

entendimento de como ocorreram os processos de construção do patrimônio edificado e as características culturais que o identificam como pertencente a aquele grupo – e as representações construídas nas exposições iniciais, ressaltando valores e simbologias da cultura “castrolandesa”. O termo “castrolandês”, retomado em diversos pontos deste capítulo, pode ser atribuído ao antropólogo João Rickli, o qual utiliza o termo para designar os moradores da Colônia Castrolanda, em sua dissertação de 2003, intitulada “A comunidade de benção: religião, família e trabalho na Colônia Castrolanda”. Porém, nesta dissertação, aplico ao termo a característica do ser holandês em Castrolanda, para além de um morador da comunidade, mas uma figura simbólica e identitária focada na preservação de símbolos comuns holandeses dentro de Castrolanda.

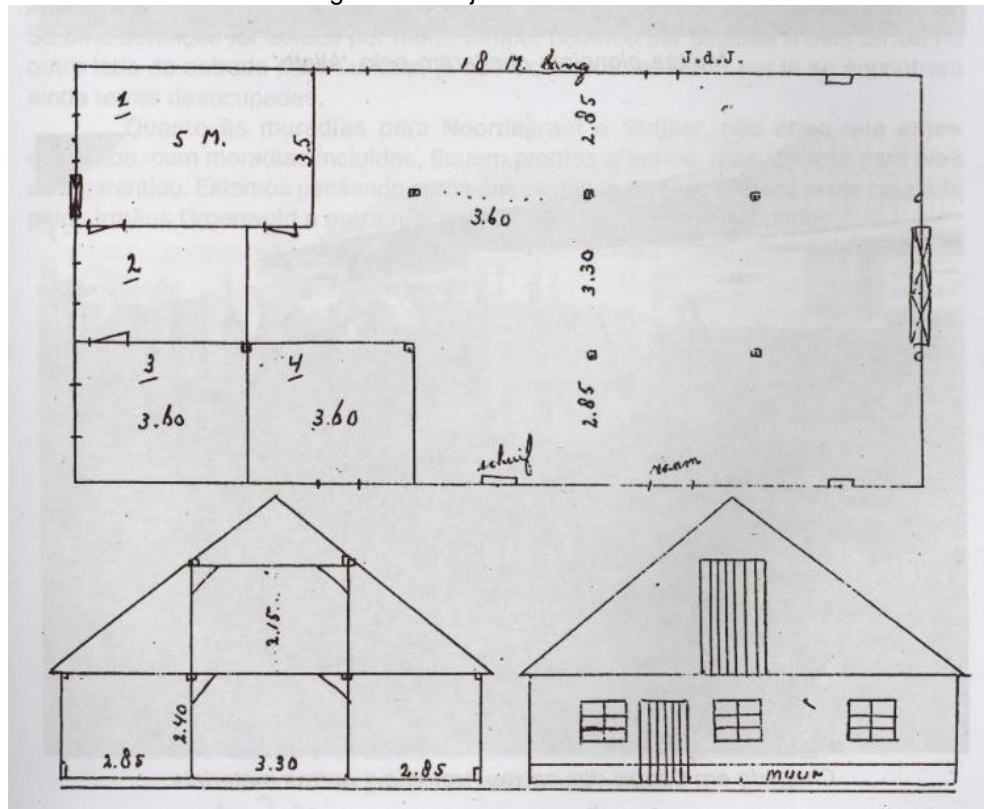
3.1 MUSEU CASA DO IMIGRANTE HOLANDÊS

O primeiro espaço museal oficializado em Castrolanda, foi o Museu Casa do Imigrante Holandês, espaço inaugurado em novembro de 1991, durante os festejos dos 40 anos da Colônia. O espaço apresenta uma narrativa focada na vivência familiar e pensando no conceito de memória comunicativa, proposto por Assman (2016), este espaço museal pode ser compreendido como um local onde a memória familiar e geracional é transmitida através da oralidade dos primeiros imigrantes, sendo uma exposição com temporalidade focada nos primeiros anos da imigração, entre 1951 e 1954, formada por objetos ainda em uso e organizados pelos membros da segunda geração de Castrolanda, com a participação de membros da primeira geração.

Os elementos, que serão apresentados a seguir, através de um conjunto de imagens do espaço Casa do Imigrante Holandês, representam o cotidiano familiar e imigrante, o processo de chegada e vivência na primeira década, processo observado desde a arquitetura até a disposição e narrativa memorial construída na expografia. A arquitetura da Casa do Imigrante é composta em madeira, representando as primeiras casas construídas pelos pioneiros holandeses, composta por uma junção de residência e estábulo, sendo o projeto das casas provisórias da Colônia. Como demonstrado na carta de 25 de dezembro de 1952, publicada no livro da Sra. Kiers-Pot, enviada pela Cooperativa de Emigração em Grupo para o Brasil aos seus associados, as casas provisórias, começaram a ser construídas após a chegada no segundo grupo (1952), para que as próximas famílias já tivessem um espaço de

moradia para então iniciar a construção de suas casas em seus lotes determinados (KIERS-POT, 2001, p. 49-54). Ainda, como registrado em carta, seriam construídas 27 casas provisórias, trabalho desenvolvido por três carpinteiros (Huib van Noord, Gerrit Wassink e Jan Koops), com o auxílio de jovens imigrantes, o projeto das casas provisórias com estábulo pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 - Projeto Casa Estábulo



Fonte: KIERS-POT, 2001. p.57.

O quarto nº1, servirá mais tarde como depósito para ração. Poderá servir agora como copa-cozinha.

2. Despensa para mantimentos e espaço para guardar outras coisas.

3 e 4. Quartos para dormir. Os filhos maiores poderão também dormir no sótão. Se este espaço ainda for pouco para uma família grande, poderia ser acrescentada mais uma parte do estábulo.

Os pilares no estábulo são colocados de tal maneira que as vacas podem ser postas com as cabeças voltadas umas para as outras, mas também de modo inverso. O proprietário poderá então fazer a instalação interna como ele quiser. Os pilares estão distantes 3,60 metros um do outro e contamos com 3 estábulos de 4,20 metros.

Este estábulo é de tamanho médio. Serão construídos também estábulos de 21 metros de comprimento e outros de 15 metros. (KIERS-POT, 2001, p. 57)

O projeto de criação do museu foi iniciado em 1989 (CCLP, 1991, p. 24) com um grupo de voluntárias da Colônia (formados por membros da primeira e segunda geração de imigrantes) que elaboraram uma circular, enviada a todas as famílias de Castrolanda, propondo a criação de um museu, com objetos que representassem a

forma de vida das primeiras famílias após a imigração. Sendo concretizado apenas em 1991 quando a Cooperativa Castrolanda construiu na área central da Colônia uma arquitetura em madeira para abrigar o museu – dessa forma as senhoras Fokje de Jager, Geke Kassies, Manny de Jager, Minie Kiers e Trijntje Salomons, com o auxílio do senhor Gebert Bouwmann, todos moradores de Castrolanda e imigrantes holandeses, iniciaram a “Museum Commissie” ou Comissão de Organização do Museu, de forma voluntária os trabalhos de solicitação, recepção, manutenção dos acervos. As solicitações ocorreram de forma pessoal e através de circulares, enviadas para toda a comunidade. Um dos exemplos dos acervos solicitados, podem ser vistos em uma circular de 27 de agosto de 1991, enviado a comunidade e assinado pelas voluntárias:

Queridos colonos. Nossa colônia espera comemorar seu 40º aniversário no final de novembro. A intenção é que a ‘Cooperativa Castrolanda’ forneça um espaço/casa no estilo holandês dos anos cinquenta por ocasião deste evento. Esta será uma atração (museu) permanente. No entanto, este museu exige muito material. Estamos pensando em: móveis de sala, cozinha e quarto, toalha de mesa, tamancos, torneira, lixeira, alguns quadros, fogão, rádio, roda giratória, lamparina de parafina, vários vasos, pratos, tapetes, panela, etc, etc. Se você gostaria de disponibilizar algo para isso (permanente ou temporário), entre em contato [...]. (MUSEUMCOMISSIE, 1991).

Os objetos de interesse da comunidade se concentravam em objetos de cunho familiar e doméstico – que representassem o cotidiano familiar dentro da casa, sendo esta responsabilidade das voluntárias, citadas acima, a organização e a manutenção. Outros objetos angariados e expostos foram os maquinários agrícolas, uma comissão focada na organização de máquinas antigas foi criada em 1991, formada inicialmente pelos senhores Geraldo de Boer, Tinus Rabbers, Jan de Jager e Willen Bouwman – sendo a eles delegada a função de recepção e organização das ferramentas agrícolas (COMISSÃO DE MÁQUINAS ANTIGAS, 1991).

Os trabalhos de conservação dos objetos também ficaram sob responsabilidade da Comissão de Organização Museu – como pintura, troca de estofados, costura, conserto de móveis, solicitação de galpão para os maquinários - grande parte dos objetos passaram por um processo de intervenção antes de fazer parte do acervo do museu (MUSEUMCOMISSIE, 1991). A inauguração oficial aconteceu em 29 de novembro de 1991, dentro da programação do aniversário de 40 anos da Colônia, a festividade foi aberta, contando com a presença de mais de 3 mil pessoas, conforme informativo da Revista Batavo (CCLP, 1991, p. 10-11).

Imagem 1 – Museu Casa do Imigrante Holandês



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor Desconhecido, 1991.

Analisando o contexto de construção do museu, duas motivações foram fundamentais para a consolidação deste projeto: a construção da memória imigrante, com foco nos primeiros anos da Colônia e o envelhecimento e falecimento da primeira geração de imigrantes de Castrolanda. Baseado em informações disposta no livro da Sra. Kiers-Pot (2001, p. 294-296), esta pesquisa desenvolveu uma tabela (Quadro 1) dos falecimentos em cada década de 1950 a 1990, das três primeiras gerações de Castrolanda (imigrantes, filhos – em grande maioria também imigrantes –, e netos – já apresentados como descendentes).

Quadro 1 - Dados de Falecimentos em Castrolanda

Década	Falecimentos	Geração.
1950	3	Geração 2
1960	11	Geração 1
	1	Geração 2
	7	Geração 3
1970	6	Geração 1
	6	Geração 2
	6	Geração 3
1980	11	Geração 1
	4	Geração 2
	4	Geração 3
1990	20	Geração 1
	12	Geração 2
	4	Geração 3

Fonte: KIERS-POT, 2001, p. 294-296

Entre os anos de 1980 e 1990 houve um grande número de falecimentos de imigrantes da primeira geração, com média de 80 anos de idade, sendo que em novembro de 1991, mês da inauguração do Museu, a Colônia contava com 20 pessoas com idade superior a 80 anos (KIERS-POT, 2001, p. 291). A título de curiosidade, na década de 1970, foi fundado em Castrolanda, um clube para a terceira idade, batizado de *Jeugd van Vroeger* (Juventude de Outrora), com atividades recreativas e de lazer, para os membros mais antigos da Colônia (KIERS-POT, 2001, p. 236). O envelhecimento e o falecimento da primeira geração pode ser entendido como um fator para a construção de um memorial, que narre a chegada e a construção de Castrolanda, sendo esta primeira geração membros ativos nos trâmites de organização e consolidação das cooperativas (de emigração e agropecuária) e responsáveis pelas famílias e decisões nos primeiros anos, levando em consideração que a segunda geração, emigrou com a faixa de 10 a 18 anos.

A inauguração do museu faz parte das festividades dos 40 anos da Colônia, possuiu como figuras representantes, o sr. Jan van Arragon, na época o pioneiro mais idoso de Castrolanda, com 86 anos de idade e o Governador do Estado do Paraná, na época, Roberto Requião, como apresentado na imagem 2.

Imagem 2 – Inauguração do Museu Casa do Imigrante Holandês



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 1991.

O Museu Casa do Imigrante Holandês, possui a característica de espaço “ideológico da memória”, como apontado por Candau (2012) – onde conserva-se e dispõe artefatos que constroem e preservam a memória imigrante – limitada ao espaço de Castrolanda. Um local de memória criado pela comunidade e para a comunidade.

3.1.1 Representações Expositivas dos Elementos Simbólicos do Museu Casa

O Museu Casa do Imigrante Holandês se enquadra como uma representação de um “museu casa”, onde todos os elementos expositivos e a arquitetura visam a demonstração de um cotidiano familiar, representando a intimidade, no caso de Castrolanda, uma representação da vivência de todas as famílias no início da imigração. Segundo Chagas, uma possível definição de “museu casa” seria

As casas museus (sejam elas casas das camadas populares, das classes médias ou das elites sociais e econômicas), a rigor, são casas que saíram da esfera privada e entraram na esfera pública, deixaram de abrigar pessoas, mas não deixaram necessariamente de abrigar objetos, muitos dos quais foram sensibilizados pelos antigos moradores da casa. As casas museus e os seus objetos servem para evocar nos visitantes lembranças de seus antigos habitantes, de seus hábitos, sonhos, alegrias, tristezas, lutas, derrotas e vitórias; mas servem também para evocar lembranças das casas que o visitante habitou e que hoje o habitam. [...] Não há dúvida de que a casa museu encena uma dramaturgia de memória toda especial, capaz de emocionar, de quebrar certas barreiras racionais, de provocar imaginações, sonhos e encantamentos (CHAGAS, 2013, p. 6).

Essa intimidade familiar e a dramaturgia na representação da Casa do Imigrante, podem ser observadas nas estruturas das exposições, demonstradas nas imagens abaixo.

Imagem 3 – Hall de Entrada



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, [entre 1991 e 2000].

O Hall de entrada representa a recepção a casa imigrante, com alguns elementos de destaque, como o quadro bordado de moinho, remetente a cultura holandesa, o quadro bordado na lateral direita, representando uma passagem bíblica denominada “Eli e Samuel”. Os casacos dependurados ao lado do espelho remetendo a locais frios, não condizente com o clima brasileiro, mas representando a vestimenta imigrante. Os tamancos de madeiras, típicos da cultura holandesa. E as malas de couro, como elemento da chegada e da organização na casa, proporcionando a imagem de um “mito imigrante”, a representação do deslocar-se, alterar sua conjuntura familiar e social.

Outro elemento fundamental é a presença da ânfora de argila chamada em holandês de keulse pot, na lateral esquerda. O Keulse pot é um pote em pedra ou barro esmaltada a prova d'água, ele tem sido usado há séculos para colocar legumes, carne, ovos e manteiga. A cerâmica vitrificada não aumenta o sabor dos alimentos armazenados nele, mas ajuda a conservá-los. Os alimentos são

conservados com sal e água, para serem consumidos no inverno , prática que foi adotada nos primeiros anos de Castrolanda.

Imagem 4 – Cozinha



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, [entre 1991 e 2000].

Imagem 5 – Cozinha



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, [entre 1991 a 2000].

A cozinha, espaço de alimentação e de sociabilização, construído como o imaginário do local “feminino”, mas também um espaço de destaque de costumes, como alimentação, tradições e relacionamento familiar. A representação da cozinha nos mostra a ausência de saneamento básico (ausência de torneiras e água encanada). Ao centro da mesa a bíblia, representando a religiosidade da comunidade, e ao lado da mesa o rádio, o qual sintonizava canais holandeses, assim era possível o contato com as notícias da Holanda.

Outros elementos figuram os primeiros anos, com a Imagem 5 é possível visualizar a "despensa" onde era mantido os mantimentos e utensílios domésticos separados da seguinte forma: os mantimentos, objetos de uso contínuo (como bules, frascos, tigelas) e utensílios de uso semanal como panelas, formas, picadores. Na primeira prateleira um conjunto de objetos desperta o olhar – os potes de compotas, ainda com alimentos armazenados dentro – eles foram confeccionados para a abertura da exposição e se mantiveram em exibição até o fechamento do museu.

A ambientação nos mostra a simplicidade do espaço, mas também a riqueza de detalhes e objetos cotidianos - nos remetem ao uso recente, a disposição dos móveis e objetos apresentação a ideia de que a família acabou de utilizar aquele espaço para alguma refeição e foi organizado como a memória das voluntárias recordava dos hábitos de suas próprias famílias. Cada objeto tem seu local de representação dos hábitos familiares de 1951.

Imagem 6 – Sala de Estar



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, [entre 1991 a 2000].

Imagem 7– Sala de Estar



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, [entre 1991 a 2000].

A sala de estar representa o local de descanso e entretenimento da família. Os objetos que considero fundamentais para a construção do imaginário de "uso" são a lareira disposta ao fundo, nos remetendo ao frio da Holanda, as figuras (bonecos)

com trajes de Volendam como uma representação folclórica, mesmo que os imigrantes não sejam originários da região de Volendam, adotaram para si a cultura folclórica daquela região. A cadeira ao fundo com braços retos, difere das demais, por ser a única reclinável presente na sala, configurando aquele espaço como o local "paterno", ao lado, sobre a mesa está disposto um porta cigarros (objeto cilíndrico e dourado) utilizado pelo pai em seu momento de lazer.

Na Imagem 7, o harmônico, no canto esquerdo, representando a musicalidade e o ensino aos filhos. O espaço da costura com a máquina manual. Acima no móvel com cortinas, estão dispostos hinários e bíblias, usados nos estudos bíblicos da comunidade e nos cultos aos domingos.

Imagem 8 – Quarto



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, [entre 1991 a 2000].

Imagem 9 – Quarto



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, [entre 1991 a 2000].

Como descrito no projeto arquitetônico das casas provisórias, os filhos mais velhos dormiam no sótão da casa, em contrapartida as crianças menores ficavam no quarto dos pais. Como é perceptível pela presença do berço e o carrinho azul.

Na parede esquerda (Imagem 8), sobre o berço está uma placa de leitura em língua holandesa, usada por uma família de imigrantes para ensinar seus filhos, alfabetizados em casa primeiramente na língua holandesa. Sobre a cama (Imagem 8) estão dois *Kruik* ou garrafa de cama, garrafas de metal utilizadas para aquecer a cama, normalmente embrulhada em tecido para não queimar os pés. Disposto sobre a penteadeira (Imagem 9), na área direita da imagem, estão utensílios de higiene como um gomil e uma bacia para a limpeza das mãos e rostos, sendo que não havia água encanada nas casas. Outros objetos são perceptíveis como porta sabonetes (em cerâmica branca), um kit de barbear masculino e perfumes. Ao lado do guarda-roupa está um "cesto Moisés", berço em palha trançada, utilizado para transporte de crianças em viagens.

Imagem10 – Escritório



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, [entre 1991 e 2000].

O escritório ou local de estudos é o espaço administrativo da casa, sobre a mesa estão dispostos alguns objetos que não pertenciam ao convívio doméstico, mas que eram utilizados no escritório da Cooperativa Castrolanda nos primeiros anos, como a máquina de calcular, os pesos de medição, além de dois tinteiros e canetas com ponta pena – elementos que ressaltam a cooperativa como um elemento fundamental na consolidação da Colônia.

Na parede lateral da escrivaninha estão dispostos quatro quadros. Os dois laterais com moldura dourada são “Certificado de Travessia do Equador, efetuada abordo do navio *Rotterdam Zuid-Amerika Lijn*, de 1953. Sendo uma Certidão de Batismo simbólica, lavrada no navio após o ritual em que *Neptunus*, o rei dos mares, abençoa todos a bordo na passagem da linha do Equador. Todos a bordo recebiam um documento de batismo com um nome de peixe. Ritual descrito na citação abaixo

[...] o batismo do mar ... é uso antigo dos marinheiros, em meio de festas, [d]aquele que pela primeira vez transpõe a linha do Equador. Para isso os encarregados do batismo mascararam-se de Netuno, de Tempo e outras personagens; depois de várias perguntas e respostas, um marinheiro, com uma seringa ou mangueira, jorra sobre o neófito tanta água do mar quanto preciso para ficar bem batizado[...] (RODRIGUES, 2003 apud REIS, 1947)

Ao lado o primeiro quadro de moldura preta, possui a mesma conotação de batismo, porém derivado de uma viagem de avião, sendo um Certificado de Travessia do Equador – efetuada abordo de um avião da Companhia Real Holandesa de

aviação, de julho de 1962. Abaixo está um quadro com a fotografia dos “pioneiros” sendo um registro da festa dos 25 anos de Castrolanda, celebrada em janeiro de 1977, onde mostra todos os imigrantes, moradores de Castrolanda na época.

Outro objeto interessante é o quadro da família real holandesa – Rainha Beatrix Wihelmina Armgard van Orange-Nassau (1980-2013) e seu esposo, o príncipe consorte Claus von Armsberg – sendo um culto as tradições monarquistas da Holanda. Hoje, em Castrolanda, em algumas casas é possível encontrar a imagem do Rei Willem Alexander (seja em quadro ou calendário), filho da rainha Beatrix – sendo um rito de respeito a família real e suas tradições holandesas.

Imagem 11 – Banheiro



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, [entre 1991 e 2000].

Na representação da casa ele está disposto internamente, porém o espaço destinado ao banheiro era alocado ao lado de fora da casa, em uma estrutura separada – contendo uma latrina e um chuveiro manual, onde a água era aquecida em fogo e colocada no balde suspenso. Entre os objetos trazidos pelas famílias entre 1951 e 1952 estão louças de vasos sanitários e pias, porém como Castrolanda não possuía água encanada, a opção foi a utilização de latrinas aterradas.

Em carta de Gerard Jonker, padeiro da Colônia de Carambeí, de 3 de setembro de 1951, para as senhoras na Holanda, ele esclarece algumas dúvidas

sobre a organização no Brasil, entre elas sobre ausência do fornecimento de água e luz.

[...] vocês vão chegar aqui numa região onde não há o conforto ao qual estão acostumados na Holanda, como luz elétrica, água encanada (aqui cava-se um poço e tira-se água com balde ou bomba), etc., etc. No decorrer do tempo teremos estas coisas, como agora em Carambeí, mesmo sendo de forma precária. (KIERS-POT, 2001, p. 16)

Imagem 12- O Celeiro



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, [entre 1991 e 2000].

Imagem 13 - O Celeiro



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, [entre 1991 e 2000].

Imagem 14 - O Celeiro



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, [entre 1991 e 2000].

O espaço destinado ao celeiro mescla objetos de utensílios agropecuaristas como foices, alicates, enxadas, moendas, bombas d'água, bem como comporta elementos da história de Castrolanda, como a máquina de fabricação de bolachas, pertencente a Panificadora e Fábrica de Bolachas Morsink & Cia, presente na Imagem 12, na lateral esquerda.

No modelo original, era o espaço destinado aos animais, ordenha e a guarda de mantimentos, porém podia se adequar a outras atividades, como em alguns casos, marcenaria, carpintaria, mecânica, entre outras. Essa mescla de utilizações é perceptível na incorporação de diversos elementos na exposição que diferem da manutenção animal apenas, como na Imagem 12 o barril de fabricação de manteiga, ao centro. Ferramentas de marcenaria, exemplificadas pela fabricação de tamancos (Imagem 12). Esses objetos remetem a valorização dos trabalhos desenvolvidos pelos imigrantes e as principais evoluções no âmbito rural.

Mesmo que o conjunto de lavadeira (presentes na Imagem 14), esteja disposta no celeiro, a prática de lavagem de roupa era feita do lado externo da casa, como demonstrado na Imagem 15.

Imagem 15 – Utensílios de Lavagem de Roupa.



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 1952.

Através do conceito da tríade do lugar de memória de Nora (1993) é perceptível que o físico é a representação da casa, enquanto matéria, um local construído para visualmente remeter as primeiras casas da comunidade. O simbólico são as representações das práticas culturais e identitárias presentes nas ambientações expositivas, como religiosidade, trabalho, culinária, familiares, são os símbolos de pertencimento com aquela memória. A representação se consolida em ser imigrante, como a construção de um personagem que deixa seu local de origem e pautado na sua ideologia de desenvolvimento, assume sua função em um novo espaço (cultural, geográfico e social). Na exposição é possível identificar a construção do imaginário do imigrante, excluindo todos os elementos externos ao processo e ao planejamento desta imigração, remete aos primeiros anos da comunidade, focado na representação do personagem imigrante, sua herança cultural e seu modo de vida adaptado a aquele novo território.

As representações do patrimônio como bens compartilhados no interior de um grupo particular e como expressão de uma comunidade específica conduz, muito facilmente a tentativas de naturalização da cultura, num esforço de enraizamento na 'terra natal' - que é também aquele dos mortos - ou no território nacional. (CANDAU, 2012. p. 161)

Constrói uma representação linear e cronológica de um mito de fundação, um discurso unificado dentro da memória coletiva, englobando todas as famílias dentro daquele espaço de vivência das primeiras casas provisórias. Mesmo que existam

diferenças entre hábitos, a formalização da “casa do imigrante” transforma o discurso coletivo em unificador da memória e das práticas.

[...] a memória coletiva, afinal, não é outra coisa que a transmissão, a um grande número de indivíduos, das lembranças de um único homem ou de alguns homens, repetidas vezes. (CANDAU, 2012. p. 38)

O conceito de funcionalidade do lugar de memória caracteriza o uso e a transmissão, ou seja, quais foram as bases para a criação daqueles espaços, como este espaço foi usado pela comunidade e para quem a memória criada se apresenta.

A memória cultural tem como seu núcleo antropológico a memoração dos mortos. Isso significa que as pessoas de uma família devem guardar na memória os nomes de seus mortos e eventualmente passá-los às gerações futuras. A memoração dos mortos tem uma dimensão religiosa e outra mundana, que se opõem entre si como pietas e fama. Piedade é a obrigação dos descendentes de perpetuar a memoração honorífica dos mortos. Piedade é uma coisa que somente os outros, isto é, os vivos, podem ter pelos mortos. Já a fama, isto é, a memoração cheia de glórias, cada um pode conquistar para si mesmo, em certa medida, no tempo de sua própria vida. A fama é uma forma secular do auto eternização, que tem muito a ver com auto encenação (ASSMAN, 2011 p. 37)

O falecimento da primeira geração de imigrantes simboliza uma ruptura dessa memória construída, sendo a principal base de criação museal neste caso. Aqueles que detém os saberes sobre como ocorreu a consolidação de Castrolanda, deixam de fazer parte do cenário cotidiano, existindo a necessidade de criação de um espaço de “sacralização/rito aos mortos”, bem como um local de identificação para os imigrantes da primeira e segunda geração que ainda vivem. Um espaço produzido para a consolidação da memória, ainda presente na oralidade para a transmissão da representação identitária de pertencimento daquele espaço, ou seja, um lugar de memória criado pela e para a comunidade.

Os elementos de fortalecimento da comunidade, citados no capítulo dois, pautados como religião, ensino e cooperativismo, são apresentados em alguns aspectos da Casa do Imigrante, mesmo que sem um papel de destaque na expografia, observa-se o discurso desses três elementos incutidos no discurso geral, normalizado nas ações da comunidade. A exposição não discorre sobre a construção das entidades na comunidade, trabalha com a representação de valores que estão presentes na vida familiar dos imigrantes.

3.2 MEMORIAL DE IMIGRAÇÃO HOLANDESA

3.2.1 Histórico dos Moinhos de Vento

Este tópico do trabalho, traz um breve histórico sobre o histórico dos moinhos de vento e como eles foram anexados com patrimônio cultural da Holanda, representando as diferentes funcionalidades e a importância nas atividades comerciais e sociais holandesas. Hoje, os moinhos de vento representam a memória e a identidade holandesa, no que pauta o desenvolvimento territorial, a consolidação do espaço de pertencimento e as práticas sociais.

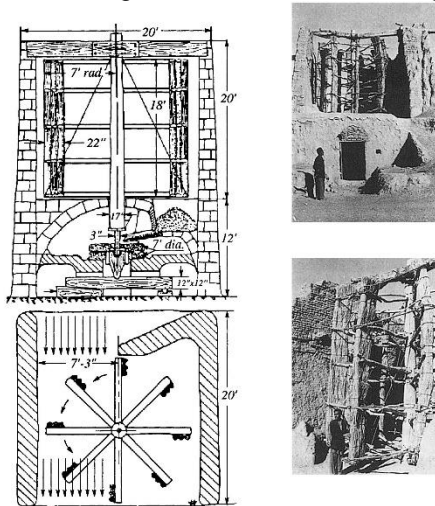
Moinho é, em termos oficiais, um engenho com a função de moer, composto por duas mós (pedras) que são ativadas por força exterior, seja vento, água, tração animal, manual ou motor. Mas na Holanda, além de sua função usual, os moinhos de vento possuem representatividade cultural, estão fortemente atrelados à identidade local holandesa, caracterizando com um patrimônio. Esse patrimônio holandês pode ser observado pelo viés material, levando em consideração suas arquiteturas e tipologias, bem como pelo viés imaterial, caracterizado pela simbologia do mesmo e o vínculo de identidade que ele constrói com os indivíduos que o cercam, o significado histórico que aquele símbolo projeta sobre a população local.

Os registros acerca da origem dos moinhos de vento é algo ainda vago, não havendo precisão de data e local da criação deles. Há referências do uso de estruturas primitivas de moinhos de vento utilizadas para a moagem de grãos, no bombeamento de água, bem como para potencializar as forças das embarcações, atividades que requeriam trabalho humano e tração animal. A necessidade de avanço, principalmente na agricultura, acarretou o desenvolvimento de mecanismos primitivos de produção de energia através da força do vento. Os métodos de moagem eram baseados em trabalho manual, animal ou utilização dos rios como força motriz, porém a inexistência de rios em determinadas localidades e a baixa produção da tração animal, acarretou a percepção da utilização do vento.

Os primeiros moinhos – cata ventos – que se tem referência remete a região de Seitan no leste da antiga Persa, em séculos anteriores ao nascimento de Cristo. Segundo SHEPHERD (2014), os moinhos persas eram estruturas horizontais, que giravam em um eixo vertical, eram fabricados com madeira, barro e tecido, possuíam de seis a doze velas cobertas com tecido (ou junco) que dentro de estruturas de barro

permitted the displacement of the wind by its sails. This system was connected to millstones on the lower part. As demonstrated in the images below.

Imagem 16 – Sistema de Moagem



Fonte: SHEPHERD, 2014, p. 9.

Imagem 17 – Sistema de Moagem



Fonte: THECIVILENGINEER, 2017.

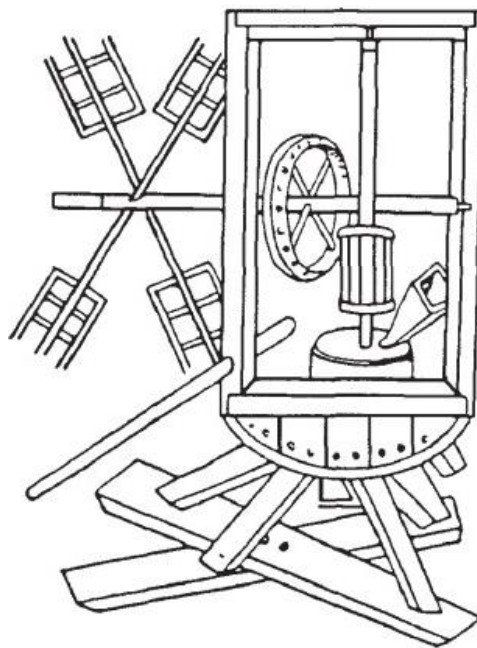
Leenders (1976) points out that the idea of mills using wind energy were introduced in Europe by the region of Normandy in France, brought through the Crusades to the Middle East⁴ in the 12th century. The design of mills on a vertical axis were never constructed in Europe, but their primitive idea was refined and replaced by mills on a horizontal axis and vertical structure, defined in the historiography as European mills (LEENDERS, 1976).

The European mill gained prominence in the first years, primarily in countries like France, England and the Netherlands, being developed in the region and used in various tasks such as wood cutting, oil extraction, grain grinding and drainage in flooded areas. From the 12th century they began to be common, primarily in the northwest of Europe, considered more complex than the model on a vertical axis, but more efficient. The first European mills, were smaller being fixed to the ground, but the instability of the wind in certain regions would cause damage to the fixed structure and also limit the

⁴ As Cruzadas podem ser exemplificadas como uma série de expedições militares a cidade de Jerusalém, entre os séculos XI e XIII sobre o comando da Igreja Católica e da nobreza europeia. Essas expedições de cunho religioso buscavam a "libertação" da terra de Jerusalém, que estava sob domínio muçumano. As motivações econômicas possibilitaram o renascimento do comércio no mar Mediterrâneo, que contribuiu decisivamente para a crise do feudalismo na Europa (CHAVES, 2011, p. 2).

captação do vento. Era necessário o desenvolvimento de um mecanismo que aumentasse a captação do vento, conforme Sheperd (2014) mostra na Imagem 18, publicada em seu livro. O moinho passa a ser composto por um corpo principal em madeira com o sistema de velas na posição vertical, seu corpo era apoiado sobre uma coluna ou postes de madeira fabricados com árvores cruzadas, que permitia que o corpo principal girasse conforme a necessidade do vento.

Imagem 18 - Sistema de Moagem



Fonte: SHEPHERD, 2014, p. 16.

Anos mais tarde, houve a necessidade da construção de moinhos maiores, que permitissem maior captação do vento e eficiência de produção, os moinhos, chamados de moinhos de torre, consistiam em uma torre (em sua maioria de pedra ou tijolos) que abrigavam suas máquinas, com um telhado em madeira que poderia girar no eixo da torre (corpo principal). Na Holanda, os primeiros moinhos são conhecidos a partir do século XIII e podem ser divididos em três categorias de utilização: moinhos de grãos, moinhos de polder (para drenagem do solo) e moinhos industriais (KROON, 1998).

A Holanda se configura como um dos países com o maior número de moinhos de vento, possuindo no auge de seu funcionamento cerca de 10.000 moinhos, (MINISTERIE VAN ONDERWIJS, CULTUUR EN WETENSCHA, [20—]). Hoje esse número foi reduzido para aproximadamente 1.000 moinhos, alguns são considerados

como patrimônios da humanidade e se configuram como importante patrimônio das tradições holandesas. O declínio dos moinhos de vento em estruturas rústicas contou com diversos fatores, principalmente o surgimento e o desenvolvimento de máquinas movidas a eletricidade em combinação com os estudos na área de engenharia aerodinâmica.

Mesmo com a baixa de sua utilização, durante as Grandes Guerras do século XX – com o corte de combustíveis – os moinhos foram usados para a produção de energia. Após a Segunda Grande Guerra (1936-1945) os moinhos perdem sua função física, mas não sua concepção de produção de energia pelo vento. Foram iniciados programas de pesquisa para a produção de novos equipamentos, mais tecnológicos para a produção de energia via captação eólica (SHEPHERD, 2014, p. 2). Atualmente grande parte dos moinhos foi designado como monumento nacional pelo *Rijksdienst voor het Cultureel Erfgoed* (Serviço Nacional de Patrimônio Cultural), órgão do Ministério da Educação, Cultura e Ciência, uma organização holandesa que trabalha para a proteção e conservação de mais de 60 mil monumentos nacionais.

3.2.2 Moinho de *Immigrant*

O moinho de Castrolanda, denominado *De Immigrant*, foi construído para os festejos de 50 anos da imigração em Castrolanda. Durante as festividades, foram fundadas comissões para gerir os diferentes setores do evento, organizando e delegando funções, e uma dessas comissões ficou responsável pelo planejamento do memorial. Na ata da 7ª reunião da Comissão de Comemoração, em 16 de junho de 2000, foi debatida entre os membros a criação de um moinho, funcional, em tamanho original em Castrolanda, com o auxílio dos moradores e da Cooperativa Castrolanda. Desta reunião, foi fundada a primeira comissão de construção entre membros da Associação dos Moradores de Castrolanda e membros da Cooperativa Castrolanda (COMISSÃO DE COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DE CASTROLANDA, 2000), formada por descendentes da terceira e quarta geração da Colônia e membros externos da comunidade.

Conforme citado na ata de 23 de junho de 2000 (COMISSÃO DE COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DE CASTROLANDA, 2000b), a comissão fez o primeiro contato com o arquiteto Osman Pierri (Curitiba), com esboços provisórios de um complexo cultural, desenhados pela arquiteta Carla Greidanus – a

apresentação inicial, contou com uma pesquisa dos membros da comissão sobre os moinhos holandeses e estilos de moinhos que a comunidade buscava que fossem representados em Castrolanda - a primeira definição era que fosse um moinho de moagem de farinha, em função da produção de milho, soja e demais cereais que marcava o plantio da comunidade rural de Castrolanda – representando a tradição holandesa e a produção comercial principal da Colônia.

Em 30 de junho de 2000 as negociações avançaram, tendo a aprovação da Prefeitura para o início da terraplanagem e a aceitação do prefeito de Castro, na época Claudioni Braga, e seu secretário de obras do município, Marcos Napoli, de fornecer mão de obra para o auxílio na construção do complexo cultural. A criação desse espaço na comunidade, era também de interesse do município de Castro, em função do desenvolvimento do turismo e da economia local (COMISSÃO DE COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DE CASTROLANDA, 2000c).

A comunidade em parceria com o arquiteto Pierri desenvolveram os primeiros projetos do complexo cultural, desenhos se baseavam em um moinho holandês da província de Drenthe, chamado Woldzigt, onde o moinho ficaria disposto entre duas construções, formando um complexo em T, as alas laterais abrigariam espaço para um café, biblioteca, dois pavilhões de eventos, sala de multimídia, cozinha, depósitos, banheiros. Na torre ficaria disposto o museu histórico/memorial.

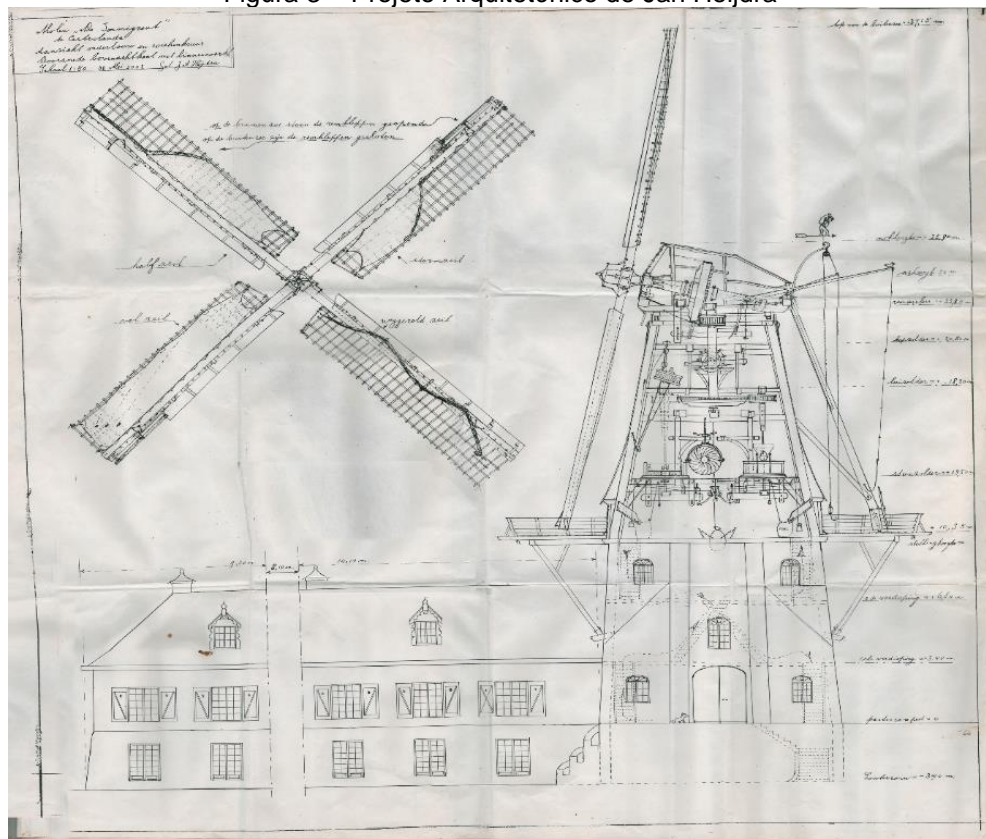
Figura 2- Projeto Complexo Cultural Castrolanda – Osman Pierri



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor Osman Pierri, 2000.

Em agosto de 2000 um dos moradores de Castrolanda, o sr. Jan Haasjes entrou em contato com o arquiteto holandês Johannes (Jan) Heijdra, famoso construtor e restaurador de moinhos holandeses, o qual, de forma voluntária, se propôs a auxiliar na construção do moinho em Castrolanda (COMISSÃO DE COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DE CASTROLANDA, 2001). Com o aceite de Heijdra o projeto original sofreu algumas adaptações, como a redução das laterais e a ampliação do moinho, melhorando as proporções. O projeto inicial ainda contava com uma ala a direita do moinho, trabalho ainda não efetivado.

Figura 3 – Projeto Arquitetônico de Jan Heijdra



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor Jan Heijdra, 2000.

Conforme mencionado por Heijdra em seu diário de construção, foram organizadas três equipes de seis homens, para executar o processo de construção, contando com a colaboração de membros da comunidade que cederam materiais, espaços e mão de obra para o projeto. Isso foi financiado parcialmente via lei de incentivo à cultura (PRONAC 004894), mas em grande parcela pelos próprios moradores de Castrolanda. Para a construção das hastes pás e demais peças em metal, Heijdra contou com o auxílio do holandês Harry Dercks fabricante em ferro de Beegden da empresa Derckx-BV, sendo o responsável pela fabricação das peças em metal como hastes de sustentação, pás, calda guia de rotação, cruzador, etc. Dercks chegou em Castrolanda em agosto de 2001, levando, segundo Heijdra, 5 semanas para a fabricação dos componentes em metal necessários para o funcionamento do moinho (HEIJDRA, 2002).

Imagem 19 - Jan Heijdra e Harry Dercks



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2001.

O eixo, adotado nesse modelo de moinho na posição horizontal, não era fabricado no Brasil, sendo necessário encomendar da Holanda, o custo seria alto, porém a necessidade de tal peça poderia inviabilizar o projeto. O eixo pesando 3.700 kg foi encomendado, porém devido a burocracias brasileiras, ele ficou preso na alfandega no porto de Paranaguá, necessitando de alguns dias até sua liberação. Em outubro de 2001, o casco superior (chapéu) foi colocado (HEIJDRÁ, 2002).

Imagem 20 – Colocação do Chapéu



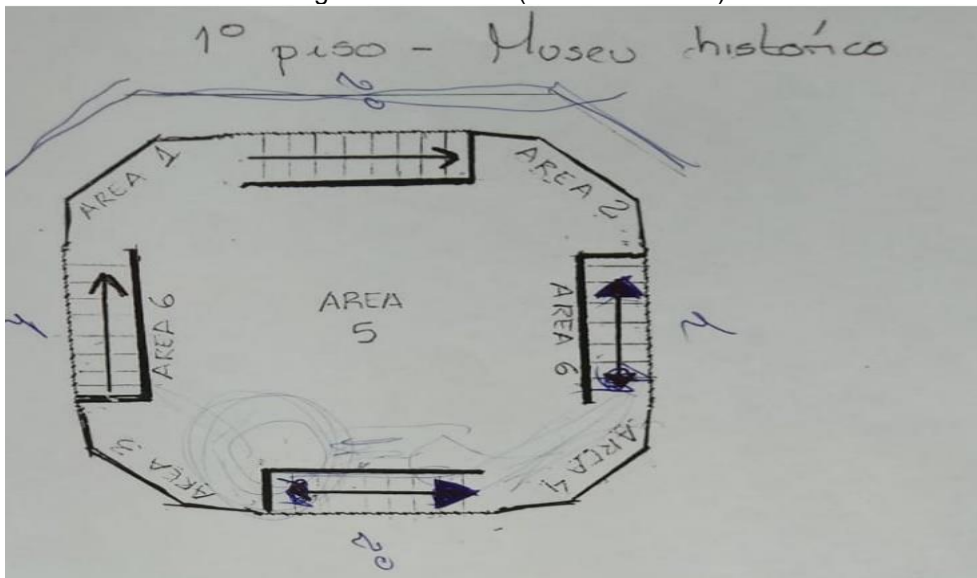
Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2001.

Havia ainda a necessidade de batismo do moinho, conforme relatado em ata do dia 13 de agosto de 2001, a abordagem adotada pela comissão de construção foi a publicação no jornal da Colônia, buscando sugestões de nomes, por fim sendo nomeado como *De Immigrant* – O Imigrante – alusão à memória da Colônia (COMISSÃO DE COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DE CASTROLANDA, 2001). Conforme previsto, o moinho foi oficialmente inaugurado em 30 de novembro de 2001, possuindo 37 metros de altura, do chão à ponta da pá, estando presentes além dos moradores, figuras públicas como o governador do Paraná e o cônsul holandês. Porém sua conclusão só ocorreu em 2004, quando foram instaladas as pedras de moagem em seu interior.

3.2.3 Representações Expositivas dos Elementos Simbólicos do Memorial

Em 04 de outubro de 2001 a Comissão de Acervo Cultural, se reuniu para debater a constituição expográfica dos andares do museu/memorial – o terceiro pavimento, já havia sido deliberado em reuniões anteriores, que abrigaria uma exposição voltada para a história dos moinhos de vento holandeses (COMISSÃO DE COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DE CASTROLANDA, 2001). Os outros dois pavimentos ficaram definidos como

Imagem 21 - 1º Piso (Museu Histórico)



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2001.

No primeiro piso, foi desenvolvido a exposição denominada “Museu Histórico” com exposições que contemplavam a Igreja Evangélica de Castrolanda, a Escola e a

imigração. O primeiro piso mescla a cultura de origem holandesa com traços desenvolvidos pela comunidade no Brasil – elementos considerados primordiais a serem mostrados ao público pela comunidade – participante nas decisões de consolidação do Memorial.

Imagem 22 - Piso 1 Espaço Cultural



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2001.

Na Imagem 22 observa-se ao fundo uma temática cultural – focada na representação dos trajes folclóricos ao lado direito da imagem com um painel iconográfico com os principais momentos do Grupo Folclórico Holandês de Castrolanda, fundado em 1953 e atuante até hoje – o grupo utiliza trajes da região holandesa de Volendam, com economia voltada para a pesca, um elemento que não compõe a identidade imigrante de Castrolanda, sendo que nenhum imigrante da primeira e segunda geração são provenientes dessa região, ocorre um processo de construção identitária – baseada em um traje que remete a cultura holandesa e o identifica como “holandês”.

Ao lado, estão expostos instrumentos para a fabricação de tamancos em madeira, os chamados *Klompen*, símbolos da cultura holandesa, usados inicialmente nos trabalhos cotidianos em regiões úmidas, protegendo os pés de materiais cortantes, da umidade e do frio, além de serem usados em eventos e cultos de cunho religiosos, com desenhos que representam diferentes localidades e festividades (WIT, 2019). Os tamancos em madeira, fazem parte do imaginário holandês – como uma peça típica e cultural, mas sem uso cotidiano.

Anexo à parede, no lado esquerdo da Imagem 22, está o painel dos pioneiros, denominado “Novembro de 1951” com o conjunto das fotos das famílias que

constituíram a Colônia e vieram ao Brasil entre os anos de 1951 a 1954. Texto escrito em português e em holandês, pontuando a representação do “ser imigrante” característica dos pioneiros como homens e mulheres que, pautados no trabalho, desenvolveram aquele espaço (socialmente e economicamente). Esse painel dos pioneiros traça os vínculos existentes entre as diferentes gerações iniciais (primeira e segunda), ressaltando o número de membros de cada família, os vínculos parentais – e hoje nos apresentando as redes desenvolvidas entre casamentos – as famílias que se uniram e os elos de parentesco.

Imagem 23 - Piso 1 Igreja



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2001.

A igreja e a escola são elementos essenciais de fortalecimento de laços de coletividade dos imigrantes, como tratado no capítulo dois. As imagens nos apresentam os templos religiosos da comunidade, representados com saídas de culto, trazendo a ideia de um espaço formado por pessoas e não a religiosidade expressa somente em um bem material, mas na imaterialidade da crença, do ato de ir à Igreja, de reunião – configurando a religiosidade em Castrolanda como um dos pilares da comunidade, demonstrando características de união e envolvimento entre os membros participantes.

Os dois elementos (ensino e religiosidade) são debatidos pela comunidade como responsabilidades básicas comum a todos, onde cada morador de Castrolanda deve presar pela manutenção das instituições (COMISSÃO DE COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DE CASTROLANDA, 2001). Cada instituição constitui socialmente valores agregadores, auxiliando no trabalho, no aprendizado, nas obras sociais e culturais e em todos os setores comuns. Assim como a Casa do Imigrante, esses elementos presentes na expografia não são o destaque da narrativa, são

apresentados como ações normalizadas da comunidade, como valores intrínsecos fundamentais para a união do grupo.

A senhora Kiers-pot cita a representação que a igreja possui para a comunidade neste trecho de seu livro

Em 31 de dezembro de 1990 a igreja contava 604 membros professos e batizados. Que tudo isto possa aproximar-nos mais de Deus! Se olharmos para trás, vendo todos aqueles anos de ser igreja, temos a certeza de que somos pessoas privilegiadas. Todos os domingos podíamos ouvir a palavra de Deus, e os sacramentos foram ministrados regularmente. Obrigado Senhor, mil vezes obrigado por todas estas bênçãos! (KIERS-POT, 2001, p. 94)

Outro elemento é o uso da música representando os Corais formados pela comunidade e presentes em diversos cultos com cânticos em língua holandesa e portuguesa.

Desde o início da colônia nunca nos faltaram atividades recreativas. Pastor Muller já fundou um coral que ensaiava no pequeno escritório da Cooperativa. O coral Hosanna ainda existe, mas os cantores daquele tempo se tornaram ouvintes. Depois do pastor Muller, as senhoras Boot e Geuze, entre outras, dirigiram o coral. A dirigente atual é dona Cárola. Além do coral para adultos, há um coral para a juventude e outro para crianças. (KIERS-POT, 2001, p. 263)

Imagem 24 - Piso 1 Escola



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2001.

A escola foi representada na exposição como um dos pilares de crescimento da comunidade. Na Imagem 24, temos a representação dos professores, responsáveis pela disciplina e pelo ensinamento, aplicado em língua holandesa e portuguesa – com professores contratados pelo Estado, vindos da Holanda, além de moradoras de Castrolanda que lecionavam na escola.

‘Quem tem a juventude tem o futuro.’ Este ditado era muitas vezes ouvido em Castrolanda. A pessoa que compreendeu e aplicou a verdade deste ditado, 50 anos atrás, e trabalhou neste sentido, foi professor Epema. Um conceito

cristão da vida, uma atitude positiva, abertura para outras culturas, países e povos com seus costumes, interesse na política, nos acontecimentos mundiais e na tecnologia moderna, eram facetas que professor Epema incluía na educação e ganhavam ampla atenção. Ele tinha a opinião de que a gente não devia ficar pensando somente nas coisas restritas ao meio em que se vivia, mas que o campo de visão dos alunos devia ser ampliado. (KIERSPOT, 2001, p. 98)

Como definido em Ata de 04 de outubro de 2001 da Comissão de Acervos, a exposição “Museu Histórico” possui o tema central focado na seguinte frase: “O trabalho realizado por pessoas determinadas a fazer um futuro numa terra nova potencialmente promissora (Castrolanda, gente de ontem e de hoje trabalhando e acreditando no futuro)”. Destacamos nessa frase o valor que a comunidade representa com sua exposição: a comunidade cresceu e desenvolveu baseado em seu trabalho, mesmo que nessa simples frase sejam excluídos os elementos externos como a interação com o município de Castro, o campo econômico e social a qual a comunidade se insere.

O segundo piso, foi denominado “Museu de Leite e Cereais”, abordando os principais meios de produção e de sustento da comunidade – as diferentes culturas que foram estudadas e aplicadas, as tecnologias de análise de solo, de melhoramento genético para o desenvolvimento da produção pecuária local.

Imagem 25 – Piso 2 – Produção Agrícola



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2001.

A bancada de cereais, visa traçar as fases do processo produtivo dentro da agricultura – as principais culturas cultivadas e assim debatendo as transformações e tecnologias empregadas em casa setor desde a década de 1950 até 1990 – os estudos de solo feitos para a adaptação de cultura ao contexto brasileiro, a participação de engenheiros holandeses trazidos pela cooperativa, para auxiliar no processo de melhoramento produtivo.

Imagem 26 – Piso 2 – Produção Leiteira



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2001.

A produção leiteira local, com uma réplica de uma vaca em fibra de vidro, representando os animais frísios puros de origem que foram trazidos ao Brasil e desenvolvidos geneticamente, principalmente a partir da década de 1970 em Castrolanda, atividade que forneceu a Castro o título de Capital Nacional do Leite em 2017 (BRASIL, 2017).

Outro elemento é a bancada de leite com os latões – modo de armazenamento e transporte inicial – os latões de leite eram depositados em frente as propriedades para serem coletados e transportados para a fábrica – uma parcela ia para a produção de manteiga local e o restante para a fábrica de beneficiamento em Carambeí (KIERSPOT, 2001, p. 182).

Imagem 27 – Piso 2 – Cooperativa Castrolanda



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2001.

As paredes são preenchidas com quadros de uma linha do tempo elaborada pela Cooperativa Castrolanda, apresentando o desenvolvimento da instituição desde sua fundação até a década de 1990, explanando como ocorreu o processo de organização da cooperativa – típica do sistema holandês implementado no Brasil – ressaltando o papel significativo da instituição na vida sociocultural de Castrolanda.

O terceiro e o quarto pisos, como já mencionado, abrigam a representação sobre a história dos moinhos de vento, com foco na história da construção do moinho de Castrolanda e seu sistema de funcionamento.

Imagem 28 – Piso 3 – Moinhos de Vento

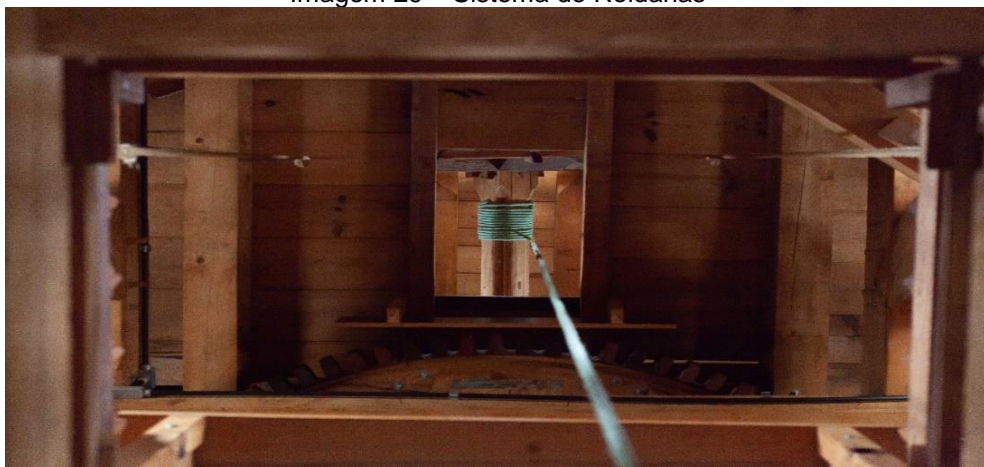


Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2001.

O painel apresenta um breve histórico dos moinhos holandeses, em língua portuguesa com imagens das diferentes tipologias existentes de moinho – onde sua

arquitetura corresponde à sua funcionalidade (seja na produção de farinha, óleo ou polder) e sua localidade, sendo adaptado para os diferentes climas e terrenos existentes. O moinho *De Immigrant* é um exemplar de moinho *Zes – of achtkante stellingmolen*, onde seu casco se estende pelo corpo principal, sendo o casco em formato hexagonal ou octogonal, seu “chapéu” – parte superior – é móvel, onde o moleiro responsável pode, através de um sistema posterior que permite movimento, alterar a posição das pás do moinho conforme a posição do vento, melhorando sua captação e seu desempenho (VERENIGING DE HOLLANDSCHE MOLEN, 2018).

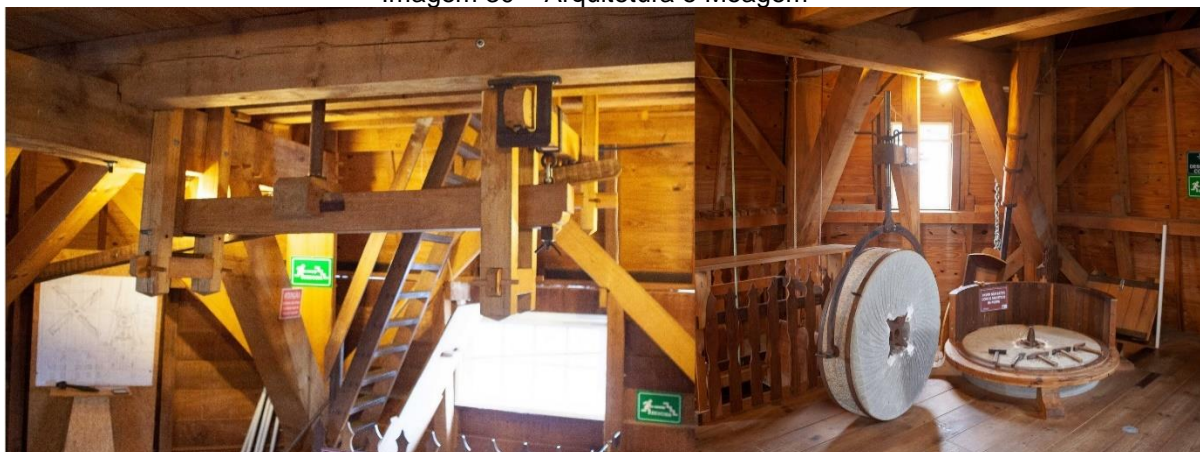
Imagem 29 – Sistema de Roldanas



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2001.

A Imagem 29 apresenta o sistema de roldanas usado para o transporte das sacas de cereais e da farinha como produto final. Alçapões existentes em todos os andares do moinho, simétricos, permitem de forma manual o traslado das sacas, sendo uma das características da representação de sua funcionalidade.

Imagem 30 – Arquitetura e Moagem



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2001.

O terceiro e o quarto pisos possuem a arquitetura do moinho como atração visual principal, não possuindo em sua arquitetura pregos de sustentação, sendo construído com madeiras de encaixe. Nesse andar, o visitante pode observar as pedras de moagem e suas ferramentas, utilizadas pelo moleiro para a manutenção das pedras, garantindo a eficácia da moagem. Todo o sistema de moagem e engrenagens que compõe a exposição do terceiro e quarto andar, mesmo sendo funcionais na produção de farinha, não atua nesse mercado econômico – diferente da Holanda, onde os moinhos possuíam um uso corrente e econômico, o moinho de Castrolanda é demonstrativo e representativo da história econômica da Holanda.

O moleiro seria a figura responsável pelo funcionamento dos moinhos de vento, sendo um ofício herdado de pai para filho, além de um símbolo imaterial holandês, o “saber-fazer” da manutenção e atividade dos moinhos de vento. Esse ofício requer um grande conhecimento nas áreas de moagem, clima, hidrografia e de manutenção, para garantir a segurança e a execução do trabalho dentro dos moinhos. O moleiro é responsável pelo controle da velocidade de rotação das pás, anexando as velas, se necessário, e as posicionando para a melhor captação do vento, sendo também sua função a responsabilidade sobre o produto elaborado – seja a produção de farinha, extração de óleo, serraria, pôlder, etc.

Desde o final do século XIX com a substituição dos moinhos por sistemas automatizados, a profissão de moleiro cai em desuso. Atualmente na Holanda existem aproximadamente quarenta moleiros profissionais e centenas de moleiros voluntários, que auxiliam na manutenção da tradição holandesa de moinhos de vento. Buscando a preservação do ofício, em dezembro 2017 a profissão de moleiro foi registrada como patrimônio imaterial, na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Intangível da Humanidade, lista organizada e administrada pela Unesco – decisão anunciada durante a reunião do Comitê da Unesco na Coreia do Sul (ECK, 2017). O saber-fazer do moleiro, torna-se um símbolo de identidade, daqueles que se vinculam a aquela cultura e memória. Pensando no caso de Castrolanda, o moinho *De Immigrant* também possui um moleiro, Rafael Rabbers, sendo o primeiro moleiro diplomado do Brasil, que auxiliou no processo de construção do moinho de Castrolanda e foi treinado pelo engenheiro holandês Jan Heijdra. Seu diploma de moleiro foi emitido em novembro de 2005, pela *Stichting Vrienden van de Gelderse Molen* (Fundação de amigos do moinho de Gelderland), fundada em 1964 com o objetivo de preservar os

moinhos da província holandesa de Gelderse. Província onde morava o engenheiro Jan Heijdra.

A aquisição de uma identidade profissional ou, mais genericamente, de uma identidade vinculada a poderes e saberes não se reduz apenas a memorizar e dominar certas habilidades técnicas: ela se inscreve, na maior parte dos casos, nos corpos mesmos dos indivíduos. (CANDAUI, 2012, p. 119)

O vínculo com aquele espaço não se constrói através de um legado familiar, sendo ele filho de agricultores da segunda geração de Castrolanda, mas através de um vínculo à cultura de origem holandesa. Ao auxiliar no processo de construção daquele espaço de Castrolanda, apropriou-se à sua identidade os signos e saberes daquele local e daquela profissão, pois sendo um holandês de Castrolanda, sua profissão como moleiro não interage com a história do imigrante da Colônia, mas com essa nova apropriação de construção da identidade local. Sua profissão cria um novo nicho de identidade na comunidade, vinculado a um ofício característico da representação local.

Imagem 31 – Moleiro



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2019.

Analisando as simbologias apresentadas nas expografias, o Memorial de Imigração possui a funcionalidade de transmitir e consolidar uma cultura híbrida, sendo um espaço múltiplo e heterogêneo, que conversa com as principais referências da vida local. Essa hibridização da cultura não necessariamente simboliza um caos dentro dos conceitos de identidades, conforme apontado por Hall “não significa necessariamente um declínio pela perda de identidade. Pode significar também o

fortalecimento das identidades existentes pela abertura de novas possibilidades” (HALL, 2003, p. 87).

O foco na pesquisa não é apontar uma desvalorização da memória imigrante com a hibridização, mas uma reestruturação sobre os indivíduos que detém o poder da representação dentro da Colônia. Pensando em uma mudança de representação, que acarreta uma readequação de identidade, em que o vínculo deixa de ser somente o ser imigrante, e torna-se a anexação das tradições e simbologias holandesas a cultura local – construindo uma identidade híbrida formada por elementos da tradição holandesa e práticas adotadas na Colônia.

A construção material do memorial é também a construção de um símbolo, não somente uma réplica de moinho de vento, mas uma réplica em tamanho original, funcional e construída por um arquiteto holandês, um espaço que ressaltasse os 50 anos de existência da Colônia pautado em uma arquitetura que simboliza o trabalho e o desenvolvimento. Diferente da Casa do Imigrante, o Moinho não representa em primeiro plano o mito do imigrante, mas a concepção do ser holandês. Sendo uma representação que se enquadra no conceito de “memória cultural” (ASSMAN, 2016) institucionalizada, de uma memória que cria símbolos e os transmitem como lugares de memória.

O termo ‘memória’ não é uma metáfora, mas uma metonímia baseada no contato material entre uma mente que lembra e um objeto que faz lembrar. Coisas não ‘têm’ uma memória própria, mas podem nos lembrar, podem desencadear nossa memória, porque carregam as memórias de que as investimos, coisas tais como louças, festas, ritos, imagens, histórias e outros textos, paisagens e outros ‘lieux de mémoire’. (ASSMAN, 2016, p. 119)

O Moinho não representa uma memória dos imigrantes de Castrolanda, não existindo um vínculo entre os imigrantes da primeira geração com a construção, trabalho e território dos moinhos na Holanda. Mas sim uma construção identitária sobre o ser holandês em Castrolanda, construída e representada pelos membros da terceira geração da comunidade (os descendentes). Sua funcionalidade, enquanto lugar de memória (NORA, 1993) é a construção de uma identidade holandesa, dentro dos limites da Colônia Castrolanda, demarcando seu espaço de fala enquanto “castrolandeses”.

3.3 CENTRO CULTURAL CASTROLANDA

Em 2012, uma comissão foi montada dentro da Associação dos Moradores de Castrolanda e, em conjunto com a Cooperativa Castrolanda, iniciou-se o projeto da construção de um complexo cultural, visando a valorização e preservação da identidade local. Entre os anos de 2013 e 2014 o projeto foi lançado oficialmente, possuindo como marco o início da construção do Museu Histórico, uma realização entre a Associação de Moradores de Castrolanda, a Cooperativa Castrolanda e o Ministério da Cultura por meio da Lei Rouanet (MIND ESTRATÉGIAS, 2012).

A proposta do complexo visava concentrar, sob a gestão de uma mesma instituição, as principais práticas culturais da Colônia, principalmente os dois espaços museais abertos à visitação: O Memorial de Imigração Holandesa – Moinho *De Immigrant* – e o Museu Histórico de Castrolanda – *Boerderij* – inaugurado em novembro de 2016, durante os festejos de 65 anos de Castrolanda.

O complexo, nomeado de Centro Cultural Castrolanda, possui características turísticas e de manutenção da identidade de Castrolanda, com a construção de espaços pela comunidade, voltados para o fomento econômico e turístico local, mas também um local de manutenção das práticas culturais, como forma de consolidar a identidade e alcançar os membros das atuais gerações da comunidade (quarta e quinta gerações) – ressaltando as características sociais de um museu.

A sede do Museu Histórico representa um *Boerderij* (casa de fazenda) característico da região nordeste e centro sul da Holanda. A construção engloba dois elementos essenciais da vida campesina, a residência e o ambiente de trabalho do camponês. A residência está disposta na parte da frente, onde estão organizados os elementos do cotidiano da família. Na parte posterior da construção encontram-se os espaços originalmente usados como estábulo de animais, depósitos de provisões, maquinários e ferramentas. A arquitetura segue o modelo arquitetônico denominado *Hallehuisgroep*, sendo a mais antiga datada do século XVII em Tubbergen, município de Overijssel, inicialmente constituída de um mesmo cômodo que abrigava a família e animais, com fundação em barro e palha, estilo alterado com ampliações e divisórias, definindo a parte frontal como área de residência e a área posterior como local de estábulo e celeiro de armazenagem (ANDREAE; HEKKER; KUILE, 2008, p. 245-246).

Esse modelo de estilo arquitetônico se estendeu pelas regiões nordeste e centro sul da Holanda, anexando regiões como parte da Frísia, Drenthe, Overijssel, Gelderland, Utrecht, Holanda do Sul e Brabante do Norte (ANDREAE; HEKKER; KUILE, 2008, p. 245), adaptado conforme a região, a cultura local, o tipo de solo, a proximidade com rios ou área de mata fechada, bem como a finalidade de cada tradição produtora.

Imagem 32 – Propriedade da Família Leffers



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 1950.

Um exemplo deste modelo de casa, está apresentada na Imagem 32, sendo a propriedade da família de Geert Leffers, imigrante de Castrolanda do primeiro grupo, localizada na província holandesa de Drenthe. O modelo adotado para o museu histórico, se assemelha aos existentes na província de Utrecht. Ambas as províncias são locais de origem dos moradores da Colônia – porém o estilo arquitetônico não contempla todas as famílias. Cada região, levando em consideração sua organização social, possuía características arquitetônicas próprias, com valores culturais e econômicos correspondentes a sua região. O modelo adotado para o museu visa representar um modelo culturalmente holandês.

Imagem 33 – Museu Histórico de Castrolanda



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2018.

O jardim externo, também compõe a arquitetura. O projeto de paisagismo criado por Dorothi Bouwman, arquiteta e moradora de Castrolanda, busca através da releitura, representar a paisagem e os hábitos familiares rurais da Holanda do século XIX, segundo ela

[...] as propriedades rurais mais antigas tinham apenas um pomar e uma horta com hortaliças, temperos e ervas medicinais. Estes elementos eram importantes para a alimentação da família e eram plantados na frente da propriedade. Esta parte da propriedade era de responsabilidade da esposa do produtor rural. [...] A propriedade rural era voltada para a subsistência da família e a ornamentação não era a sua maior preocupação, mas, estava presente na maioria das propriedades sempre primando pela limpeza e pela ordem. (BOUWMAN, 2013, p. 30)

Imagem 34 – Horta



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 1955.

Na Imagem 34, temos a exemplificação do trabalho feminino, como responsável pela horta e o jardim da família. No registro a senhora Gezina van de Scheer, em 1955, no cultivo da horta familiar em Castrolanda. Esse conjunto visual de museu e jardim, mescla a representação do conceito de casa holandesa antes da imigração em Castrolanda e a vida na Colônia pós imigração, como no exemplo da Imagem 35. A casa da família de Albert Strijker composta por casa e estábulo em um único prédio e a horta ao entorno para subsistência familiar. Mesmo que possuindo características mais rústicas, comparadas ao modelo holandês, o estilo e os componentes arquitetônicos se mantêm.

Imagem 35 – Casa Estábulo



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 1954.

A área externa segue a lógica da casa de fazenda, porém para a exposição interna foi optado por representar na área frontal do prédio a exposição residência, e na área posterior uma exposição sobre as transformações pelas quais a comunidade passou.

No ano de 2016⁵, a empresa Viés Cultural – Museologia e Patrimônio iniciou o trabalho de assessoria ao Centro Cultural no que tange as atividades administrativas e técnicas da instituição, como apoio administrativo, consultoria expositiva, treinamento da equipe em relação ao tratamento técnico de conservação e gestão dos acervos. Com a assessoria, todos os acervos pertencentes a Casa do Imigrante Holandês foram transferidos para o novo museu – todas as peças expostas, passaram por processos de conservação.

⁵ Iniciei meus trabalhos na instituição Centro Cultural Castrolanda em 2016, nesse período, de transição do acervo – inicialmente participando da catalogação do acervo, e posteriormente fazendo parte da equipe de pesquisa para a elaboração da nova exposição.

Imagem 36 – Exposição Residência



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2018.

A exposição residência manteve a lógica organizacional e os mesmos elementos da Casa do Imigrante, sendo apenas realocado em um espaço mais amplo e removendo os objetos duplicados, os quais foram acondicionados na Reserva Técnica do Museu. Sua composição foi elaborada por voluntárias da segunda geração (que auxiliaram na manutenção do Museu Casa do Imigrante Holandês) e da terceira e quarta geração, sob a supervisão do museólogo João Paulo Correa (Coproprietário da empresa Viés Cultural) que auxiliou nos processos técnicos de conservação e expografia. Essa fase da construção museal que mescla o trabalho da comunidade e trabalho técnico externo, conversa com o conceito da Nova Museologia, onde a educação museal permite o repensar o museu como um local social e de diálogo, e um espaço de preservação e comunicação.

A exposição “Castrolanda um encontro com sua história” disposta na área do estábulo do museu, segue uma linha cronológica de representação dos principais momentos de concretização da imigração na Colônia. Os principais pontos do segundo capítulo desta dissertação foram a base da expografia e textual desta exposição, dessa forma não vou me ater a estes elementos históricos expositivos. Durante o processo de pesquisa e efetivação das exposições do museu, fiz parte da equipe técnica que desenvolveu os trabalhos em conjunto com membros da comunidade de Castrolanda, principalmente com as voluntárias Jantje Morsink e Jantje Kassies, citadas na introdução deste trabalho. Os elementos que irei ressaltar a seguir, foram escolhas destes membros da comunidade que participaram da efetivação da exposição, considerados por estes, pertinentes na construção da narrativa museal.

Imagem 37 – O Tripé



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2018.

Os objetos centrais da exposição “Castrolanda, um encontro com sua história”, são compostos por três eixos temáticos, formados por religiosidade, trabalho e ensino. Esses três elementos configuram um tripé de fortalecimento da comunidade, sendo valores de base protestante, mantidos pelos moradores e disseminados entre as gerações.

Esse tripé de união foi representado nas duas instituições anteriormente citadas (Museu Casa do Imigrante e Memorial de Imigração Holandesa), porém sem um destaque expográfico, sua narrativa era construída no imaginário de que estes valores estavam constantemente presentes na vida da comunidade, como elementos comuns nas tradições coletivas, de certo modo intrínsecos nos valores dos indivíduos, construindo um discurso unificado. Observa-se na nova fase expográfica a necessidade de transmissão e enraizamento desses conceitos na cultura de Castrolanda, não somente apresentar os valores, mas reforçar e disseminar como ações da comunidade, que devem ser valorizados e mantidos pelas novas gerações.

3.3.1 Representações Expositivas dos Elementos Simbólicos do Centro Cultural

3.3.1.1 O trabalho cooperativista

Na exposição, o trabalho é representado através da fundação de uma Cooperativa Agrícola em Castrolanda, com elementos iconográfico, textuais e tridimensionais que permitem a visualização dos principais pontos de desenvolvimento da comunidade e a interação desta dentro do avanço da comunidade.

O primeiro ponto abordado na exposição é o senso cooperativista, destacando sua origem e seu símbolo de uso. Parafraseando Martinelli (2006, p. 14), o senso cooperativista foi atribuído ao ano de

1844 no bairro de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra, por um grupo de tecelões [...] insatisfeitos com a exploração que sofriam por parte de intermediários no comércio local, e decidiram criar uma associação, para poderem comercializar, eles mesmos, o que produziam. (MARTINELLI, 2006, p. 14)

Além da liberdade em relação a sua produção, o cooperativismo se apresenta como uma rede solidária, de trabalho em equipe, desenvolvendo atividades coletivas, pautadas na organização, planejamento, objetivos. Permitindo a interação entre os membros que compõe a cooperativa e a relação “homem-produção-capital” de uma forma conjunta, inserindo o grupo ou comunidade de uma forma ampla na sociedade que ele ocupa.

Imagem 38 – Painel Cooperativismo 1



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor Desconhecido, 2018.

Pautado nessa vertente de solidariedade do ideário cooperativista, foi desenvolvido um emblema que simbolizasse a união, segundo a Ocepar (Organização das Cooperativas do Paraná) o emblema foi instituído em 1923 pautado na seguinte ideia

[...] um círculo abraçando dois pinheiros, que indicara união do movimento, a imortalidade de seus princípios, a fecundidade de seus ideais, a vitalidade de seus adeptos. Tudo isto marcado pela trajetória ascendente dos pinheiros que se projetam para o alto, procurando subir cada vez mais. [...] O círculo representa a vida eterna, pois não tem horizonte final, nem começo, nem fim. O verde-escuro das árvores lembra o princípio vital da natureza. O amarelo-ouro simboliza o sol, fonte perene de energia e calor. (PARANÁ COOPERATIVO, 2016)

O símbolo cooperativista está disposto na exposição ao lado dos dois símbolos da cooperativa Castrolanda adotados. O primeiro (em azul escuro na Imagem 38) desenvolvido nos anos iniciais da Cooperativa no Brasil e o segundo (em azul claro) alterado entre os anos de 2005 e 2006 – onde o moinho simboliza o trabalho e a união cooperativista da comunidade. Tanto a nível nacional quanto

estadual, o cooperativismo em solo brasileiro se mostra muito atuante no setor agropecuário, principalmente o de origem europeia, anexados em solo nacional e desenvolvidos com os processos imigratórios através de sociedade cooperativistas (MIRANDA; RIBEIRO; SOUZA; VIUDES, 2007, p. 38).

Essas sociedades cooperativistas de emigrantes permitem que eles se mantenham unidos em um solo diferente do seu, e que construam sua comunidade de forma independente, com interação entre os membros e a ajuda que se caracteriza através de auxílio econômico, cultural e social. Uma forma de preservar elementos base de sua identidade e prosperar.

No caso Castrolanda, é interessante observar o senso cooperativista que se mostra desde sua criação, ainda em solo holandês e todos os trabalhos em conjunto, executados para a concretização da comunidade. Essa característica cooperativista é segundo Breg (2008, p. 16), uma marca já organizada na Holanda, pois as cooperativas já estavam solidificadas em território holandês na época da emigração pós-guerra, sendo organizadas com caráter rural familiar, voltadas para o desenvolvimento agropecuário. Os trabalhos desenvolvidos em solo holandês, foram fundamentais para permitir que a imigração para o Brasil ocorresse de forma organizada, essa organização se apresenta principalmente com o envio de comissões de pesquisa, das reuniões sobre as possibilidades emigratórias e a constituição de uma Cooperativa de Emigração.

Segundo os estatutos da referida cooperativa, o grupo de emigração deveria fundar uma cooperativa brasileira, que permitisse o desenvolvimento da Colônia nos anos que se seguiam, o apoio da Colônia de Carambeí também se mostrou muito intenso em relação a esse momento, pois foi por intermédio de um grupo de sete sócios da Cooperativa Batavo de Carambeí, que possibilitou a criação da Sociedade Cooperativa Castrolanda. Ficando estipulado em documento oficial que cabe a Sociedade Cooperativa Castrolanda

Comprar para seus associados tudo quanto necessitarem para o exercício da profissão, colocar a produção dos sócios nos mercados consumidores, realizar toda a operação permitida pela legislação cooperativista que venha defender os interesses econômicos dos seus sócios [...]. (COOPERATIVA CASTROLANDA, 1951)

O primeiro presidente empossado no ato de fundação da Cooperativa foi o Reverendo William V. Muller membro da *Christian Reformed Church* nos EUA e cônsul honorário dos Países Baixos no Paraná, colocado a disposição pela Igreja norte-

americana para desenvolver trabalhos missionários com grupos reformados no Brasil. Executando a função de pastor na Igreja de Carambeí e um dos elos de emigração entre o Brasil e a Holanda (RICKLI, 2004, p. 495).

Imagem 39 – Exposição CCC – Religião



Rev. Muller e membros do grupo pioneiro em frente à Casa da Fazenda Fiorillo em 1951.

Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 1951.

Sua figura (na Imagem 39 o segundo da direita para esquerda) é recorrente nas exposições do Centro Cultural Castrolanda, principalmente no que compete a cooperativa e a igreja. Esse dupla atividade do Pastor, nos mostra o fortalecimento entre as duas principais instituições da comunidade Igreja e Cooperativa – como elas se relacionam nas tomadas de decisão dentro da Colônia e no estabelecimento dos pioneiros.

Após instalados, o grupo pioneiro passou a fazer o estudo dos lotes, fazendo averiguações em cartas para a Cooperativa de Emigração em Grupo para o Brasil, constando melhorias e preparações para os futuros grupos. A Colônia estava em processo de organização estrutural e espacial, contando com o apoio de Carambeí para estabelecer sua estrutura organizacional e social em relação a sua cultura, religião e integração.

Os primeiros anos foram de difícil manejo, como consta na carta de Jan Jager (1966), diversos fatores contribuíram para esse momento: os períodos de clima seco, a demora da chegada dos maquinários e ferramentas, a falta de mão de obra, o distanciamento com a área urbana e da Colônia Carambeí, as doenças que atacavam o gado, o atraso no crédito de liberação do Brasil, a carência na estrutura no local.

Imagem 40 - Painel Cooperativismo 2 e 3



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2018.

As duas faces do painel cooperativismo aborda a questão da ligação cooperativista com as duas outras colônias holandesas do Paraná (Carambeí e Arapoti). Esse senso de ligação cooperativista não se estrutura de forma isolada, em que cada sociedade se fecha em seu espaço e seus projetos, o auxílio da Cooperativa de Carambeí foi fundamental para a inserção de Castrolanda no Brasil, sendo o apoio desde os primeiros momentos.

A produção de leite em Castrolanda, nos anos iniciais, era quase toda voltada para a fabricação de queijos dentro da comunidade. Com a chegada de carros que permitiam a ida a Colônia de Carambeí, iniciou uma pequena parceria em relação a produção de leite. Essa parceria permitiu a contratação de um técnico em laticínios da Holanda, o sr. Gerrit Biesheuvel. (JAGER, 1976, p. 5). Através dessa intensa parceria entre as Cooperativas, em 1954 foi possível a fundação da Cooperativa Central de Laticínios do Paraná LTDA - CCLPL (CORDEIRO, 2005, p. 125), sob a marca Batavo, voltada para o beneficiamento do leite produzido nas colônias, possuindo como diretor o sr. G. Biesheuvel. Com a constituição da Colônia de Arapoti, na década de 1960 e a instituição da Cooperativa Agrícola de Arapoti (Capal), com o apoio das colônias de Carambeí e Castrolanda, foi possível anexar a Capal ao grupo CCLPL, atendendo os interesses comuns dos cooperados. A partir da década de 1990, o grupo Perdigão comprou as partes que formavam a CCLPL, com isso as colônias passaram a atual de forma independente em relação a produção de leite e grãos (CORDEIRO, 2005, p. 122).

No ano de 1957 (JAGER, 1976, p.5), a carência em relação aos projetos de agricultura se mostrou como um desafio a ser sanado pelas Colônias, com isso foi firmada uma parceria com o governo holandês, para a contratação de técnicos em agronomia, metade subsidiado pelo Governo da Holanda e metade pelas Cooperativas. A vinda de diversos técnicos no decorrer dos anos, auxiliou não somente no desenvolvimento do solo, mas também às Cooperativas que passaram a integrar um departamento de assistência técnica.

3.3.1.2 A religiosidade

A religiosidade é materializada através da instituição da Igreja Evangélica Reformada de Castrolanda, oferecendo a manutenção da fé dos imigrantes. A vertente religiosa reformada protestante se estabelece na Holanda após expressivos movimentos sociais e conflitos, que se propagavam pela Europa motivados pelas ideias de uma reforma religiosa, que buscava a reestruturação dos padrões religiosos pautados na essência das escrituras sagradas, buscando o combate a corrupção dentro da Igreja Católica (LUCENA, 2009, p. 20). Durante esse período diversas igrejas com ideários reformistas surgiram, dando ênfase na devoção aos estudos Bíblicos, na educação e na fé.

Nesse contexto se estabelece a Igreja Reformada Holandesa (*Nederlands Hervormde Kerk* – NHK) e com isso a Holanda declara-se oficialmente protestante, mesmo não tendo a adesão geral da população. Segundo Lucena, era forte o “desejo de libertação política e rompimento religioso nas províncias do Reino dos Países Baixos do domínio espanhol e católico romano” (LUCENA, 2009, p. 22). Tal igreja fundiu-se em 2004 com outras três igrejas holandesas, constituindo a Igreja Protestante na Holanda (*Protestantse Kerk in Nederland* - PKN), formando a maior igreja protestante do país (RICKLI, 2008, p. 8).

As discussões sobre a fundação de uma Igreja Reformada na nova Colônia, tiveram início em reuniões da Cooperativa de Emigração em Grupo para o Brasil, na Holanda no ano de 1950, sendo que, como consta no livro da sra. Kiers-Pot (2001, p. 86) 90% do grupo era pertencente a uma das três vertentes reformadas estabelecidas na Holanda a *Gereformeerde Kerk*, a *Nederlans Hervormde Kerk* e a *Christelijk Gereformeerde Kerk*, Rickli explica brevemente a diferença entre as três

[...]pode-se dizer que a Christelijkl Gereformeerde Kerk é mais conservadora e influenciada pelo movimento pietista (movimento que valoriza as experiências individuais do crente), a Gereformeerde Kerk, mais progressista e aberta a mudanças, e a Nederlans Hervormde Kerk é mais antiga e tem um caráter mais oficial, sendo a igreja da família real. (RICKLI, 2004, p. 523)

A influência da Igreja se estende aos preceitos religiosos e se aplica em ações sociais, sendo que o próprio movimento de emigração para o Brasil foi organizado por duas entidades ligadas as Igrejas Reformadas: a *Christelijkl Emigratie Centrale* (Central Cristã de Emigração) e a *Christelijkl Boeren en Tuinders Bond* (Associação Cristã de Granjeiros e Horticultores). A questão da religiosidade é um fator muito importante na vida dos grupos emigrados, pois além de ser um elo entre a comunidade, é também um símbolo de suas raízes, de credos e ensinamentos que lhes foram dispostos ao longo vida.

Em uma das cartas trocadas com membros da Cooperativa de Emigração em Grupo para o Brasil, a questão religiosa se mostra muito importante. Em uma carta assinada pelo sra. Jager, em 1951, à um grupo de senhoras na Holanda, ela menciona a dificuldade espiritual enfrentada nos primeiros momentos do navio, onde não puderam exercer suas crenças religiosas como sempre faziam. Ela menciona com grande apreço a presença do pastor Muller e sua esposa, que lhes fizeram companhia e dirigiram cultos, todas as manhãs no restaurante (KIERS-POT, 2001, p. 22). Outro ponto de fortalecimento da fé é descrito pelo sr. Jan de Jager (1976, p. 6), no qual descreve a importância da presença do Pastor Muller na Colônia para fortalecer as crenças religiosas do grupo e “contribuir para a união da Castrolanda” (JAGER, 1976, p. 6).

O pastor Muller e sua esposa visitavam a Fazenda Felipe Fiorillo, em que estavam estabelecidos os pioneiros, aos domingos e realizavam cultos em uma das salas da casa, um culto improvisado enquanto não fundavam a Igreja propriamente dita. Com isso percebemos que o apoio dado aos recém chegados não era só de caráter político e econômico, mas também referente a fé e a cooperação, auxiliando no desenvolvimento e manutenção cultural e espiritual.

Imagem 41 – Painel Religião 1



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2018.

O painel expositivo demonstra os primeiros anos da instituição da igreja em Castrolanda – suas sedes e envolvimento. O objeto central é a Bíblia Sagrada, é um dos objetos fundamentais na sacralização da fé. Quando o grupo de imigrantes se estabeleceram em Castrolanda, a Igreja mais próxima, vinculada as Igrejas Reformadas, era a da Colônia de Carambeí, a qual era filiada a IRA (Igrejas Reformadas da Argentina, em Buenos Aires) (LUCENA, 2009, p. 50).

No período em que a Colônia de Carambeí se instituiu não possuíam um centro religioso, sendo assim os cultos, reuniões e ensino eram ministrados por homens da própria Colônia. Nesse período as Igrejas Luteranas das colônias alemãs da região, apresentavam melhores estruturas e auxiliaram os holandeses de Carambeí, principalmente cedendo pastores para cultivar a religiosidade. Segundo Lucena

Com a distância da Holanda, a necessidade de pastores e de se organizarem, a liderança do grupo holandês de Carambeí entrou em contato com um pastor [...] que servia a Igreja holandesa reformada da Argentina. Esta igreja era ligada às Igrejas Reformadas da Holanda (GKN). Este contato viabilizou diálogo com as comissões que cuidavam das Igrejas na América do Sul, da Christian Reformed Church/EUA, Igrejas Reformadas da Holanda e Igrejas Reformadas da Argentina (IRA). (LUCENA, 2009, p. 50)

Esse diálogo foi fundamental não somente para Carambeí, mas para o grupo emigrado que se estabelecerá na região a partir da década de 1950. Com a chegada do terceiro grupo em Castrolanda no final de 1952, foi possível a instituição da Igreja Reformada de Castrolanda em 25 de outubro de 1952, possuindo como primeiro pastor William Muller. A igreja foi instalada na casa que abrigava o escritório da

Cooperativa, com cultos aos domingos. Na mesma data também foram decididos os cargos dentro do conselho religioso, que passaria a administrar a Igreja. No final do mês de novembro de 1952, a casa também passou a abrigar a escola nos dias de semana, sendo que até o momento as crianças que viviam na Colônia, eram enviadas à escola em Carambeí. Conforme o contingente de imigrantes aumentava em Castrolanda, foi necessário a construção de um novo ambiente, que atendesse as necessidades do grupo. O novo ambiente, batizado de *Jeugdgebouw* (edifício da Juventude) foi inaugurado em 05 de julho de 1953, sendo um espaço para grupos de jovens, cultos, reuniões da comunidade, bailes e nova sede provisória da escola, que se estabeleceu nas alas laterais do prédio. Alguns anos mais tarde, o Pastor Muller passou a missionar pelo Brasil, sendo substituído pelo Pastor Dirk Van Lonkhuijzen (JAGER, 1966, p. 6).

No final da década de 1950 e início de 1960 uma parceria com a Igreja Reformada da Holanda permitiu a execução de trabalhos missionários. Juntamente com alguns membros em missão, foi cedido pela Holanda o Pastor Francisco L. Schalkwijk, o qual além de desenvolver projetos com jovens, instauração de escolas dominicais e estudos bíblicos, ainda auxiliou na parceria entre as Igrejas Reformadas das colônias e a Igreja Presbiteriana do Brasil (LUCENA, 2009, p. 52). Esses trabalhos missionários também auxiliaram no amparo da construção de uma nova Colônia, agora na região de Arapoti, a qual contava com o apoio de Carambeí e Castrolanda. Segundo informações do site das Igrejas Evangélicas Reformadas no Brasil - IERB, os trabalhos missionários se desenvolveram além das colônias de Castro. Com o auxílio da Igreja Presbiteriana, foi possível a ampliação missionária pelo Estado do Paraná, constituindo as Igrejas Reformadas do Paraná.

O ano de 1962 foi marcado por duas decisões importantes para Castrolanda. A primeira foi a independência das igrejas reformadas no Brasil e Argentina, das matrizes europeias. Segundo dados da IERB, em “[...] 1962, foi realizada a ‘Reunião Nacional’ das Igrejas Reformadas que tinha como tema: ‘A formação de uma só denominação’. [...] cujo nome escolhido foi: ‘Igreja Evangélica Reformada’” (IERB, 2016). Através de correspondências com as matrizes europeias e a *Christian Reformed Church* dos Estados Unidos, as Igrejas Evangélicas Reformadas passaram a ser consideradas igrejas irmãs, possuindo a finalidade de “adorar a Deus conforme a Sua Palavra, propagar o Evangelho, promover a educação cristã e obras de caridade, e administrar o seu patrimônio” (IERB, 2016). No ano seguinte as IERB’s

passaram a contar com uma constituição que visa a união entre as igrejas componentes do círculo, determinar diretrizes sobre as tarefas da Igreja, e a religiosidade pautada diretamente na Bíblia. Atualmente a IERB possui sob sua ideologia sedes em: Arapoti, Carambeí, Castrolanda, Curitiba, Itararé, Ponta Grossa, São Paulo e Tibagi (IERB, 2016). O segundo momento decisivo em 1962 foi o projeto de construção de uma nova Igreja, agora pautada nos moldes evangélicos reformado, a nova sede foi inaugurada em 21 de abril de 1966, se concretizando como um símbolo da identidade local e um ambiente de amparo social e cultural.

Imagem 42- Painel Religião 2 e 3



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2018.

Alguns trabalhos versados no ideário de missão foram contemplados na exposição em dois painéis (mostrados acima), representando as principais atividades exercidas pela IERB Castrolanda, como a integração, pós década de 1960, do idioma português nos cultos e estudos bíblicos; a instituição do Betel em 1963, um espaço de apoio social, no qual geriam serviços médicos, culturais e religiosos dentro e fora da Colônia; a construção de um novo prédio para a juventude em 1984, batizado de *Shalom*; uma casa para idosos, construída em 1988 sob o nome de *Haëzer* (Ebenezer). O trabalho missionário da IER se estende além do apoio à Colônia, segundo a sra. Kiers-Pot (2001), a IERB é responsável por auxiliar, via missão e com auxílio de voluntários, as comunidades carentes no interior da cidade, oferecendo condições de apoio que permitam que grupos sem estrutura consigam se desenvolver através de apoio médico, escolar, da coleta de alimento e utensílios, centros de atendimento, sedes religiosas e a abertura de uma creche em comum apoio com a Igreja Presbiteriana de Castro, sendo hoje o Centro de Atendimento a Criança - C.A.C., atendendo crianças em fase de desenvolvimento.

3.3.1.3 O ensino

A igreja de Castrolanda também foi fundamental para a estruturação do ensino na comunidade, possuindo, além do objetivo de alfabetizar as crianças, estimular a união entre os moradores através do viés religioso, social e cultural. Segundo Cordeiro (2007, p. 55) a carência do ensino brasileiro não permitia que o governo atendesse todo o contingente educacional da forma necessária, dessa forma os grupos de imigrantes tomaram para si a responsabilidade, nos anos iniciais, de ensinarem seus filhos, permitindo a alfabetização e a conservação da sua cultura e língua.

Assim como a Igreja, a escola mais próxima que ofertava o ensino em holandês para o grupo de Castrolanda, era em Carambeí. Em decorrência desse fato, muitas crianças em fase escolar, foram mandadas para a Colônia vizinha, onde foram acolhidas na Escola Pilatus (em Carambeí), primeira escola de origem holandesa da região, fundada em 1940, de caráter particular (CORDEIRO, 2005. p. 125). Com a chegada do segundo grupo emigrado à Castro em 1952, foi possível a criação da Associação da Escola Primária Cristã na Colônia, sediada no prédio do escritório da cooperativa, juntamente com a Igreja.

O painel expositivo exemplifica o histórico da escola na Colônia, ressaltando o papel dos professores (holandeses e brasileiros) no aprendizado e desenvolvimento dos jovens. O objeto central da exposição é a carteira escolar, pertencente a Casa Escolar de Castrolanda, modelo usado durante as décadas de 1950 a 1960, conforme observado em registros iconográficos.

Imagem 43 – Painel Ensino



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 2018.

As dificuldades da implantação de uma escola holandesa na região se mostraram intensas. De um lado a carência do governo brasileiro em auxiliar, do outro a carência organizacional que a Colônia ainda apresentava em seus anos iniciais. Com isso foi organizada uma diretoria com membros da comunidade para gerirem o ensino, sendo convidada a professora Theresa Gaertner Seifarth (KIERS-POT, 2001, p. 96), que lecionava na escola de Carambeí desde sua fundação. Com os trabalhos da comunidade e da professora Seifarth foi possível manter a escola em funcionamento.

Com a necessidade de ampliar a escola e ensinar a língua portuguesa, foi convidada a assumir a escola a professora alemã Edeltraut Neubauer Moser. Em julho de 1953, a escola contava com aproximadamente 50 alunos matriculados, sendo necessárias melhores adequações de espaço. Através disso, a escola passou a ocupar a ala lateral do *Jeugdgebouw*, momento em que passou a fazer parte do grupo docente a sra. J. G. Boessenkool, professora diplomada na Holanda (KIERS-POT, 2001, p. 96). A necessidade de desenvolvimento era grande, com isso a comunidade se mobilizou para efetivar o plano da construção de uma escola, independente das instalações da Igreja e da Cooperativa. A mesma foi construída em 1954, na região central da Colônia, ampliada com salas e uma extensa varanda, efetivando assim o ensino em Castrolanda com uma Casa Escolar.

Mesmo sendo constituída na década de 1950, a escola só foi oficialmente inaugurada no ano de 1998, quando foi batizada de “Escola Holandesa Prins Willem Alexander”, possuindo aulas de “holandês, geografia e história da Holanda, além de promover atividades que visam à preservação das tradições holandesas em Castrolanda” (RICKLI, 2004, p. 494). O rito de inauguração contou a presença do próprio príncipe Willem Alexander, filho da então rainha Beatrix, estreitando os laços culturais entre Holanda e Brasil.

Imagem 44 - Inauguração da Escola Holandesa PWA



Fonte: Acervo Centro Cultural Castrolanda. Autor desconhecido, 1998.

Além da construção, em 1954 a escola também ganhou caráter oficial jurídico, não sendo até então reconhecida como uma escola, passando a ter a professora Edeltraut Neubauer Moser como uma funcionária contratada pelo Estado (KIERSPOT, 2001, p. 97). No mesmo ano da efetivação jurídica da escola, a direção foi assumida pelo professor Jan Epema, recém chegado da Holanda. Segundo consta no histórico da Escola Estadual de Castrolanda, ainda atuante, durante os anos de 1970 à 1982, o prédio da Casa Escolar Castrolanda, foi cedido pela Comunidade Castrolanda para sediar a Escola Estadual. A escola era composta por “quatro salas que eram ocupadas por alunos da comunidade holandesa e brasileira, portanto turmas mistas e multiseriadas, contando com apenas duas professoras” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2016). Na década de 1980, uma extensão de terras foi doada pela

Sociedade Cooperativa Castrolanda, sendo a escola oficialmente inaugurada em 23 de outubro de 1982 (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2016).

Ainda na década de 1973, inicia a construção de uma ambientação em alvenaria, juntamente com a Casa Escolar Castrolanda, permitindo a ampliação educacional para holandeses e brasileiros. No ano de 1979, as novas instalações da escola passam a sediar a Escola Cenequista da Comunidade Castrolanda, vinculada a Campanha Nacional das Escolas da Comunidade - rede CNEC, fundada em 1943 por Felipe Tiago Gomes (CNEC, 2016), uma escola de caráter particular de período integral, intensificando o ensino na comunidade.

A partir do ano de 1994, a escola passa a ser administrada pela rede de Escolas Evangélicas, sendo denominada Escola Evangélica da Comunidade de Castrolanda. A mesma está anexa a atual Escola Prins Willem Alexander, porém trabalham de uma forma quase independente uma da outra, pois a escola Prins possui diretoria autônoma, mas submissa a Escola Evangélica (LUCENA, 2009, p. 86), sendo atualmente o espaço responsável pelas aulas facultativas de holandês. O ensino em holandês, está vinculado a Fundação *Nederlands Onderwijs in het Buitenland*, instituição fundada em 1980, visando o ensino holandês no exterior, através de uma iniciativa cultural de propagar o ensino em holandês em diversas localidades externas, dando suporte e apoio para instituições que administraram o estudo através da contratação de professores holandeses (NOB, 2016).

3.3.2 Museu Histórico de Castrolanda

O Museu Histórico de Castrolanda segue o viés de representação do Moinho *De Immigrant*, projetado para ser um espaço que remete a cultura holandesa, com traços sociais e econômicos locais, novamente a representação do holandês de Castrolanda – culturalmente híbrido. O espaço foi projetado para possuir ambientações técnicas necessárias ao trabalho de conservação e disseminação com acervos bidimensionais (documentos e fotografias) e tridimensionais (objetos em geral) – além da contratação de corpo técnico capacitado para gerir estes acervos.

Estes trabalhos se baseiam em um tripé museológico, configurando as funções básicas de funcionamento do museu, definidas como a preservação, a pesquisa e a comunicação. Para Desvallées e Mairesse (2013, p. 22-23) essas funções podem ser organizadas por “[...] preservação (que compreende a aquisição,

a conservação e a gestão das coleções), a pesquisa e a comunicação, ela mesma, compreende a educação e a exposição”.

Os trabalhos da instituição proporcionando longevidade da narrativa cultural de Castrolanda e assim a preservação para as futuras gerações, para que estas acessem e se sintam pertencentes a memória construída na Colônia. A narrativa histórica construída no museu não se pauta somente na memória da comunidade como na representação do imigrante do museu casa, mas também nas lacunas, no contexto histórico que ocasionou o tornar-se imigrante e as relações entre comunidade de Castrolanda com a cultura holandesa e a cultura brasileira. Com as diversas modificações da comunidade, o falecimento da primeira geração, o hibridismo nas relações interétnicas, a vazão da comunidade jovem para outras localidades, influenciaram na necessidade de autoafirmação em relação a história e valores, para que, no futuro, essas memórias não sejam esquecidas.

O Museu Histórico possui uma dupla funcionalidade, reforçar a representação do ser holandês de Castrolanda, através da presença de elementos tipicamente holandeses incorporados à cultura de Castrolanda, tal como a função do Moinho, e um trabalho de recordação e esquecimento que visa a aproximação com os membros das últimas gerações da comunidade.

O conhecimento sobre o passado adquire as propriedades e funções da memória somente se ele é relacionado a um conceito de identidade. Enquanto o conhecimento não tem forma e é infinitamente progressivo, a memória envolve esquecimento. É apenas por meio do esquecimento do que reside fora do horizonte do relevante que se desempenha uma função de identidade. (ASSMAN, 2016, p. 121)

A memória é construída entre a dinâmica do lembrar e do esquecer, sendo o principal mecanismo de criação de elementos culturais, elevar elementos considerados primordiais e apagar aquilo que não cabe ao discurso construído, formando uma consciência de identidade local, e uma história linear.

[...] espaços da recordação surgem por meio de uma iluminação parcial do passado, do modo como um indivíduo ou um grupo precisam dele para a construção de sentido, para a fundação de sua identidade, para a orientação de sua vida, para a motivação de suas ações. Uma recordação como essa, vinculada a um suporte individual ou coletivo, apresenta tendência basicamente perspectivista; a partir de um determinado presente ilumina-se um determinado recorte do passado de modo que ele descortina um determinado horizonte futuro. O que se seleciona para a recordação sempre está delimitado por contornos de esquecimento. (ASSMAN, 2011, p. 437)

Dessa forma, a exposição do Museu Histórico ao contemplar principalmente os valores e as instituições vinculadas a religiosidade, trabalho e ensino, desenvolve uma base de tradição comum, que é transmitida aos descendentes como conceitos

enraizados na cultura de Castrolanda, seleciona estes valores, os preserva e os comunica com a necessidade de constante transmissão.

Na relação que mantém com o passado, a memória humana é sempre conflitiva, dividida entre um lado sombrio e outro ensolarado: é feita de adesões e rejeições, consentimentos e negações, aberturas e fechamentos, aceitações e renúncias, luz e sombras ou, dito mais simplesmente, de lembranças e esquecimentos. A lembrança, tal como ela se dispõe a totalização existencial verbalizada, faz-nos ver que a memória é também uma arte da narração que envolve a identidade do sujeito e cuja motivação primeira é sempre a esperança de evitar nosso inevitável declínio (CANDAUI, 2012, p. 72).

A transmissão torna-se o suporte para o não esquecimento, proporcionando às novas gerações o elo entre estes indivíduos e a história comum do seu grupo de pertencimento. O museu, enquanto espaço de diálogo, torna-se o principal mecanismo para essa ligação. Ao desenvolver sua tríade museológica de pesquisar, preservar e comunicar, o museu torna-se o agente de representações, trabalhando lembranças e esquecimentos, fundamentais para a gestão da memória cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O museu como local de representação permite o diálogo entre a tríade dos lugares de memória (material, simbólico e funcional) de Pierre Nora (1993) e a tríade do fato museal (formado entre espaço, ser e objeto) de Waldisa Guarnieri (2010): o material como o espaço, assumindo a materialidade, mas também a representação de seus elementos, um espaço para conexões e de consolidação da memória. O simbólico como o objeto, ou a fonte de informação, no caso as exposições inaugurais, assume o papel de mecanismo de representação das memórias e narrativas construídas. O funcional como o ser, enquanto indivíduo, torna-se um criador e um receptor do físico e do simbólico, permitindo o entendimento entre quem cria o espaço e a quem ele se destina. Dessa forma, a análise dos espaços de memória da Colônia, permite entender o museu como um instrumento que articula o presente e o passado através da relação de representação entre o objeto musealizado e a narrativa simbólica de uma imagem “ausente” (CHARTIER, 2002, p. 165). No caso de Castrolanda, estas imagens são o ser imigrante e o ser holandês de Castrolanda, representados na memória e na identidade da comunidade.

O espaço Casa do Imigrante Holandês constrói uma narrativa familiar e mesmo que estabeleça vínculos com o turismo local, sua expografia se pauta na representação do imigrante, representada pela comunidade e para esta comunidade. Os elementos apresentados, a disposição dos objetos e a apresentação visual nos remete a elementos identitários restritos ao contexto inicial (a adaptação, a construção familiar, os ofícios familiares), permitindo um imagético sobre o cotidiano dos hábitos e práticas naquele núcleo inicial. Até mesmo o local escolhido para a construção do primeiro museu, no centro da Colônia, local de início das primeiras casas provisórias e ampliação da comunidade.

Com a consolidação do Centro Cultural Castrolanda e a formação dos dois espaços: Moinho *De Immigrant* e Museu Histórico, a narrativa é alterada para a identidade híbrida da comunidade. O *slogan* adotado pelo Centro Cultural, a partir de 2016, para atrair a comunidade local e turística é “Um pedacinho da Holanda no Brasil”, representando a mescla cultural de dois locais e duas culturas, em um mesmo espaço. O acervo do Centro Cultural Castrolanda tem um papel fundamental na elaboração das representações, sendo composto por diferentes suportes, divididos no Setor de Acervos por acervos tridimensionais (acervos familiares como utensílios

domésticos, maquinários agrícolas, têxteis, mobiliário residencial) e bidimensionais (textual e iconográfico). A maior concentração temporal desse material é entre os anos de 1950 e 1980 e existem alguns acervos pertencentes as décadas de 1990 em diante, porém com volume menor. Os acervos iconográficos do CCC, foram todos higienizados e acondicionados, compondo um acervo de mais de 7 mil itens concentrados principalmente nas áreas de: imigração, estrutura, cooperativa, escola, igreja, ações sociais e culturais, também vinculados aos anos iniciais.

Por meio da observação participante, analisei a ocorrência de uma alteração da narrativa memorial nos três espaços, entre o ser imigrante e o ser holandês de Castrolanda. Essa alteração se vincula a um discurso de poder, pautado em seleções de memória, ou qual memória aquela comunidade projeta de si, quais os elementos simbólicos serão vinculados àquela identidade e como a cultura daquele núcleo se altera nos espaços de memória. É recorrente, na expografia museal, um rito de seleção, construindo relações de lembranças e esquecimentos, e este rito é formado por grupos específicos da comunidade, principalmente por membros da segunda e terceira geração de Castrolanda, como observado no capítulo 3, sobre a criação de comissões de gestão cultural. Essa concentração de seleção de narrativas em grupos definidos, ocorre principalmente pelo afastamento dos membros das novas gerações, pois suas vivências externas que podem proporcionar incorporações de outros símbolos identitários, não pertencentes àquela identidade e afastando-se da construção memorial do ser imigrante holandês.

Analisando as exposições inaugurais, elenco quatro elementos simbólicos fundamentais, representados nos três locais, que permitem o entendimento de como a memória da comunidade influencia a construção identitária de seus membros, reforçando valores que são disseminados entre imigrantes e descendentes. O primeiro elemento identificado na representação museal é o núcleo familiar, a importância da família nas discussões da Colônia e na seleção de acervos que representem o cotidiano da casa, das interações entre seus membros, as atividades restritas ao convívio familiar e os aprendizados transmitidos entre gerações.

O segundo elemento simbólico significativo que observo é a religiosidade, podendo ser vista como uma das bases da comunidade desde a imigração, quando uma das condições para a seleção de imigrantes era que os membros deveriam pertencer a uma mesma vertente religiosa, como forma de intensificar a união. A religião é fundamental para a interação entre os membros da comunidade, sendo uma

das principais instituições da Colônia, responsável por ações sociais, culturais e educacionais.

Em conjunto com a religião, a escola assume importante papel como instituição da comunidade, sendo um espaço de socialização entre os descendentes de Castrolanda, principalmente nos anos iniciais e nas aulas destinadas ao ensino da cultura holandesa e do idioma holandês. Um espaço de integração, portanto, pelo aprendizado e disseminação de valores cultivados pelas famílias da Colônia. Percebo a escola da Colônia como um rito de passagem, em que todo descendente, salvo algumas exceções, estuda no mesmo local em que seus pais, avós e tios estudaram, como uma necessidade de continuidade de uma tradição local e familiar.

Alicerçado na questão da união, presente na religiosidade e na educação, está a representação do elemento trabalho, presente no discurso do cooperativismo na Colônia, também observado como um dos pilares de Castrolanda, estando presente na consolidação do projeto imigratório com a fundação da Cooperativa de Imigração em Grupo para o Brasil e da Cooperativa Castrolanda. Além da instituição da cooperativa, o Moinho representa esse elemento de trabalho cooperativista, com a transmissão da narrativa de esforço comunitário para a consolidação da produção agropecuarista. Construindo uma narrativa pautada em união e prosperidade da comunidade, como um núcleo unificado de ajuda mútua, silenciando desta representação, elementos contraditórios e de discordância.

Esses elementos simbólicos estão alicerçados na construção da identidade dos indivíduos da comunidade, são valores construídos, representados e transmitidos como comuns a todos os imigrantes e descendentes. Elementos que consolidam, portanto, uma narrativa histórica oficial. Inserida na comunidade, como pesquisadora, observo a existência de relações de esquecimentos e afastamentos, principalmente entre os descendentes da Colônia, mesmo que algumas ações sejam incentivadas pela Escola e pela Igreja, é baixa a participação de membros das novas gerações nos espaços de memória, ocasionando na seleção de memórias fundamentadas pelos mesmos grupos.

No Centro Cultural Castrolanda a participação de jovens descendentes é baixa. Atualmente, contamos com três monitoras da comunidade, que em dias específicos fazem o atendimento ao público, sendo somente uma fluente na língua holandesa, aprendida na comunidade. Percebo que esse afastamento ocorre principalmente pela mudança dos moradores para outras localidades por motivos

acadêmicos ou de oportunidades de trabalho, mesmo que a atividade seja no ambiente rural, e esses indivíduos retornem à Castrolanda, suas percepções e ideais foram alterados pelo novo meio de inserção. Em função desse afastamento, existe a necessidade de reformular o que é ser um morador de Castrolanda, por parte da comunidade, reforçando os elementos de representação nos espaços, criando símbolos que representem os nascidos em Castrolanda, consolidar o senso de pertencimento de ser “castrolandes”, construir representações de tradições de origem holandesas, mas com valores construídos e disseminados na própria comunidade. Hoje, o maior obstáculo da instituição é a aproximação com a comunidade jovem, as principais formas de integração ocorrem principalmente em grandes eventos que envolvem toda a comunidade, como o *Oranjefeest* (atual Dia do Rei, festa típica holandesa que homenageia a família real) e o *Zeskamp* (gincana que integra as 6 colônias de imigração holandesa no Brasil, com participação restrita de imigrantes, descendentes ou membros que comprovem algum parentesco com holandeses).

Algumas ações vêm sendo desenvolvidas, buscando a referida aproximação, porém, pode-se dizer, conforme já dito, com uma baixa adesão. Um exemplo são ações educativas desenvolvidas pelo Setor Educativo do Centro Cultural, que promove um calendário anual com ações que envolvem a comunidade, principalmente os jovens em fase escolar, como o evento anual “Uma noite na Holanda”, onde crianças entre 7 à 12 anos passam a noite no Centro Cultural e participam de atividades vinculadas à cultura e à memória de origem holandesa.

O Centro Cultural também participa anualmente da Semana Nacional de Museus e da Primavera de Museus, ações promovidas pelo Instituto Brasileiro de Museus, com o intuito de aproximação e desenvolvimento de ações museais em todo o território nacional. As ações construídas em Castrolanda, visam o estreitamento com a comunidade local, propondo ações de diferentes abordagens que vinculem o museu e a comunidade. Porém, mesmo com ações como estas, existe uma dificuldade considerável de aproximação com os descendentes de Castrolanda.

Essa dificuldade de aproximação ocorre em função do afastamento já mencionado, fator agravado no ano de 2020 com a proliferação da pandemia da COVID-19, período ainda corrente em que as restrições aos espaços museais condicionaram a que estes permanecessem fechados, aumentando o afastamento e criando dúvidas sobre o futuro dos espaços culturais no mundo pós pandemia. Nem todo espaço conseguirá manter suas atividades, nem todo espaço conta com

subsídios de continuidade ou possibilidade de readequação às novas realidades, principalmente com o sucateamento do setor, e os constantes ataques e censuras sofridos por parte dos governos estadual e federal, que desvalorizam, silenciam e agridem as produções culturais múltiplas que compõem nosso país.

Sobre as consequências da pandemia, alguns questionamentos envolvem o debate sobre os museus hoje, como serão as representações projetadas nestes locais? Esse cenário fará parte da narrativa histórica local e/ou de alguma forma irá interferir no modo de diálogo entre museus e públicos? Quais narrativas culturais serão mantidas e quais serão silenciadas? Quão irreparáveis serão as ações governamentais atuais na história e na memória nacional?

Não existem respostas no momento, pois será a base de pesquisas futuras no campo cultural, mas a projeção que podemos definir não são boas, pensando nas políticas públicas, na falta de cuidado com as questões culturais e educacionais, na agressão diária a toda categoria vinculada à cultura e à educação. Falta de recursos, descrédito das funcionalidades, enfim, o futuro brasileiro não parece promissor. O Centro Cultural Castrolanda é mantido através de lei de incentivo cultural do Ministério do Turismo, dependendo de repasse de impostos das empresas locais para manter a estrutura e a equipe, o custo é relativamente alto, comparado a outras instituições locais e, no ano de 2020, não foi possível a captação de todo o orçamento previsto para o ano. A longo prazo a situação não é favorável, projetando um futuro incerto. Se para uma instituição particular já existe precarização, a questão só se agrava em instituições públicas, que cada vez mais sofrem cortes significativos.

Em função disso, existe a necessidade de cada vez mais de reforçar o imaginário dos museus como locais de memória e de representações, de pontos de encontro, fundamentais para preservação e comunicação histórica de diferentes grupos sociais. Fomentar o pensar sobre locais articuladores de memórias, histórias e coletividade do seu local de construção, para que toda a comunidade dialogue, interaja e auxilie na construção da história local, preservando e perpetuando o físico e o simbólico.

O ato da preservação não deve ser aplicado somente ao bem tombado, toda simbologia material ou imaterial que se vincula a uma cultura necessita ser conservado, em primeiro pela comunidade que o projetou e se identifica e em segundo pelos investimentos externos, seja do poder público ou de uma fundação, existindo subsídios para a continuação das atividades, pensando no hoje e no futuro próximo.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Silvia; IPÓLITO, Veronica; POMARI, Luciana; PRIORI, Angelo. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem.2012.

ANDREAE, Sijbrandus J.F.; KUILE, Engelbert H. Ter. **Duizend jaar bouwen in Nederland**. 1 ed. Amsterdam: Allert de Lange, 1948.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução: Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. **Revista História Oral**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 115-128, jun. 2016.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do mundo**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2007.

BOUWMAN, Dorothi M. de G. **Paisagismo do Museu Histórico de Castrolanda/Castro PR**. 2013. Monografia (Especialização em Paisagismo: Planejamento e Projeto) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2013.

BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 16 jul. 1934. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=COF&numero=&ano=1934&ato=42b0TSE1EMRpXT5e1>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 10 nov. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 406, de 4 de maio de 1938**. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0406.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7967 de 18 de setembro de 1945**. Dispõe sobre a imigração e colonização, e dá outras providencias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del7967.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 55 de 13 novembro de 1951**. Aprova o texto do Acordo de Imigração e Colonização firmado entre o Brasil e o Reino dos Países. Disponível em:

senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Decretos/1951%201952,%201953,%201954%20e%201955.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Diário Oficial da União, 5 out. 1988. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009**. Institui o estatuto de museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 13 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.584 de 26 de dezembro de 2017**. Confere ao município de Castro, no Estado do Paraná, o título de capital nacional do leite. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13584.htm. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.359 de 21 maio de 2020**. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em Comissão e das funções de confiança do Ministério do Turismo e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10359.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

BREG, Gabriela. **Imigração, cooperativismo e meio ambiente**: estudo de caso da cidade de Holambra. 2008 Trabalho de conclusão (Engenharia Ambiental) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro SP, 2008.

BROEK, Jan van den. **Holambra Dromen, strijd en overwinning. Geschiedenis van een succesvol emigratieproject**. Campinas, SP: Editora Setembro, 2008.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1997.

CAMPOS, Flavio Rafael Mendes. A conjuntura da invasão aliada no Dia D: sob a perspectiva das tropas aerotransportadas. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v. 7, n. 13 p. 119-135, jul./dez. 2017.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora USP, 2011.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CANANI, Aline S. K. B. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 163-175, jan./jun. 2005.

CAZELLI, Sibeles; KOPTCKE, Luciana S.; LIMA, José M. Os museus cariocas e seus visitantes: uma análise do perfil dos públicos dos museus do Rio de Janeiro e de Niterói. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario S. SEPÚLVEDA, Myrian. **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007. p. 68-94.

CENTRO CULTURAL CASTROLANDA. **Plano Museológico**. Castro: Centro Cultural Castrolanda, 2017.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHAGAS, Mario de S. A poética das casas museus de heróis populares. *In*: CONGRESOS SOBRE CASAS MUSEO, 2006-2008, Madrid. **Anais [...]** Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2013. p. 301-307.

CHAGAS, Mario de Souza. **Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CHAGAS, Mario de Souza; PIRES, Vladimir Sibylla. **Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018.

CHAGAS, Mario de Souza; SEPÚLVEDA, Myrian. A linguagem de poder dos museus. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario S. SEPÚLVEDA, Myrian. **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. - Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007. p. 12-19.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul/dez. 2011.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo v. 5, n. 11, p. 173-191, abr.1991.

CHAVES, Niltonci B. **Imigrantes**. História da Imigração holandesa na região dos Campos Gerais. Falando de Histórias II: Imigrantes, educação, culinária, meio ambiente, tecnologia, memórias. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP, 2001.

CLARK, Lloyd. **Operation Market Garden Netherlands 17–25 September 1944**. United Kingdom: Sutton Publishing, 2004.

CNEC. **História da CNEC**. Blog da Campanha nacional das escolas da comunidade. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.cnec.br/nossa-historia>. Acesso em: 12 dez. 2019.

CORDEIRO, Sonia V. A. L. A Constituição da Escola Evangélica de Carambeí: uma instituição educacional da imigração holandesa na região dos Campos Gerais- PR. **Revista HISTEDBR**. Campinas, v. 1 n. 18, p. 100-113, jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/search/search?query=s%C3%B4nia+cordeiro&dateFromYear=&dateFromMonth=&dateFromDay=&dateToYear=&dateToMonth=&dateToDay=&authors=>. Acesso em: 09 nov. 2019.

CORDEIRO, Sonia V.A. Lima. **A constituição da Escola Evangélica de Carambeí: uma instituição educacional da imigração holandesa na região dos Campos Gerais**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.

COMISSÃO DE ACERVO CULTURAL. 2001, Castro. **Ata da reunião de 04 de outubro de 2001**. Castro: Centro Cultural Castrolanda, 2001.

COMISSÃO DE COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DE CASTROLANDA. **Ata da reunião de 16 de junho 2000**. Castro: Centro Cultural Castrolanda, 2000.a

COMISSÃO DE COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DE CASTROLANDA. **Ata da reunião de 23 de junho de 2000**. Castro: Centro Cultural Castrolanda, 2000.b

COMISSÃO DE COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DE CASTROLANDA. **Ata da reunião de 30 de junho de 2000**. Castro: Centro Cultural Castrolanda, 2000.c

COMISSÃO DE COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DE CASTROLANDA. **Ata da reunião de 19 de janeiro de 2001**. Castro: Centro Cultural Castrolanda, 2001.

COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO. **Ata da reunião de 13 de agosto de 2001**. Castro: Centro Cultural Castrolanda, 2001.

COMISSÃO DE MÁQUINAS ANTIGAS. **[Correspondência]**. Destinatário: Sociedade Cooperativa Castrolanda Limitada. Castro, 18 de set. de 1991. 1 carta.

CCLP. Castrolanda comemora 40 anos. **Revista Batavo**, Carambeí, v. 1, n. 2, p. 10-11, dez. 1991.

COOPERATIVA CASTROLANDA, **Ata da Constituição da Sociedade Cooperativa Castrolanda**. 1951. Castro: Cooperativa Castrolanda, 1951.

CORÁ, Maria. Memória e Patrimônio imaterial: formação de identidade a partir dos patrimônios culturais do Brasil. **Revista Nau Social**, Bahia, v. 4, n. 6, p. 120-132, mai./out. 2013.

CORREA., João P.; LIMA, Samara H.; SELAU, Maurício S. Um museu em desenvolvimento: a experiência do Centro Cultural Castrolanda - Castro PR. In: JOHANSEN, Elizabeth; PEREIRA, Denise. **História: Espaço Fecundo para Diálogos**. 1ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. p. 132-144. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/23444>. Acesso em: 11 dez. 2019.

CRUYNINGEN, Piet van. **Boe ren aan de macht?** boerenemancipatie en machtsverhoudingen op het gelderse platteland, 1880-1930. Hilversum: Verloren, 2010.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

CURY, Marília X. Os usos que o público faz do museu: a (re)significação da cultura material e do museu. **Revista Brasileira de Museus e Museologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.88-106. 2004

DEBASTIANI, Jesiane. A política imigratória brasileira na Revista de Imigração e Colonização. **Em tempo de Histórias**, Brasília, v. 1, n. 32, p. 6-22, jan./jul. 2018.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia.** Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. São Paulo: ICOM, 2013.

ECK, Martijn van. **Unesco zet ambacht van de molenaar op Lijst Immaterieel Erfgoed.** UNESCO. Netherland. 05 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.unesco.nl/nl/artikel/unesco-zet-ambacht-van-de-molenaar-op-lijst-immaterieel-erfgoed>. Acesso em: 08 nov. 2020.

FARIAS, Alex da Silva. A representação do patrimônio na memória dos sujeitos sociais. **Revista de História Bilros**, Fortaleza, v. 3, n. 4, p. 12-39, set. 2015. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=1314&path%5B%5D=1171>. Acesso em: 24 jan. 2021.

FONSECA, Maria C. L. **O Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FRAGA, Letícia. **Os Holandeses de Carambeí:** Estudo Sociolinguístico. Tese (Doutorado em Linguística) - Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

FUNARI, Pedro P. A; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GABRIEL, Kelton. **Geografia do Cotidiano:** Representação espacial e resistência cultural na zona pessoal cotidiana de imigrantes em Castro- PR. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Setor das Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

GÂNDARA, José Manoel Gonçalves; MASCARENHAS, Rúbia Gisele Tramontin. Comida de festa: o potencial de atratividade turística da gastronomia nas colônias de imigrantes em Castro/PR. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 132-150, jun. 2012.

GALLAS, Alfredo O.G.; Gallas Fernanda D. **Holandeses no Brasil:** 100 anos de imigração positiva. São Paulo: Alfredo Gallas, 2012.

GERHARD, Tatiana; SILVEIRA, Denise. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. *In*: OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 108-123.

GONÇALVES, José. Os museus e a cidade. *In*: ABREU, Regina.; CHAGAS, Mario. **Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 171-186.

GUARNIERI, Waldisa R. Camargo. Sistema da Museologia. *In*: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri - textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Sec. Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, 2010.

HACK, H. **Dutch Group Settlement in Brazil**. Amsterdam: Royal Tropical Institute, 1959.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2.ed./9ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª edição, Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HEIJDRÁ, Jan. **De Immigrant**. Diário pessoal. Castro: Centro Cultural Castrolanda, 2002.

HELLWIG, A. W. **Museu, memória e identidade pomerana: uma correlação local**. Pelotas: Fundação Simon Bolívar, 2008.

IERB. **História**. Blog das igrejas evangélicas reformadas no Brasil. 2019. Disponível em: <http://www.ierb.org.br/historia/>. Acesso em: 20 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Memória: Política Nacional de Museus completa dez anos de lançamento**. 16 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/memoria-politica-nacional-de-museus-completa-dez-anos-de-lancamento-hoje-16>. Acesso em: 10 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Subsídios para a elaboração de planos museológicos**. Brasília DF: Instituto Brasileiro de Museus, 2016.

IPHAN. **Caderno de diretrizes museológicas**. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

IPHAN. **Programa de Gestão Documental do IPHAN**. Rio de Janeiro: Copedoc, 2008.

IPARDES FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. **O Paraná Reinventado: política e governo**. Curitiba: IPARDES, 1989.

JAGER, Jan. **Discurso em comemoração dos quinze anos de Castrolanda**. Castro: Centro Cultural Castrolanda, 1966.

JAGER, Jan. **Discurso em comemoração dos vinte e cinco anos de Castrolanda**. Castro: Centro Cultural Castrolanda, 1976.

JOHANSEN, Elizabeth. **A devoção ao divino, os devotos e a Casa do Divino: a instituição de um patrimônio cultural em Ponta Grossa, 1882-2019**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais de tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: UFPR, 1998.

KERSHAW, Ian. **Hitler**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

KEUKEN KERAMIEK. **Gebruik en tips voor zelf inmaken, wecken en gebruik houten tapkraan en kurk**. Kitchen Ceramics. Netherland. 2020. Disponível em: <https://www.keukenkeramiek.nl/gebruikentips.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

KIERS-POT, Christina Hendrika. **Castrolanda: 50 anos 1951-2001**. Castro: Kugler Artes Gráficas, 2001.

KOOPS, Enne. **De dynamiek van een emigratiecultuur**. De emigratie van gereformeerden, hervormden en katholieken naar Noord-Amerika in vergelijkend perspectief (1947-1963). Thesis (Doctoral thesis) - Theologische Universiteit Kampen, Kampen, 2010.

KROON, Hand de. **Algemene informatie over molens**. In: VERENIGING DE HOLLANDSCHE MOLEN. Nederlandse Molendatabase. Netherland, 1998. Disponível em: <https://molendatabase.nl/index.php>. Acesso em: 3 nov. 2019.

LADEIRA, Hilda de Oliveira. **Um estudo sobre a imigração holandesa nos Campos Gerais**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 1976.

LAMBERST, Bé. **Boerderijen; categoriaal onderzoek wederopbouw 1940-1965**. Utrecht: Uitgave Rijksdienst voor Archeologie, Cultuurlandschap em Monumenten, 2007. Disponível em: <https://www.cultureelerfgoed.nl/publicaties/publicaties/2007/01/01/boerderijen-categoriaal-onderzoek-wederopbouw-1940-1965>. Acesso em: 20 set. 2020.

LEANDRO, José Augusto. **Palco e Tela na Modernização de Castro**. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

LE GOFF, Jacques. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

LEENDERS, K.A.H.W. **De molens in en om het land van Breda I**. Breda: Regionaal Historisch Centrum Eindhoven, 1976.

LUYTEN, Sonia Maria Bibe. **Comunicação e aculturação: a colonização holandesa no Paraná**. São Paulo: Loyola, 1981.

LUCENA, Wilson L. **Igreja Evangélica Reformada no Brasil em Castrolanda: religião, educação e trabalho em uma colônia holandesa: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2009.

LUPION, Moysés. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948 pelo senhor Moyses Lupion, governador do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1948.

MARTINELLI, Dante P. Política de negócios, negociação e cooperação. *In*: WORKSHOP INTERNACIONAL DE TENDÊNCIAS DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO, 5., 2006, Ribeirão Preto. **Anais** [...]. Ribeirão Preto: FEA/USP, 2006. p. 13–27.

MIND ESTRATÉGIAS. **Centro Cultural Castrolanda**. Castro: Cooperativa Castrolanda, Associação dos Moradores de Castrolanda, 2012.

MINISTERIE VAN ONDERWIJS, CULTUUR EN WETENSCHAP. **Bescherming van de molen**. Blog da Rijksdienst voor het Cultureel Erfgoed, [20—]. Disponível em: <https://www.cultureelerfgoed.nl/onderwerpen/molens/bescherming-van-de-molen>. Acesso em: 5 mai. 2019.

MIRANDA, Isabella; RIBEIRO, Carlos E.; SOUZA, Adriano M.; VIUDES, Sérgio F. A Evolução Histórica Do Cooperativismo. **Revista de Ciências Empresariais**, Maringá, v. 4, n. 1, p. 35-42, jan./jun. 2007.

MUSEUMCOMMISSIE [**Correspondência**] Destinatário: Moradores de Castrolanda. Castro, 27 de agosto de 1991. 1 carta.

MUSEUMCOMMISSIE [**Correspondência**] Destinatário: Moradores de Castrolanda. Castro, 2 de outubro de 1991. 1 carta.

NASCIMENTO. José do. Antropologia e museus: Revitalizando o diálogo. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas I**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN/DEMU, 2007. p. 262-274.

NASCIMENTO JUNIOR. José do. **De João a Luiz: 200 anos de Política Museal no Brasil**. 2019. Tese. (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2019.

NEDERLANDS. Coöperatieve Vereniging: coöperatieve vereniging groepsemigratie brazilie g.a. **Nederlandse Staatscourant**, Hoogeveen, v. 1, n. 189, p. 1-20, set. 1951.

NOB. **Over nob**. Blog da Nederland onderwijs in het Buitenland. 2016. Disponível em: <https://www.stichtingnob.nl/Over-NOB>. Acesso em: 2 set. 2020.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. n° 10, 1993.

OLIVEIRA, Ione. Imigrantes e refugiados para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 27., 2013, Natal. **Anais** [...] São Paulo: ANPUH, 2013. p.1-16. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1290. Acesso em: 8 set. 2020

PAIVA, Andréia. Museu dos Escravos, Museu a Abolição: o museu do negro e a arte de colecionar para patrimoniar. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario S. SEPÚLVEDA, Myrian. **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007. p. 203-228.

PARANÁ. **1º Centenário da emancipação Política do Paraná: 1853-1953**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1953.

PARANÁ COOPERATIVO. **Símbolos do Cooperativismo**. Blog do Sistema Ocepar. 2016. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-43-26>. Acesso em: 8 ago. 2019.

PELEGRINI, Sandra. Os bens intangíveis e as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil: histórias, narrativas e memórias. *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 2., 2007, Campinas. **Anais** [...] Campinas: UNICAMP, 2007. p. 503-513. Disponível em : <https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2007/PELEGRINI,%20Sandra%20C.%20A.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2019.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, jul./dez. 1992.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PROENÇA, Wander de Lara. O método da observação participante: contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. **Revista Aulas**, Campinas, v. 1, n. 4, p. 1-24, abr./jul. 2007.

RAFFAINI, P. T. Museu Contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 159-164, 1993.

RAMOS, Rene Wagner. As Colônias de Castrolanda, Witmarsum, Entre Rios e a Agroindustrialização do Campo no Paraná. **Revista Semina**, Passo Fundo, v. 15, n. 1, p. 208-228, jun. 2016.

RICKLI, João. Os imigrantes e a missão: holandeses no Paraná e sua relação com as Igrejas Protestantes na Holanda. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2004, Olinda. **Anais** [...] Brasília: ABA, 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ra/a/pt8TGXhKtdgy47ccKKsM3rj/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2019.

RICKLI, João. Religião e parentesco na colônia Castrolanda. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 493-52, jul./dez. 2004.

RICKLI, João. **A "Comunidade da Bênção": religião, família e trabalho na Colônia Castrolanda**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - UFPR, Curitiba, 2003.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz Rocha Netto, governador do Paraná.** Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1951.

RODRIGUES, Jaime. Um mundo novo no Atlântico: marinheiros e ritos de passagem na linha do equador, século XV-XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 235-276, jul. 2013.

ROLIM, Eliana de Souza. Patrimônio histórico, memória, história e construção de saberes. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 27., 2013, Natal. **Anais [...]** São Paulo: ANPUH, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/>. Acesso em: 2 set. 2020.

SALLES, Maria do Rosário R. Imigração e Política imigratória Brasileira no Pós-Segunda Guerra Mundial. **Revista Cadernos Ceru**, São Paulo, v. 2, n. 13, p. 99-124, 2002.

SANSI-ROSA, Roger. De armas do fetichismo a patrimônio cultural: as transformações do valor museográfico do Candomblé em Salvador da Bahia no século XX. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario S. SEPÚLVEDA, Myrian. (org.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas.** - Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.p.95-112.

SANTANA, Gisane Souza; SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. Identidade, memória e patrimônio: a festa de Sant'Ana do Rio do Engenho, Ilhéus (BA). **Revista Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 87-102, mai. 2015.

SANTOS, Rodrigo dos. **Discursos sobre imigração no jornal Folha do Oeste: Guarapuava, Paraná (1946-1960).** Dissertação (Mestrado em História) - UNICENTRO, Irati, 2015.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Escola Estadual Castrolanda.** Blog da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, 2016. Disponível em: <http://www.catcastrolanda.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SEPÚLVEDA, Myrian. Políticas da Memória na Criação dos Museus Brasileiros. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 19, n. 19, p. 99-120, 2002.

SHEPHERD, Dennis G. **Historical Development of the Windmill.** New York: Cornell University, 2014.

SILVA, Marcela V. T. Do SPHAN ao IBRAM: Subsídios para compreender a produção documental dos museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 60-75, nov. 2015.

SMITS, Mari. **Holambra: De moeizame beginjaren van een stukje Nederland.** Nijmegen: Valkhof Pers, 2016.

SOTO, Moana Campos. Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma concepção museal à serviço da transformação social. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 48, n. 4, p. 57-81, 2014.

STAPELBROEK, Renate. Retour Brabant-Brazilië. De terugkeer van naoorlogse emigranten (1960-1970). **Tijdschrift voor Brabants heem en erfgoed**, 's-Hertogenbosch, v. 23, n. 20, p. 22-37, 2012.

THECIVILENGINEER. **Historic Iranian windmills are still functional nowadays**. Blog do Civil Engineer. 24 fev. 2017. Disponível em: <https://www.thecivilengineer.org/news-center/latest-news/item/1214-historic-iranian-windmills-are-still-functional-nowadays>. Acesso em: 17 jun. 2019.

VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951 pelo senhor Getúlio Vargas, presidente do Brasil**. Imprensa Oficial: Rio de Janeiro, 15 mar. 1951.

VALVERDE, Rodrigo. A guerra cultural nos museus brasileiros: Distribuição, abertura e fechamento de instituições. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 42, p. 115-141, jun. 2020.

VELOSO, Mariza. O feitiço do Patrimônio. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario S. SEPÚLVEDA, Myrian. **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007. p. 229-245.

VERBURG, MARRIGJE K. **O Bilinguismo em Castrolanda: Aspectos sociais da aquisição da segunda língua**. Dissertação (Mestrado em Letras) - UFPR. Curitiba, 1980.

VERENIGING DE HOLLANDSCHE MOLEN. **Welke soorten molens zijn er?**. Blog de hollandsche molen. Amsterdam, 2018. Disponível em: <https://www.molens.nl/kinderpagina/welke-soorten-molens-zijn-er/>. Acesso em: 3 nov. 2019.

WACHOWICZ, Ruy Christowam. **História do Paraná**. 6ª edição ampliada. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1988.

WILLMOTT, H.P. **Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

WIT, Ivonne de. **Os Tamancos**. Blog do Portal de Holambra. 2016. Disponível em: <http://www.portaldeholambra.com.br/tamanco.html>. Acesso em: 4 mai. 2019.